



RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE 2014

ESCRITÓRIO CENTRAL (RJ)



5 Perfil da empresa

- 6 Furnas Centrais Elétricas
- 8 Sistema de geração e transmissão
- 10 Furnas em números
- 12 Contexto de mercado

16 Mensagem da Administração

18 Governança corporativa

- 19 Transparência na gestão
- 23 Comportamento ético
- 24 Gestão de riscos
- 26 Relações com as partes interessadas

30 Estratégia e gestão

- 36 Retomada do crescimento
- 43 Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação – P&D+I

45 Desempenho operacional

- 46 Geração
- 47 Transmissão
- 49 Comercialização de energia
- 50 Comercialização de serviços

51 Desempenho econômico-financeiro

- 52 Resultados
- 56 Demonstração do Valor Adicionado

57 Gestão de pessoas

67 Gestão de fornecedores

70 Desempenho social

- 74 Investimento social

77 Desempenho ambiental

86 Sobre o relatório

89 Anexos

- 90 Ativos de Furnas
- 93 Composição acionária das SPEs
- 98 Indicadores adicionais GRI
- 111 Siglas e acrônimos

113 Balanço Social Anual 2014

115 Índice de conteúdo GRI G4

124 Informações corporativas



Índice

Visão, Missão e Valores

[GRI G4-56]

Furnas pauta sua atuação empresarial por valores fundamentais e internacionalmente consagrados no que concerne ao respeito aos direitos humanos e às relações de trabalho, à conservação do meio ambiente e ao combate à corrupção.

A revisão do Plano Estratégico de Furnas, a partir do processo de reestruturação da empresa, definiu os seguintes direcionadores estratégicos:

Visão do futuro

Ser o maior e mais bem-sucedido agente brasileiro no Setor de Energia Elétrica.

Missão

Atuar com excelência empresarial e responsabilidade socioambiental no Setor de Energia Elétrica, contribuindo para o desenvolvimento da sociedade.

Valores

Sua atuação e gestão devem obedecer aos seguintes preceitos:

- Valorização das pessoas, reconhecendo que a força de trabalho é um dos ativos mais valiosos;
- Trabalho em rede, com pluralidade e cooperação;
- Foco em resultados, levando em conta, em todas as ações, o impacto na empresa;
- Adaptabilidade, desenvolvendo capacidade para as mudanças no ambiente de negócios;
- Sustentabilidade, atuando com responsabilidade econômica, social e ambiental;
- Transparência, através da interação permanente com a sociedade para o atendimento de suas necessidades e divulgação dos resultados empresariais;
- Empreendedorismo, atuando pró-ativamente para superar os desafios.

UHE FURNAS (MG)



Perfil da empresa





Furnas Centrais Elétricas

Presente em 15 estados do Brasil e no Distrito Federal, Furnas Centrais Elétricas atua em geração, transmissão e comercialização de energia elétrica, operando uma estrutura pela qual passa mais de 40% de toda energia consumida pelos brasileiros. Possui instalações em todas as regiões do Brasil, garantindo o fornecimento energético para uma área que concentra 63% dos domicílios e atividades econômicas que representam 81% do Produto Interno Bruto (PIB) do País.

[GRI G4-3, G4-4, G4-6, G4-8]

Fundada em 28 de fevereiro de 1957, é uma sociedade anônima de economia mista federal, de capital fechado, que tem como principal acionista a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras. Foi estabelecida para construir e operar a Usina Hidrelétrica de Furnas, a primeira de grande porte no Brasil, no estado de Minas Gerais, bem como o sistema de transmissão a ela associado, interligando os estados de Minas Gerais, de São Paulo e do Rio de Janeiro. **[GRI G4-7]**

Suas instalações englobam um parque gerador com 27 usinas próprias ou em parceria com a iniciativa privada, entre empreendimentos hidrelétricos, térmicos e eólicos, totalizando 14.629 MW de potência instalada, sendo 10.878 MW referentes à parcela de Furnas. No segmento de transmissão são 24.140 quilômetros de linhas, dos quais 4.233 quilômetros em parceria, e 68 subestações, com capacidade de transformação total de 118.243 MVA, construídas com recursos próprios ou em parceria com a iniciativa privada. **[GRI EU4, G4-4]**

Em 2014, entraram em operação comercial a UHE Batalha, na divisa dos

estados de Goiás e Minas Gerais, três linhas de transmissão (uma própria e duas em SPEs¹) e cinco subestações (uma própria e quatro em SPEs). Além disso, Furnas incluiu a energia eólica em seu portfólio, com a entrada em operação dos três primeiros parques eólicos de um total de 46 em construção pela empresa e por suas parceiras no Nordeste do País. **[GRI G4-13]**

No ano, a empresa envolveu-se em novos projetos de transmissão, destacando-se a participação na linha de transmissão em corrente contínua de 800 kV, que escoará para a Região Sudeste a energia produzida pela Usina de Belo Monte, em construção no estado do Pará. Venceu também o leilão para a prestação de serviços de Operação e Manutenção (O&M) da UHE Três Irmãos, no estado de São Paulo. Em Empreendimentos sob Administração Especial, três Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) em operação foram incorporadas ao seu portfólio: Neblina, Sinceridade e Dona Rita. **[GRI G4-13]**

Furnas investiu R\$ 2.308 milhões em 2014, dos quais R\$ 849 milhões em empreendimentos próprios e R\$ 1.459 milhões em SPEs nas quais possui participação.

A produção de energia foi de 42.186 GWh, dos quais 25.149 GWh gerados por suas usinas próprias, afetadas ou não pela Lei nº 12.783/2013, e 17.037 GWh gerados por usinas nas quais Furnas detém participação. No exercício, comercializou 43.893 GWh de energia. **[GRI EU2]**

Furnas encerrou o ano com 3.517 empregados próprios, 1.330 contratados de terceiros e 488 estagiários. **[GRI G4-9]**

63%
dos domicílios
brasileiros
recebem energia
elétrica
transmitida
pela estrutura
de Furnas



¹As Sociedades de Propósito Específico (SPEs) são parcerias contratuais estabelecidas entre Furnas e empresas de capital público ou privado para a implantação e gestão de empreendimentos.



GERAÇÃO

São 27 empreendimentos, com 14.629,5 MW de potência instalada, dos quais Furnas detém 10.887,65 MW.

Hidrelétricas – 19 usinas, sendo 4 próprias, 6 sob administração especial – afetadas pela Lei nº 12.783/2013, 2 em parceria com a iniciativa privada e 7 em regime de SPE, com potência instalada total de 13.902,11 MW;

Termelétricas – 2 usinas, com potência instalada total de 530 MW;

Eólicas – 3 parques em regime de SPE, com potência instalada total de 187,04 MW;

Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs)

(PCHs) – 3 usinas, com potência instalada total de 10,3 MW.



SUBESTAÇÃO DA UHE MARIMBONDO (MG/SP)

TRANSMISSÃO

Linhas de transmissão – 24.139,90 quilômetros de linhas, dos quais 4.233,40 via participação em SPEs. Com tensões de 138, 230, 345, 500, 750 e ±600 kV, as linhas passam por 15 estados e pelo Distrito Federal. Incluem o Sistema de Transmissão de Itaipu (cinco linhas, cada uma com 900 quilômetros, entre os estados do Paraná e de São Paulo).

Subestações – 68 instalações, com capacidade de transformação total de 118.243,17 MVA (14.875,00 MVA em 18 subestações em participação).

→ O detalhamento dos ativos de Furnas, participações e parceiros em Sociedades de Propósito Específico (SPEs) é apresentado no Anexo, a partir da página 90.

27

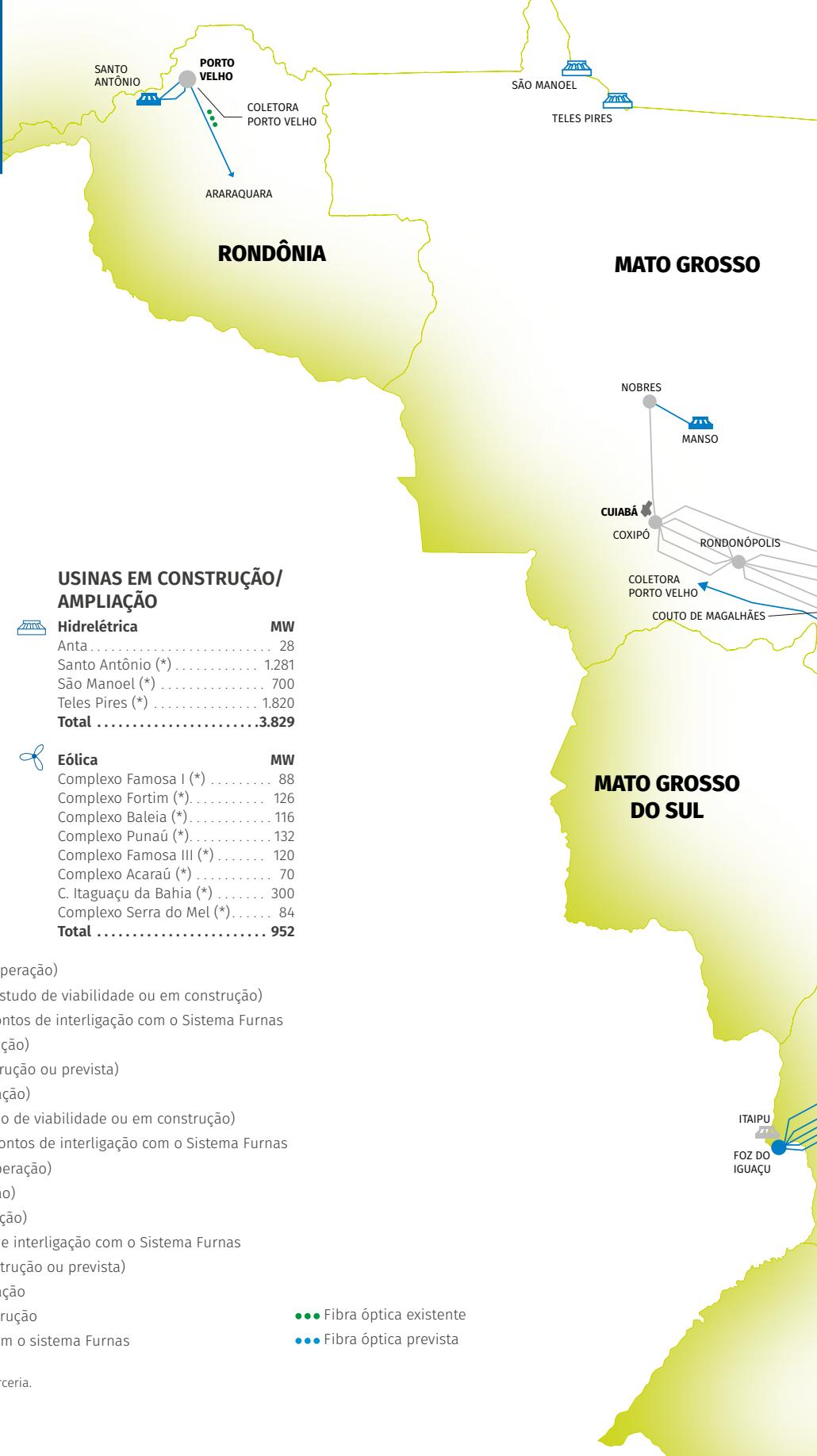
empreendimentos de geração, próprios e em parceria, entre usinas hidrelétricas, termelétricas e parques eólicos, somam capacidade instalada de 14.629,5 MW

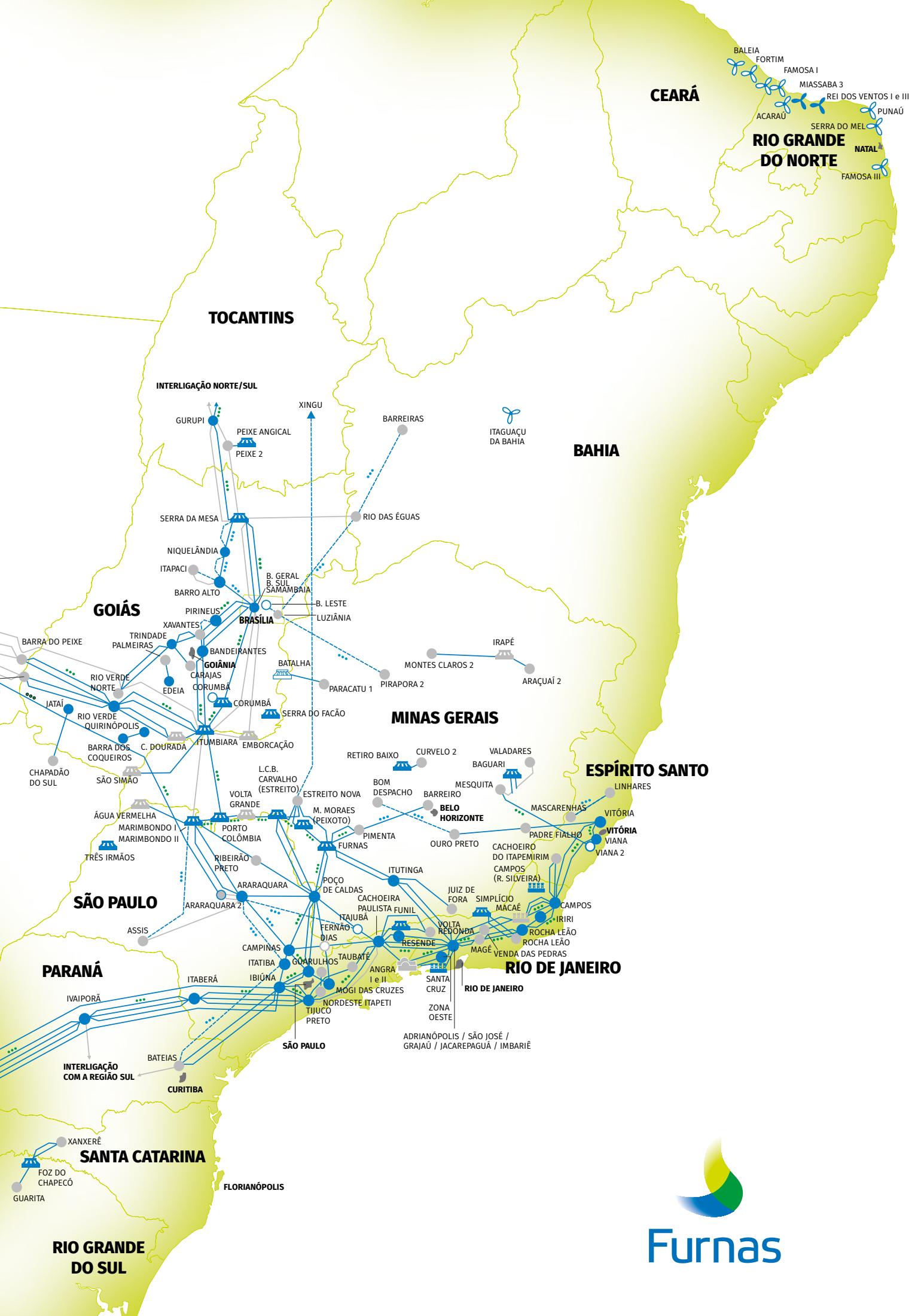


PRESENÇA DE FURNAS

Sistema de geração e transmissão

[GRI G4-8]







Furnas em números

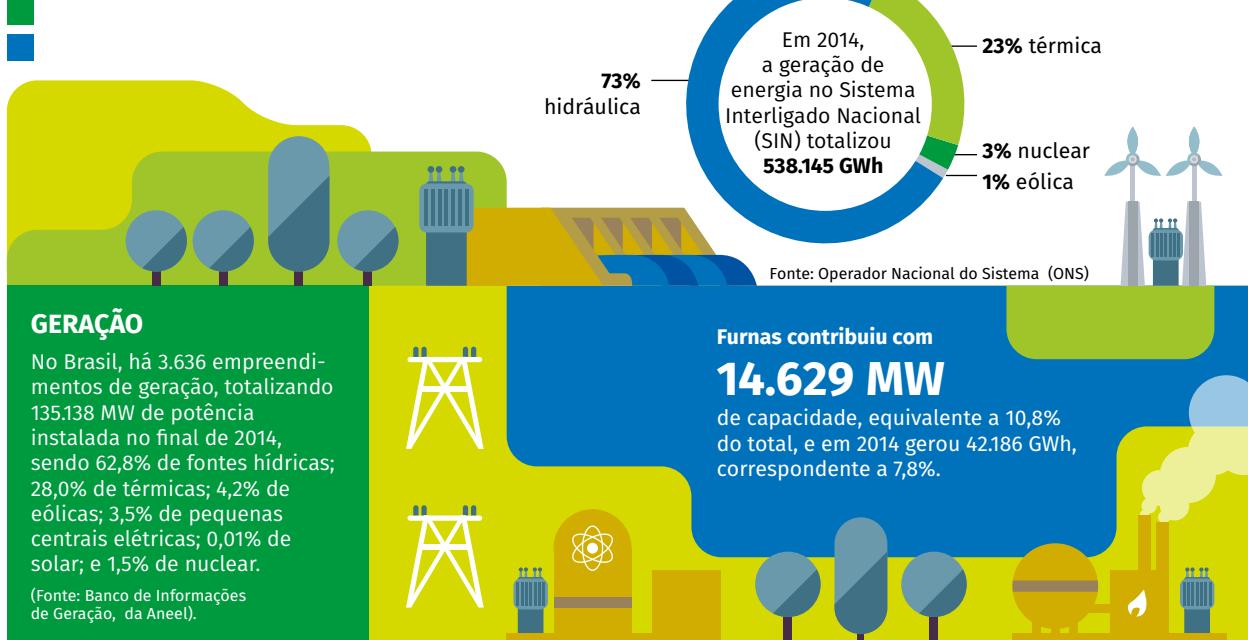
[GRI G4-9]

Consolidados

	2011	2012	2013	2014	Variação
FINANCIEROS (R\$ MILHÕES)¹					
Receita operacional líquida	7.049	7.266	4.292	6.182	44,0%
EBITDA ajustado	1.647	2.063	- 128	1.047	-
Resultado líquido	260	-1.306	-818	-406	- 50,4%
Valor adicionado a distribuir	2.596	1.727	2.308	2.888	25,1%
Investimentos em novos empreendimentos	988	1.148	945	849	- 10,2%
Investimentos em participações societárias	1.031	1.473	1.127	1.459	29,5%
MARGENS (%)					
Margem EBITDA	23,4%	28,4%	-	17,0%	-
Margem líquida	3,7%	-18,0%	-19,1%	- 6,6%	12,5 p.p.
OPERACIONAIS					
Geração (capacidade instalada em operação e em construção)					
Em operação (MW) – total	9.593	9.844	10.366	10.887,5	5,0%
Hidrelétricas próprias	7.175	7.175	7.509	7.533,2	0,3%
PCHs (prestação de serviços)	-	-	-	10,3	100%
Hidrelétricas em parceria (parcela Furnas)	766	766	766	766,3	0,0%
Hidrelétricas em SPEs (parcela Furnas)	690	941	1.129	2.002,4	75,6%
Térmicas próprias ²	962	962	962	530,0	-44,9%
Eólicas em SPEs	-	-	-	45,8	-
Em construção (MW) – total	2.260	2.009	697	1.859,5	166,8%
Hidrelétricas próprias	386	386	53	-	-
Hidrelétricas em SPEs (parcela Furnas)	1.674	1.423	446	1.179,4	164,4%
Eólicas em SPEs (parcela Furnas)	200	200	198	652,1	229,3%
PCH própria (Anta)	-	-	-	28	-
Energia gerada (GWh)					
Hidráulica (100% própria e parcela da participação em SPEs)	37.807	41.216	32.780	38.947	18,8%
Térmica própria	181	604	2.591	2.727	5,2%
Eólica	-	-	-	512	-
Transmissão					
Extensão das linhas (km) [GRI EU4]	19.420	19.420	19.868	24.140	21,5%
Subestações próprias	46	46	47	48	2,1%
Subestações em parceria	2	2	2	2	0,0%
Subestações em SPEs	6	6	14	18	28,6%
Capacidade instalada de transformação (MVA)	104.122	106.897	109.865	118.243	7,6%
Comercialização					
Energia comprada (MWh)	16.973	17.654	4.159	3.332	-19,9%
Energia vendida (MWh)	54.892	56.569	42.231	40.561	-4,0%
SOCIOAMBIENTAIS					
Nº de colaboradores	4.860	4.567	3.547	3.517	-0,8%
Nº de contratados	1.541	1.515	1.339	1.330	-0,7%
Investimento social externo (R\$ milhões)	38	40	32	29	-9,4%
Investimento ambiental (R\$ milhões)	69	60	132	80	-39,4%

¹ Dados de 2011 e de 2012 ajustados de acordo com o IFRS, com equivalência patrimonial das Sociedades de Propósito Específico (SPEs).² Potência da UTE Santa Cruz foi reduzida de 932 MW para 500 MW, correspondendo esta redução à suspensão temporária, pela Aneel, das Unidades Geradoras 3 e 4.

A CADEIA DO SETOR ELÉTRICO



TRANSMISSÃO

O sistema opera a infraestrutura de transporte de energia em tensões elevadas (acima de 138 kV) desde as usinas geradoras até as subestações de conexão com as redes locais de distribuição. É composto por cerca de 120 mil quilômetros de linhas, com a atuação de 77 concessionárias.



Infraestrutura de transmissão de Furnas:

68
subestações (SEs)

24.140 km
de extensão

118.243 MVA
capacidade total
de transformação



20%
da extensão total
do Sistema Interligado
Nacional (SIN)

40%
do volume de
energia transmitido

COMERCIALIZAÇÃO

A comercialização de energia elétrica ocorre desde 2014 em dois Ambientes de Contratação: Regulada (ACR), com agentes de geração e de distribuição de energia; e Livre (ACL), com geradores, distribuidores, comercializadores, importadores e exportadores, além dos consumidores livres e especiais.

No mercado livre, ou ACL, as operações de compra e venda ocorrem por meio de contratos bilaterais com condições livremente pactuadas.



Furnas comercializou 43.893 GWh
de energia em 2014

Furnas comercializa grande parte de sua energia no ACR, por meio de leilões públicos operacionalizados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Como concessionária de serviço público de geração sob controle federal, tem seus contratos firmados obrigatoriamente em leilões ou chamadas públicas realizadas pela própria empresa ou por terceiros.

DISTRIBUIÇÃO

Em 2014, existiam no Brasil 63 concessionárias distribuidoras, responsáveis pelo atendimento a cerca de 70 milhões de unidades consumidoras (Aneel).





Contexto de mercado

No Brasil, o setor elétrico é regulado e as empresas atuam a partir de concessões ou permissões públicas para a prestação desses serviços, que são normatizados e fiscalizados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Furnas atua em três segmentos da cadeia do setor elétrico: geração, transmissão e comercialização de energia, com venda para empresas distribuidoras e para clientes do mercado livre. Não opera em distribuição, atividade que consiste no fornecimento de energia a consumidores finais (residências, indústrias, comércio, etc.).

CENÁRIO ENERGÉTICO

O mercado de energia elétrica no Brasil refletiu a dinâmica da economia. Em 2014, o consumo total atingiu 473.395 GWh, 2,2% acima de 2013, de acordo com dados da empresa de Pesquisa Energética (EPE) – a menor expansão registrada desde 2007. O setor industrial, com 178.055 GWh, recuou 3,6%. Por outro lado, as classes residencial (132.049 GWh) e comercial (89.819 GWh) avançaram 5,7% e 7,3%, respectivamente.

O ano de 2014, assim como 2013, foi marcado pela hidrologia desfavorável. Os reservatórios das hidrelétricas do Sudeste e do Centro-Oeste, que respondem por cerca de 70% da capacidade de geração, atingiram apenas 19,4% de sua capacidade de acumulação no final de 2014, segundo o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). A situação dos reservatórios também contribuiu para a disparada do Preço de Liquidação de Diferença (PLD), que é utilizado para valorar a energia comercializada no mercado de curto prazo e alcançou o recorde de R\$ 822,83 por MWh.

AMBIENTE REGULATÓRIO

A Lei nº 12.783/2013, que dispôs sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica e sobre a redução dos encargos setoriais, entre outros temas, impôs desafios às empresas para adaptação ao novo modelo regulatório. A prorrogação das concessões condicionou como contrapartida a antecipação de seu término em dois anos e a substituição de receitas que contemplavam remuneração, depreciação, e custos de administração, operação e manutenção por receitas que contemplam somente custos de Administração, Operação e Manutenção (AO&M), acrescidos de margem operacional de 10%. Para Furnas, por exemplo, isso implicou redução de receita líquida da ordem de R\$ 1,9 bilhão/ano a partir de 2013.

Tal como em 2013, os impactos da Lei continuaram a permear as atividades do setor elétrico no ano de 2014.

Indenizações

De acordo com a regulamentação da Lei nº 12.783/2013, ficou garantida às concessionárias com empreendimentos prorrogados a indenização do valor dos investimentos em bens reversíveis ainda não amortizados ou não depreciados. Duas Resoluções Normativas da Aneel estabelecem critérios para o cálculo desses valores. A RN nº 589/2013, abrange as instalações de transmissão, e a RN nº 596/2013 refere-se a aproveitamentos hidrelétricos.

A indenização a que Furnas tem direito foi calculada em R\$ 3,6 bilhões, sendo R\$ 2,9 bilhões referentes à transmissão e R\$ 744 milhões relativos à geração. A empresa optou por receber a indenização dos ativos de transmissão ao longo de 30 meses, acrescida da remuneração pelo Custo Médio Ponderado de Capital (CMPC)

19,4%

foi a capacidade de acumulação de água registrada nos reservatórios do Sudeste e Centro-Oeste no final de 2014





de 5,59% real ao ano. Para os ativos de geração, optou pelo recebimento à vista de R\$ 64 milhões referentes à UHE Marimbondo e, para R\$ 680 milhões relativos à UHE Corumbá, em parcelas mensais a serem recebidas até o vencimento do contrato de concessão (2042) com correção pelo CMPC.

Para o atendimento às Resoluções 589 e 596, Furnas deu início ao Plano de Indenização e Gestão de Ativos, que visa a apurar as devidas indenizações atreladas às prorrogações dos contratos de concessão, revalidar a base de ativos da empresa e constituir uma metodologia de avaliação, priorização e implementação de projetos de investimentos.

→ Mais informações sobre as indenizações podem ser consultadas no Relatório de Administração da empresa.

Tarifas

Pelas novas regras estabelecidas pela Lei nº 12.783/2013, os empreendimentos de geração prorrogados não podem mais estabelecer preços de venda de energia, passando a receber uma tarifa para a prestação de serviços de operação e manutenção das usinas. Porém, essa tarifa não cobre investimentos adicionais necessários para garantir a qualidade da geração, compreendendo a modernização de tecnologias, equipamentos e instalações e a sua conservação. A Resolução Normativa Aneel nº 642/2015 estabeleceu critérios e procedimentos para investimentos que serão considerados nas tarifas de aproveitamentos hidrelétricos quando forem realizadas ampliações e melhorias.

As usinas de Furnas com concessão prorrogada segundo a Lei nº 12.783/2013 foram: Corumbá, Estreito, Funil, Furnas, Porto Colômbia e Marimbondo. Também são alcançadas as usinas das quais Furnas é o prestador de serviços temporário (as PCHs Neblina, Sinceridade e Dona Rita), bem como a UHE Três Irmãos, da qual a empresa passou a deter 49,9% de participação após o leilão de março de 2014.



RESERVATÓRIO DA UHE FUNIL (RJ)

Leilões de energia existente

Em 2014, o governo promoveu dois leilões em que Furnas negociou sua energia a preços que restabeleceram a receita líquida a patamares anteriores à edição da Lei nº 12.783. No 13º leilão, realizado em 30 de abril de 2014, Furnas negociou 531 MW médios a um preço R\$ 270,86/MWh, com início de suprimento em 1º de maio de 2014 e término em 31 de dezembro de 2019. Em 5 de dezembro, no 14º leilão (A-1), negociou 352 MW médios ao preço de R\$ 201,00/MWh, com início de suprimento em 1º de janeiro de 2015 e término em 31 de dezembro de 2017.



Leilão da UHE Três Irmãos

A concessão da UHE Três Irmãos, detida pela Companhia Energética de São Paulo (Cesp), expirou em novembro de 2011, e não foi renovada pela empresa nos termos da Lei nº 12.783, e foi relicitada pela Aneel em março de 2014. O Consórcio Novo Oriente, formado por Furnas, com participação de 49,9%, e pelo Fundo de Investimentos em Participações Constantinopla, com 50,1%, venceu o leilão e constituiu posteriormente a Sociedade de Propósito Específico Tijoá Participações e Investimentos S.A., em que a empresa Triunfo Participações e Investimentos adquiriu o FIP Constantinopla.

→ Mais informações na página 37.

Revisão do PLD

Em decorrência da nova conjuntura do setor elétrico e pelo fato de o Preço de Liquidação de Diferenças (PLD) ter se mantido em patamares elevados, a Aneel aprovou novos níveis de preços de energia no mercado de curto prazo para o ano de 2015, reduzindo em 53% o teto, que passou de R\$ 822,83/MWh para R\$ 388,48/MWh. Já o preço mínimo foi elevado de R\$ 15,62/MWh para R\$ 30,26/MWh. Para a mudança no cálculo do PLD, a Aneel usou o conceito de “térmica relevante” e definiu que o custo de referência seria o da Usina Termelétrica Mário Lago, instalada em Magé (RJ).

Próximas concessões a vencer

O contrato de concessão de duas usinas hidrelétricas de Furnas tem vencimento em 2020 (UHE Itumbiara)

e 2023 (UHE Mascarenhas de Moraes), com ativos registrados em dezembro de 2014 de R\$ 156,7 milhões e R\$ 323,8 milhões, respectivamente.

Furnas declarou, em julho de 2013, interesse em prorrogar também a concessão da UTE Santa Cruz, que teve sua potência reduzida de 932 MW para 500 MW, devido à suspensão temporária, pela Aneel, das Unidades Geradoras (UGs) 3 e 4, conforme Despacho nº 3.263, de 19 de outubro de 2012. No encerramento de 2014, encontrava-se em andamento um processo licitatório para a contratação de serviços de reforma, condicionamento e comissionamento dos equipamentos de ciclos combinados de gás natural e vapor (as unidades geradoras TG11 e TG21 e as unidades a vapor 1 e 2).



TROFÉU TRANSPARÊNCIA



PRÊMIOS EM 2014

Em reconhecimento ao trabalho realizado em diversas vertentes, Furnas recebeu ao longo de 2014 vários prêmios por sua excelência em gestão e pelos trabalhos desenvolvidos com a sociedade.

Prêmio	Motivação	Outorgante
Empresa Amiga do Esporte	Reconhecimento de empresa apoiadora de projetos desportivos e paradesportivos.	Ministério dos Esportes
Prêmio Aberje	Melhor programa de relacionamento com a sociedade com o Furnas Educa, com ensinamentos sobre os temas de conservação de energia, educação ambiental e prevenção a queimadas.	Associação Brasileira de Comunicação Empresarial
WEPs Brasil 2014	Ouro na categoria Empresa de Grande Porte por promover a igualdade de gênero em seus negócios e nas comunidades com base nos sete Princípios de Empoderamento das Mulheres (WEPs, na sigla em inglês).	Pacto Global da ONU e ONU Mulheres
5º Prêmio A3P – Melhores Práticas de Sustentabilidade	Dois programas reconhecidos: Reaproveitamento de Óleo Vegetal e Implantação de Conversor Offshore para Geração de Eletricidade pelas Ondas do Mar. Furnas foi a única instituição que recebeu os selos Verde, Laranja e Prata da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), que incentiva a adoção de práticas sustentáveis em empresas e órgãos públicos.	Ministério do Meio Ambiente
Prêmio Transparéncia	Eleita pela terceira vez como destaque do Troféu Transparéncia entre as empresas de capital fechado, tendo sido a única companhia de economia mista destacada. O prêmio reconhece as corporações que divulgam demonstrações contábeis com maior clareza, transparéncia e objetividade.	Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac), Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi) e Serasa Experian
Profissional do Ano	Reconhecimento concedido ao diretor de Finanças de Furnas, Nilmar Sisto Foletto, pelas ações destinadas a preservar a solidez financeira e recuperar a rentabilidade de Furnas.	Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac)
5º Prêmio Objetivos de Desenvolvimento do Milênio	Reconhecimento por programas e projetos que contribuem efetivamente para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.	ODM Brasil, com coordenação técnica do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e da Escola Nacional de Administração Pública (Enap)
Certificado Empresa Cidadã	Reconhecimento pela qualidade das informações contábeis e socioambientais publicadas em relatórios anuais.	Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro (CRC-RJ), Federação do Comércio do Estado do Rio de Janeiro (Fecomércio) e Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan)
Reconhecimento Selo Procel	Condecoração à participação da companhia nos 20 anos do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel).	Ministério de Minas e Energia
Medalha do 32º Interclegial	Reconhecimento pelo incentivo ao esporte olímpico e paralímpico e pela estratégia de associá-los à educação como ferramenta para o desenvolvimento social do país.	Jornal O Globo
Homenagem Esportiva 2014	Premiação pelo apoio ao esporte	Assembleia Legislativa de São Paulo

Mensagem da Administração

[GRI G4-1, G4-2]

Para Furnas, 2014 foi um ano de recuperação em um cenário desafiador, marcado por restrição climática para a geração hidrelétrica e ainda pelos efeitos da Lei nº 12.783, de 2013, que determinou novas regras na concessão de contratos do setor elétrico. Avançamos na recomposição de receitas aos níveis anteriores à mudança contratual, mas o cenário hídrico tornou evidente a exposição dos empreendimentos de geração à necessidade de cumprir compromissos contratuais com a compra de energia no mercado de curto prazo, o que teve impacto sobre o caixa de todas as empresas do setor.

Excluindo esse fato externo, o ano foi de muito sucesso. Seguimos firmes em nosso projeto de reestruturação empresarial, dando início ao PRO-Furnas II, e colocamos em prática várias iniciativas de otimização que proporcionaram economia efetiva de R\$ 156 milhões com pessoal próprio e contratado de terceiros, o equivalente a 44% da meta a ser atingida pelo projeto. Esse desempenho levou o Banco Mundial, que financiou essa iniciativa, a destacar nosso exemplo como um caso de sucesso de recuperação organizacional de uma estatal de grande porte.

Estabelecemos um tripé que sustenta nossa estratégia: Excelência operacional, Crescimento sustentável e Adequação ao novo Modelo Regulatório. Nessa direção, investimos R\$ 314 milhões em reforços, melhorias e modernização

Avançamos em reestruturação organizacional, recomposição de receita e ganhos de eficiência em desempenho operacional

de nossos sistemas de geração e transmissão, que têm levado a índices de desempenho melhores a cada dia, cumprindo nosso papel como parte da espinha dorsal do sistema elétrico brasileiro. Concentramos esforços também em sistemas e processos, treinamento e motivação de pessoas, buscando estimular um espírito positivo e o orgulho de pertencer a Furnas, uma empresa eficiente.

No total, nossos investimentos somaram R\$ 2,3 bilhões, dos quais cerca de R\$ 1,6 bilhão em projetos de crescimento próprios ou desenvolvidos em parceria em Sociedades de Propósito Específico (SPEs). Temos a meta de elevar nossa capacidade de geração para 20 mil MW até 2020, crescimento de 37%, e alcançar 31 mil quilômetros de linhas de transmissão, 29% mais do que no final de 2014.

Algumas conquistas de 2014 são emblemáticas. Vencemos importantes leilões, como para a operação e manutenção da Usina Hidrelétrica Três Irmãos, em São Paulo, e para a construção da linha de transmissão que ligará a Usina de Belo Monte, na Amazônia, à Região Sudeste, em uma obra com mais de 2 mil quilômetros de extensão. Nesse empreendimento, nos associamos à empresa chinesa State Grid e à Eletronorte. Além dessa parceria com a State Grid, assinamos acordo com a Three Gorges, em cerimônia na presença dos presidentes do Brasil e da China, para investimentos que significam oportunidades significativas de crescimento. Com essa empresa, já mantemos sociedade na Usina de São Manoel, em construção na fronteira dos estados do Mato Grosso e do Pará.

Enfatizamos o aperfeiçoamento da gestão de participações em Sociedades de Propósito Específico (SPEs), para que esses empreendimentos assegurem o retorno previsto no plano de negócio. Nesse processo, todos os parceiros são selecionados em chamada pública, com ampla divulgação para toda a sociedade. Mesmo assim, um aprendizado importante foi a necessidade de criarmos mecanismos mais estruturados nesse processo, assegurando elevados padrões de integridade dos parceiros a quem nos associamos.



Reforçamos também nossos mecanismos de governança corporativa, com a criação de uma Superintendência de *Compliance*, vinculada ao Conselho de Administração. Essa unidade formaliza as melhores práticas na gestão de aspectos de conformidade com controles internos, gestão de riscos e alinhamento a padrões de máxima transparência.

Com as comunidades, nos orgulhamos do programa Furnas Educa, dedicado a conscientizar estudantes sobre conservação e uso seguro de energia, assim como controle de queimadas, pois esse é um fator de impacto sobre a qualidade do fornecimento de energia. Reconhecido em 2014 com o Prêmio Aberje Sudeste como o melhor programa empresarial de relacionamento com a sociedade, continua no centro de nossas atenções como ação efetiva de conscientização sobre o uso de energia e de nossa inserção nas comunidades onde estamos presentes.

Uma meta prioritária para 2015 será avançarmos no programa de mobilidade interna, com base na elaboração de um quadro de referência para cada área de Furnas, para que as pessoas sejam efetivamente protagonistas de suas carreiras, trabalhem realmente felizes, com equipes integradas, motivadas e que compartilhem conhecimentos.

Estamos dando passos firmes em direção a um futuro de renovação e prosperidade para todas as nossas partes interessadas

São todas iniciativas que refletem nossos compromissos com os dez princípios do Pacto Global, relacionados a aspectos de direitos humanos e do trabalho, responsabilidade ambiental e práticas anticorrupção, na construção de um modelo de desenvolvimento mais justo e sustentável.

Com as mudanças de remuneração estabelecidas nas renovações de contrato de concessão, aceleramos o ajuste de nossos custos à nova regra e, simultaneamente, estamos dialogando com a Aneel a respeito da recuperação de investimentos necessários para a operação e manutenção que não são considerados atualmente nas tarifas.

Do ponto de vista econômico-financeiro, sentimos em 2014 o impacto do déficit na geração das hidrelétricas, conhecido pela sigla GSF (*Generation Scaling Factor*), e do Fator de Indisponibilidade

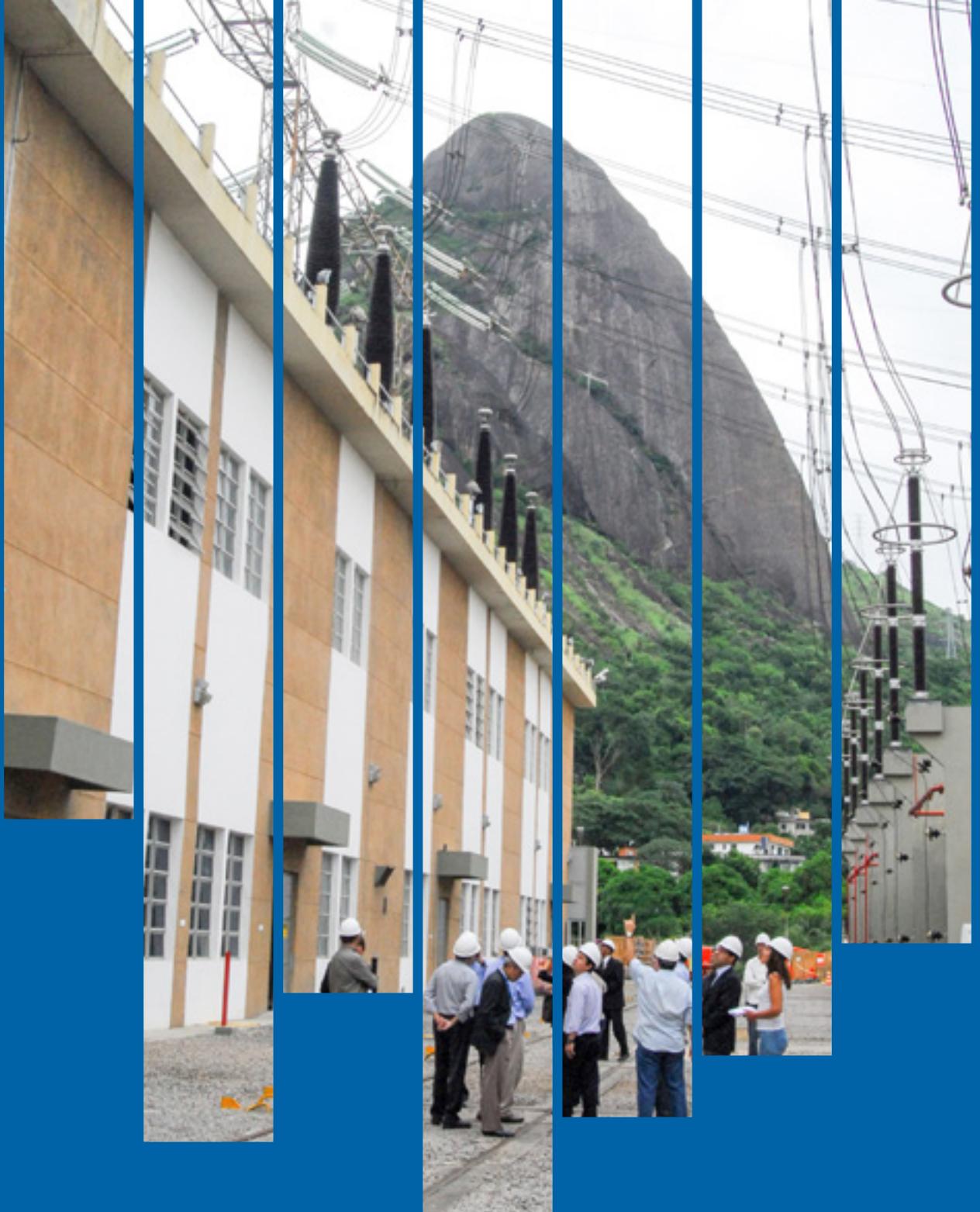
(FID), que atingiram algumas SPEs, em especial a Madeira Energia S.A. (Mesa). Responsável pela Usina Hidrelétrica de Santo Antônio, o maior empreendimento com participação de Furnas, essa SPE foi obrigada a liquidar operações de venda de energia no mercado de curto prazo, em um momento de preços altos. Essa operação trouxe prejuízo para todos os sócios e exigiu esforço adicional de Furnas para minimizar esse impacto sobre as atividades da companhia.

Apesar do ano difícil, já demonstramos recuperação financeira, encerrando 2014 com receita líquida de R\$ 6,2 bilhões, crescimento de 44% sobre o ano anterior, e lucro bruto de R\$ 839,8 milhões, com reversão do valor negativo obtido em 2013. Mesmo com melhoria, a linha final ainda foi de prejuízo líquido, de R\$ 406 milhões, reduzindo a mais da metade a perda de R\$ 818 milhões registrada no ano anterior.

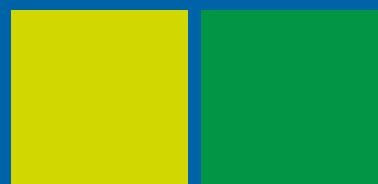
O conjunto de resultados reforça nosso otimismo com o futuro de Furnas, que tem enfrentado e superado desafios em sua história de quase 60 anos. É uma empresa que está bem estruturada, desenvolve um consistente programa de ajustes, conta com pessoas motivadas e comprometidas com o resultado e tem dado passos firmes em direção a um futuro de renovação e prosperidade.

Flávio Decat de Moura
Presidente

VISITA À SUBESTAÇÃO GRAJAU (RJ)



Governança corporativa





Furnas baseia sua governança corporativa na transparência de gestão, no respeito no relacionamento com todos os seus públicos, no tratamento equitativo e na prestação de contas clara e objetiva de sua atuação.

As boas práticas são destacadas no Código de Ética e convertem princípios em recomendações objetivas, alinhando interesses com a finalidade de preservar e otimizar o valor da companhia, contribuindo para a sua longevidade.

Transparência na gestão

Aperfeiçoando a estrutura de governança, foi criada no final de 2014 uma Superintendência de *Compliance* para gerir de maneira eficaz as ações de conformidade de maneira integrada às de gestão de riscos, controles internos e segurança da informação, desenvolvendo cultura, metodologias, sistemas e capacitação interna com essa finalidade. Com essa estrutura e a criação de um Programa Corporativo de Conformidade, Furnas assegura o cumprimento de leis, diretrizes, regulamentos (internos e externos), princípios éticos e normas de conduta, evitando conflitos de interesse, prevenindo e mitigando riscos e preservando a imagem e a reputação da instituição.

Fazem parte da estrutura de governança de Furnas a Assembleia Geral de Acionistas, o Conselho de Administração, a Diretoria-Executiva, o Conselho Fiscal e a Auditoria Interna. O modelo se fundamenta na definição clara dos papéis e das responsabilidades do Conselho de Administração e da Diretoria-Executiva, no que se refere à formulação, à aprovação e à execução de políticas e diretrizes relacionadas à condução dos negócios da empresa, bem como do Conselho Fiscal, na fiscalização dos atos e das contas da Administração.

[GRI G4-34]

Assembleia Geral

Principal instância de decisão dos acionistas, a Assembleia Geral reúne-se ordinariamente uma vez ao ano para examinar e deliberar sobre o Relatório da Administração e sobre as Demonstrações Financeiras, definir a destinação de lucros e dividendos, assim como eleger o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal. Reuniões extraordinárias ocorrem a qualquer momento para a discussão de temas como abertura e aumento do capital social; operações de cisão, fusão, transformação ou incorporação; reforma do Estatuto Social e outros propostos pelo Conselho de Administração ou pelo Conselho Fiscal. As principais preocupações abordadas em 2014 envolveram a redução de receita e o impacto sobre o resultado decorrente das novas regras de remuneração de concessões (Lei nº 12.783/2013), além dos efeitos da estiagem sobre a capacidade de geração hidráulica e, consequentemente, sobre a receita da empresa. [GRI G4-49, G4-50]



Modelo alinha interesses com a finalidade de preservar e otimizar o valor de Furnas, contribuindo para a sua longevidade



Conselho de Administração

Órgão máximo de governança, o Conselho de Administração é composto por até seis membros, com mandato de um ano, admitida a reeleição. Todos são homens, brancos, sendo 33% com idade entre 30 e 50 anos e 67% com mais de 50 anos. Dentre os membros do Conselho de Administração é escolhido o diretor-presidente da empresa. Um dos integrantes do Conselho é indicado pelo ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão; outro é eleito como representante dos empregados, escolhido pelo voto direto dentre os empregados ativos; e os demais são eleitos pela Assembleia Geral. O presidente do Conselho não exerce função executiva. Em 2014, o órgão reuniu-se 16 vezes. **[GRI G4-38, G4-39, G4-40, G4-LA12]**

O Conselho de Administração recebe mensalmente relatórios que consolidam os principais resultados econômico-financeiros, sociais e ambientais, e avaliações sobre o cumprimento de metas acordadas por meio de um Contrato de Metas e Desempenho Empresarial (CMDE), firmado com a controladora Eletrobras. A análise do desempenho se dá com base em relatórios gerenciais, verificando ainda adesão aos controles de risco e às determinações do Código de Ética. **[GRI G4-37]**

Em reuniões periódicas, o representante dos empregados apresenta aos demais colaboradores os temas debatidos no Conselho. Isso ocorre tanto em encontros promovidos no edifício-sede como nas regionais e são ocasiões para a manifestação de dúvidas e sugestões a encaminhar ao Conselho. Os temas mais relevantes abordados em 2014 foram relacionados à segurança e ao plano de carreira, envolvendo a criação do Quadro Qualiquantitativo. **[GRI G4-49, G4-50]**

O Estatuto Social de Furnas estabelece diferentes mecanismos para evitar conflitos de interesse. O representante dos empregados, por exemplo, não participa das discussões sobre relações sindicais, remuneração, benefícios e vantagens. Os executivos não podem exercer funções em

empresas ligadas de qualquer forma ao objeto social de Furnas, salvo na controladora, nas subsidiárias ou controladas e/ou nas empresas concessionárias nas quais Furnas tenha participação acionária, nas quais poderão exercer cargos no Conselho de Administração, observadas as disposições da legislação vigente quanto ao recebimento de remuneração. **[GRI G4-41]**

Diretoria-Executiva

A Diretoria-Executiva constitui-se de um diretor-presidente e de cinco diretores, gestores dos negócios da empresa e responsáveis pelo desempenho econômico, social e ambiental. São eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de três anos, com direito a reeleição. As decisões regulamentares e estatutárias da Diretoria-Executiva são tomadas em reunião semanal e constituem o processo deliberativo em que as matérias de interesse de cada Diretoria são submetidas. Em 2014, foram realizadas 54 reuniões. **[GRI G4-35, G4-36]**

Os 29 Comitês Internos são colegiados permanentes compostos por representantes de cada Diretoria e apoiam a Diretoria-Executiva no cumprimento das políticas internas de gestão, dentre os quais destacam-se: Planejamento Estratégico e Empresarial, Informática, Recursos Humanos, Pesquisa e Desenvolvimento, Seguros, Comercialização de Energia, Segurança da Informação, Comissão de Ética, Coordenação de Novos Negócios, Sustentabilidade Empresarial, Gestão de Riscos e Permanente de Atendimento a Organismos Externos de Fiscalização (Caoef).

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal compõe-se de três membros efetivos e respectivos suplentes, acionistas ou não, eleitos por AGO para mandato de um ano, podendo ser reeleitos. Um de seus membros efetivos e respectivo suplente são indicados pelo Ministério da Fazenda, como representantes do Tesouro Nacional. Em 2014, este colegiado reuniu-se 13 vezes.



Resultados econômicos, sociais e ambientais são avaliados pelo Conselho de Administração em reuniões periódicas



Auditória Interna

A Auditoria Interna é subordinada ao Conselho de Administração e promove o exame das atividades desenvolvidas pelas unidades organizacionais. Em 2014, foram realizados 45 trabalhos de auditoria, oriundos do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna e de demandas especiais que surgiram ao longo do exercício. Foram concluídos mais 4 trabalhos referentes a 2013, o que resultou na emissão de 70 relatórios decorrentes da atuação direta da Auditoria Interna, propiciando o fortalecimento do ambiente de controle interno, por meio da melhoria em sistemas, aprimoramento de normativos e cumprimento da legislação vigente, entre outros ganhos.

Qualificação

As atribuições necessárias para ser conselheiro de Furnas são estabelecidas no Estatuto Social, sendo vedado o cargo a ascendentes, descendentes ou colaterais até o terceiro grau de integrantes do Conselho de Administração, da Diretoria-Executiva ou do Conselho Fiscal. São inelegíveis pessoas declaradas inabilitadas em ato da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), impedidas por lei especial ou condenadas por crime de qualquer espécie contra a economia, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que proíba, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos. Cada membro dos órgãos da administração deverá, antes de entrar no exercício das funções e ao deixar o cargo, apresentar declaração de bens. [GRI G4-40]

Remuneração

A remuneração dos conselheiros e diretores é fixa, não incluindo parcela variável relativa à avaliação de desempenho econômico, social ou ambiental, e o valor total é aprovado pela Assembleia Geral. Em 2014, o valor total da remuneração dos membros dos conselhos de Administração e Fiscal foi de R\$ 419.083,20; e da Diretoria-Executiva, R\$ 3.024.339,42.

[GRI G4-51, G4-52]

Governança das SPEs

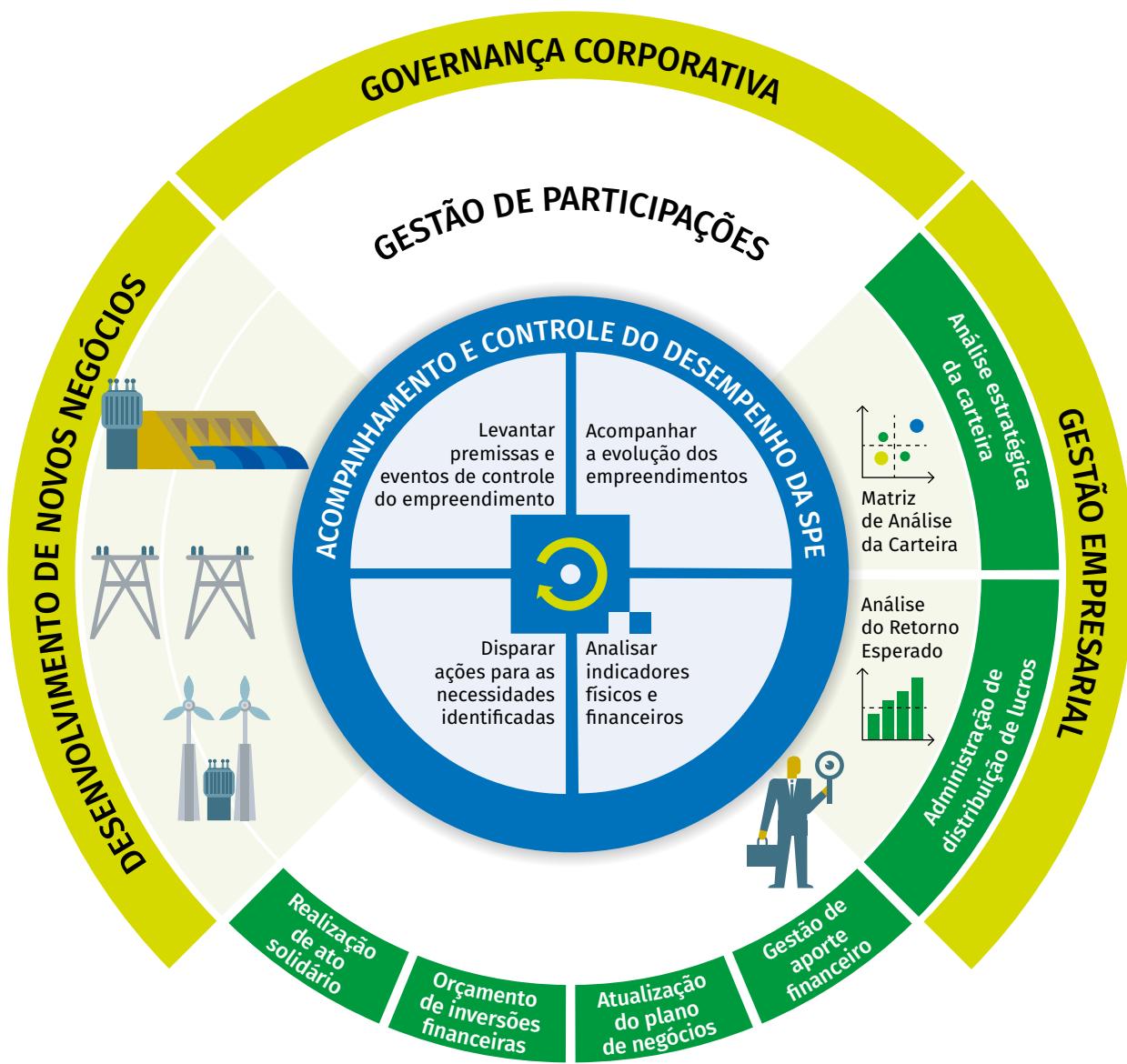
A partir da criação da Diretoria de Planejamento, Gestão de Negócios e de Participações, em 2012, o modelo de governança das Sociedades de Propósito Específico (SPEs) em que Furnas participa vem se aperfeiçoando. Para cada SPE, Furnas indica no mínimo um e no máximo três conselheiros (dependendo do porte e da parcela de participação de Furnas no empreendimento) para comporem o Conselho de Administração da nova sociedade. Tão logo esteja constituída a SPE, é designado um supervisor do quadro de Furnas para acompanhar e controlar de perto o seu desempenho.

Os conselheiros dispõem do Manual de Boas Práticas do Conselheiro, do Dossiê do Conselheiro e do Manual de Acesso a Portal de SPE para orientar sua atuação. Por meio de um sistema de gestão, o supervisor acompanha os indicadores de desempenho físico e financeiro que comporão os diversos documentos que subsidiam os processos de acompanhamento no âmbito de Furnas.

No final de 2014, 79 empregados da empresa tinham assento em conselhos de administração e fiscal, acompanhando 81 SPEs. Para a capacitação de desempenho, eles têm se reunido em Fóruns de Conselheiros de SPEs e apoiam-se no documento *Considerações sobre a Governança de Furnas e das SPEs*, que elenca os processos corporativos de Furnas e das companhias nas quais é detida participação acionária. Em ambiente virtual, os conselheiros podem participar de fóruns e encontrar documentos específicos – a exemplo de elaboração de planos de negócio, demandas ambientais e sociais, entre outros. O objetivo é proporcionar elementos para uma gestão ativa nessas sociedades.

Manual de Boas Práticas orienta atuação de representantes de Furnas nos conselhos das Sociedades de Propósito Específico

MÉTODO DE ACOMPANHAMENTO DAS SPEs



Comportamento ético [GRI G4-DMA]

O Código de Ética Único das Empresas do Sistema Eletrobras define princípios que norteiam ações, comportamentos e decisões profissionais de empregados, diretores, membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, fornecedores e demais públicos de relacionamento da Furnas. Essa conduta é monitorada pela Comissão de Ética, responsável por orientar e aconselhar sobre a ética profissional e o tratamento com as pessoas e com o patrimônio público. A Comissão tem amplos poderes para instaurar processos sobre ato, fato ou conduta que considerar passível de infringência à norma ético-profissional. Poderá ainda receber consultas, denúncias ou representações formuladas contra o servidor público. [GRI G4-56]

No Portal Ética, na intranet da Furnas, encontram-se a legislação vigente, perguntas e respostas relativas à gestão da ética em empresas públicas, assuntos gerais de interesse (postura no Carnaval, nas Eleições, etc.), assim como o serviço Fale Conosco e o Canal Consulta e Denúncia de Desvios Éticos, entre outras informações. [GRI G4-57]

Por força de lei, a Comissão de Ética possui canal exclusivo de atendimento por e-mail, recebendo também denúncias por meio da Ouvidoria. Em 2014, a Comissão de Ética recebeu 18 denúncias, das quais 15 relativas à falta de postura profissional, 2 de uso indevido de recursos e 1 de assédio moral. Após a devida análise, 4 encontram-se em andamento, com 3 casos de Acordo de Conduta Pessoal e Profissional (ACPP), nos quais o empregado é monitorado

durante dois anos por um dos membros da Comissão de Ética e, caso ocorra o fato novamente, receberá Censura Ética que será encaminhada para o Departamento de Pessoal. A Ouvidoria registrou um caso de discriminação envolvendo colaboradores terceirizados, sendo a questão encaminhada e solucionada em contato com o responsável pelo departamento envolvido.

[GRI G4-58, G4-S05, G4-HR3]

Em dezembro de 2014, a Comissão de Ética, em conjunto com a Ouvidoria e com o Comitê Pró-Equidade de Gênero, promoveu o 2º Fórum de Ética, Ouvidoria e Gênero da Furnas (Feog), com o tema “Transparéncia, Direitos Humanos, Participação Social, Combate à Corrupção e como trabalhar na questão de Gênero no Contexto Empresarial”. O Fórum contou com 54 participantes e a presença dos seguintes palestrantes: Luiz Cristiano de Andrade, coordenador de Serviços de Informação da Petrobras; Heloisa Covolan, gerente Responsabilidade Social da Itaipu Binacional, Fábio do Valle Valgas da Silva, chefe da Controladoria Regional da União no estado do Rio de Janeiro; Ana Paula Padrão, jornalista; José Eduardo Elias Romão, ouvidor-geral da União; e Mário Sérgio Cortella, filósofo, professor e escritor.

O tema corrupção foi ainda abordado no Seminário do Fórum Nacional de Gestão da Ética nas Empresas Estatais, promovido pela Eletronorte, em Brasília (DF), e o foco foi Ética e Direitos Humanos no Ambiente Corporativo. Participaram três representantes da Furnas. [GRI G4-S04]

Código de Ética define princípios e norteia ações, atitudes e decisões de empregados, diretores e conselheiros

Gestão de riscos

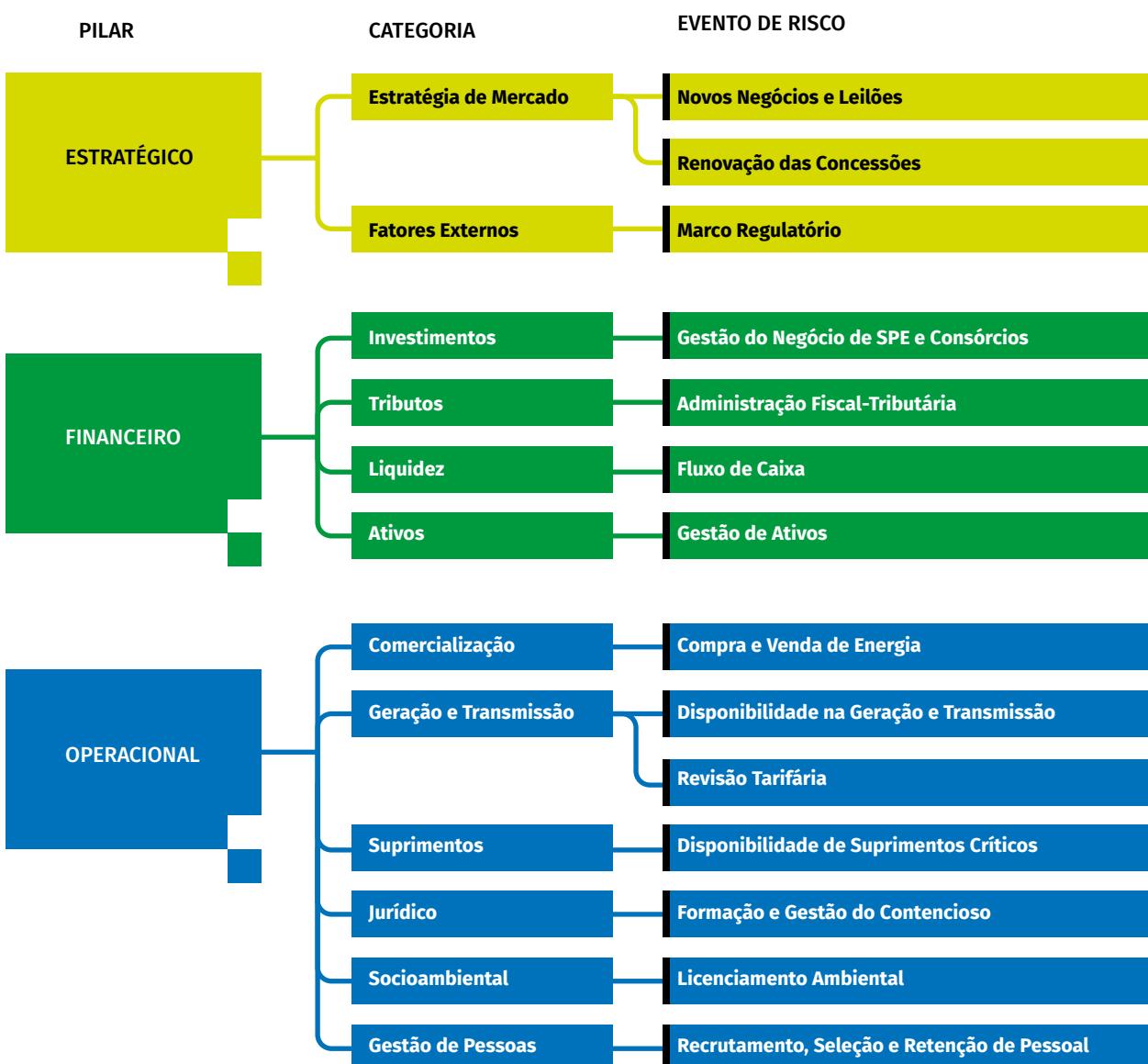
[GRI G4-2, G4-DMA]

As atividades relacionadas à identificação e ao tratamento dos riscos corporativos constituem importante instrumento estratégico e de gestão, fundamental para o processo de governança. A perfeita e tempestiva visão dos diversos fatores de risco e a sua contínua e imediata divulgação permitem que toda a organização realize ajustes necessários para que se aumentem o

grau de sustentabilidade e a proteção contra eventos indesejados, que causem prejuízo financeiro ou de imagem.

No ano, foi revisada a Matriz de Riscos Corporativos, alinhada com a do Sistema Eletrobras. Baseando-se nesta matriz, o Comitê de Gestão de Riscos priorizou 12 categorias de risco para a empresa gerenciar no exercício de 2015.

RISCOS PRIORIZADOS



Nesse contexto, foi elaborado um Plano de Ação, a vigorar em 2015, definindo a metodologia para a avaliação, que possibilitará uma visão quantitativa e financeira dos riscos priorizados. O plano também contempla a adoção de um sistema dinâmico de avaliação mediante coleta de informações, tratamento e disseminação dos riscos corporativos aos quais a empresa esteja submetida.

Controles internos

A fim de certificar, anualmente, a eficácia do ambiente de controles internos, foram definidos os controles mitigadores dos riscos aos quais a empresa se encontra exposta. Essa condição reflete adequação aos requisitos da lei norte-americana Sarbanes-Oxley (SOx) aplicados ao acionista controlador, a Eletrobras, que negocia ações nos Estados Unidos.

O escopo dos processos mais relevantes para a certificação SOx compreende os que possuem materialidade diante das demonstrações financeiras da empresa. Em 2014, foram selecionados 23 processos, associados a temas de gestão de materiais, participações, recursos humanos, financeira, ativo fixo, contingências, contábil, tributária, além de venda de energia, tecnologia, empréstimos e financiamentos, previdência complementar, transação entre partes relacionadas e controles corporativos.

Adicionalmente, Furnas adotará a Estrutura Integrada de Controles Internos recomendada pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (Coso), que considera informações financeiras e não financeiras.

Gestão das contingências – Com o projeto Gestão do Contencioso, Furnas terá até o primeiro trimestre de 2015 uma gestão mais eficiente dos impactos econômico-financeiros das cerca de 8 mil ações judiciais em que é ré. A iniciativa permitirá também mitigar novas demandas judiciais, aprimorar o controle de prognósticos quanto a perdas financeiras, dar maior transparéncia sobre o tema e adotar mecanismos de controle de depósitos judiciais. **[GRI G4-DMA]**



RECUPERAÇÃO DE TORRES DE TRANSMISSÃO/LT MACAÉ-CAMPOS (RJ)

Plano de emergências **[GRI G4-DMA]**

As unidades operacionais de Furnas mantêm Planos de Atendimento às Emergências que estabelecem responsabilidades, providências e ações efetivas para impedir ou minimizar os danos às pessoas, ao meio ambiente e ao patrimônio. Eles são revisados anualmente pelas áreas operacionais e toda ocorrência é descrita, analisada e disponibilizada por meio de um boletim para as demais unidades, formando um banco de boas práticas.

Eventos nas subestações e usinas são atendidos por equipes de operação em turnos de revezamento de 24 horas que, se necessário, acionam profissionais de manutenção de plantão, que providenciam o reparo no menor tempo possível. Há um plano específico de atendimento a emergências de linhas de transmissão. Após a análise de variáveis, como relevo, condições de acesso e quantidade de torres danificadas, são dimensionados os recursos humanos e materiais necessários para o rápido restabelecimento do serviço.



Relações com as partes interessadas

Órgãos das três esferas de governo, acionistas, empregados e colaboradores, clientes, sindicatos, organizações da sociedade, fornecedores, instituições de ensino e pesquisa, entre vários outros grupos, formam um contingente vasto de interlocutores com os quais Furnas busca estreitar laços e estabelecer canais de comunicação. Esse relacionamento é percebido pela empresa como uma importante forma

de contribuição na definição de seus desafios e compromissos. **[GRI G4-24]**

Para conhecer as expectativas e preocupações desses grupos, são utilizados mecanismos de consulta e pesquisa. Sistemas de ouvidoria e outros canais de comunicação, como telefones 0800 e portais na internet, disponibilizam meios eficientes de relacionamento, e as pesquisas anuais da Eletrobras

com partes interessadas acrescentam consistência e servem de indicativos para as iniciativas da empresa. Os públicos considerados prioritários para engajamento são definidos a partir de avaliação conjunta com a Eletrobras, considerando os impactos causados por Furnas sobre essas partes interessadas e como suas percepções e demandas interferem na atuação da empresa. **[GRI G4-25]**

PÚBLICOS DE RELACIONAMENTO **[GRI G4-24, G4-26]**

Parte interessada	Canais de relacionamento
Colaboradores (empregados, contratados e estagiários)	Canais permanentes na intranet corporativa (Fale com o Presidente, Portal RH) e-mail Ouvidoria Comissão de Ética Grupo Gênero Coordenação de Relações Sindiciais, Pesquisa de Clima Sistema de som interno Mídia digital em elevadores Murais Furnas na Mídia afixados em diversos locais da empresa Relatório de Sustentabilidade Café com o Presidente
Órgãos governamentais: Ministério de Minas e Energia (MME), Empresa de Planejamento Energético (EPE), Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e Operador Nacional do Sistema (ONS)	Reuniões periódicas Site na internet Relatório de Sustentabilidade
Acionista controlador (Eletrobras)	Reuniões periódicas Presença de representantes da Eletrobras nos Conselhos de Administração e Fiscal Divulgação trimestral de resultados Relatório da Administração Relatório de Sustentabilidade
Sociedades de Propósito Específico (SPEs) das quais Furnas participa	Reuniões periódicas Presença de representantes de Furnas nos Conselhos de Administração e Fiscal Supervisores de Furnas Relatório de Sustentabilidade
Fornecedores	Portal na internet, canal dedicado a fornecedores Encontros com fornecedores Relatório de Sustentabilidade
Órgãos ambientais	Reuniões periódicas Processos de licenciamento Relatório de Sustentabilidade
Sociedade	Ouvidoria (www.furnas.com.br/frmOuvidoria.aspx) Comissão de Ética Site de Furnas na Internet Fale Conosco (www.furnas.com.br/frmContatos.aspx) Telefone 0800 para atendimento a emergências relativas à operação do sistema Serviço de Informação ao Cidadão (www.furnas.com.br/frmAIACessoInformacao.aspx) Twitter Relatório de Sustentabilidade
Comunidades	Participação em projetos sociais e ambientais, fóruns comunitários e atividades culturais, que envolvem representantes de associações, sindicatos, outras lideranças e o poder público (essas atividades incluem audiências e reuniões públicas no âmbito do processo de licenciamento ambiental, nas quais são negociadas ações de mitigação, controle, reparação e compensação) Relatório de Sustentabilidade



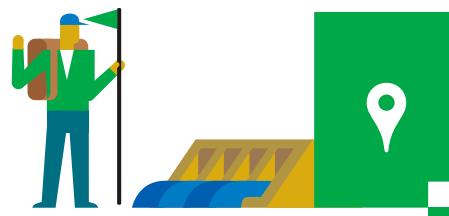
Ouvidoria

A Ouvidoria presta atendimento tanto para o público interno quanto externo. O acesso é assegurado por meio de formulário eletrônico no site de Furnas, fax, telefone, contato pessoal, carta ou outro documento, sempre resguardando o sigilo do manifestante e a confidencialidade do tema. Para ampliar o acesso, a Ouvidoria disponibilizou em 2014 seu *link* nas redes sociais (*Facebook* e *YouTube*) e deu prosseguimento ao projeto de Ouvidoria Itinerante, com visitas às áreas regionais.

Administra também o Fale com o Presidente, exclusivo para o público interno, para esclarecer dúvidas e encaminhar sugestões e comentários, e o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), que disponibiliza, no site de Furnas, diversas informações de interesse público.

Ao longo do ano de 2014, os três canais geridos pela Ouvidoria receberam o total de 887 demandas, sendo 734 manifestações postadas na Ouvidoria, 86 pedidos de informações dirigidos ao SIC, dos quais 16 tiveram recursos, e 67 mensagens encaminhadas ao Fale com o Presidente. Do total, foram registradas 263 solicitações, 216 reclamações, 106 denúncias, 86 pedidos de informação, 91 comunicações, 31 sugestões, 15 temas de meio ambiente, 7 agradecimentos e 5 elogios (além das 67 mensagens ao Fale com o Presidente).

MÍDIAS DIGITAIS EM 2014



Google Maps

O usuário navega pelas instalações da empresa, nas usinas e nas subestações, por meio de imagens de satélite. Em 2014, houve 16.512 visualizações, média de 1.376 acessos por mês.



Site

Mais de 524 mil acessos, com média mensal de 43.734 ou de 1.437 acessos por dia. O serviço Fale Conosco recebeu 2.378 e-mails com pedidos de informação sobre os mais diversos assuntos. Desse total, 98% tiveram suas solicitações atendidas integralmente.



YouTube

158 vídeos ultrapassam 140 mil exibições. Em 2014, recebeu 236 novos inscritos para o espaço criado em outubro de 2012, totalizando 506 participantes.



Twitter

2.837 (tweets) publicados, com adesão de 11.588 seguidores, agregando a média de 200 seguidores novos por mês.



Celular

No canal para plataformas iOS e Android, Furnas registrou mais de 11.000 *downloads*, com crescimento de 250% em relação ao ano anterior. Entre os destaques em *downloads* estão VENTOS e MARÉS (9.300) e CASA VIRTUAL DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA (1.053).



Facebook

A *fan page* tinha 7.331 fãs no final de 2014, o que representa aumento de 85,59% em relação ao ano anterior.



Instagram

São dois perfis. O Furnas Esportes conquistou 1.100 seguidores e foram publicadas pouco mais de 600 fotos, relacionadas aos projetos de marketing esportivo da Empresa. O perfil Furnas Energia foi lançado em 26 de fevereiro de 2014 e acumula pouco mais de 500 seguidores, com cerca de 200 imagens publicadas.





COMPROMISSOS EXTERNOS

[GRI G4-15]

Furnas adota iniciativas voluntárias, com a adesão aos seguintes compromissos nacionais e internacionais:

Objetivos do Milênio da ONU – Desde 2003

Furnas é signatária da iniciativa e em 2012 assinou convênio com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com duração de quatro anos, para a execução do projeto Desenvolvimento de Capacidades, Justiça Econômica Sustentável e Promoção de Boas Práticas para alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio no Brasil.

L Pacto Global das Nações Unidas –

Compromisso firmado em 2003 com os dez princípios nas áreas de direitos humanos, direitos do trabalho, meio ambiente e combate à corrupção.

L Programa Brasileiro do Greenhouse Gas Protocol (GHG Protocol) – Furnas aderiu em

2008, como membro fundador, à iniciativa que promove ações voluntárias de gerenciamento das emissões de gases de efeito estufa e desde então elabora seu inventário anual.

L Plataforma Empresas pelo Clima (EPC) –

Membro desde 2012 da iniciativa coordenada pelo Centro de Estudos em Sustentabilidade (GVces) da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas. O objetivo do movimento é sensibilizar e articular lideranças empresariais para gestão e redução das emissões de GEE, gestão de riscos climáticos e proposição de políticas públicas e incentivos positivos no âmbito das mudanças climáticas.

L Programa na Mão Certa – Iniciativa do

Instituto Childhood Brasil para combate à exploração sexual de crianças e adolescentes, com participação desde 2010.

L Compromisso de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes – Iniciativa da Secretaria

de Direitos Humanos da Presidência da República, com o apoio do

Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável, Federação das Indústrias do Rio de Janeiro e Associação Brasileira Terra dos Homens; adesão em 2010.

L Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) – Iniciativa do Ministério do Meio Ambiente para a adoção das recomendações

do Capítulo IV da Agenda 21 e do Princípio 8 da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento pelos órgãos do governo federal. Adesão ocorreu em 2012.

L Eliminação da Discriminação Étnico Racial e Promoção da Igualdade – Plano de ação

conjunto entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos, coordenado, no Brasil, pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República e pelo Ministério das Relações Exteriores. A empresa participa desde 2012.

L Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça –

Furnas aderiu em 2005. Em 2013, criou o Comitê Pró-Equidade de Gênero e Raça, constituído por dois representantes de cada diretoria e diretamente vinculado à Presidência.

L Princípios de Empoderamento das Mulheres (Women Empowerment Principles - WEPs) –

Adesão desde 2010 aos sete princípios propostos por iniciativa do Fundo das Nações Unidas para a Mulher (Unifem) e do Pacto Global. Em 2014, Furnas conquistou o Prêmio WEPs Brasil 2014, na categoria Empresa de Grande Porte, como reconhecimento à promoção da igualdade de gênero.

L Diretrizes da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) para Empresas Multinacionais – A Eletrobras

aderiu em 2014 ao compromisso de seguir os princípios de conduta empresarial responsável, abrangendo aspectos de direitos humanos, gestão da cadeia de fornecedores, relações trabalhistas, medidas anticorrupção, meio ambiente, interesses do consumidor, entre outros.



PARTICIPAÇÃO EM ENTIDADES

[GRI G4-16]

Furnas contribuiu em 2014 para cerca de 40 entidades, totalizando o valor de R\$ 1,5 milhão em taxas básicas de associação.

A empresa participa de conselhos, diretorias, grupos de trabalhos e comitês de entidades representativas dos segmentos de transmissão e geração de energia que atuam em defesa dos interesses das concessionárias no relacionamento com órgãos como Aneel e ONS, destacando-se: Associação Brasileira das Grandes Empresas de Transmissão de Energia Elétrica (Abrate), Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib), Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica (Abrage), Associação Brasileira de Geradoras Termelétricas (Araget), Associação Brasileira de Companhias de Energia Elétrica (ABCE), Associação Brasileira de Energia Eólica (Abeeólica), Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac), Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), Rede de Biodiversidade da Confederação Nacional das Indústrias (CNI), International Hydropower Association (IHA), Conselho Internacional das Grandes Redes Elétricas (Conseil International des Grands Réseaux Électriques – Cigré), Comitê Brasileiro do Conselho Mundial da Energia (CBCME), associado ao Conselho Mundial da Energia (World Energy Council – WEC), Conselho Consultivo do Parque Estadual da Pedra Branca; e comitês das seguintes Bacias Hidrográficas: Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim; Afluentes Mineiros do Alto Paranaíba; Afluentes Mineiros do Baixo Rio Grande; Estaduais Mineiros; Preto e Paraibuna; e Paraíba do Sul.



USINA TERMELÉTRICA SANTA CRUZ (RJ)



Estratégia e gestão



Crescimento sustentável, excelência operacional e adequação ao modelo, com ajustamento às tarifas, é o tripé que sustenta a estratégia de negócios de Furnas no novo cenário setorial resultante da Lei nº 12.783, que renovou concessões de geração e transmissão de energia que venceriam entre 2015 e 2017 em novas bases de remuneração, com reduções de até 70% pelo serviço prestado. Pelas novas regras, as receitas passam a contemplar unicamente custos de administração, operação e manutenção, excluindo remuneração e depreciação de ativos.

Além de adaptar o plano estratégico ao cenário atual e identificar as alavancas de valor para a atuação de Furnas no curto prazo, a revisão do planejamento estratégico foi centrada em analisar os custos da empresa, bem como definir os objetivos e as metas gerenciais das seis Diretorias e das 22 Superintendências para os próximos anos. O principal legado é a mudança para uma cultura com foco nos resultados, baseada em uma postura proativa em relação aos problemas e em tomadas ágeis de decisão.

Outro foco foi a elaboração de novo mapa estratégico, com base no modelo Balanced ScoreCard, definindo objetivos e metas a partir de quatro perspectivas: financeira, mercado, processos internos e aprendizado.

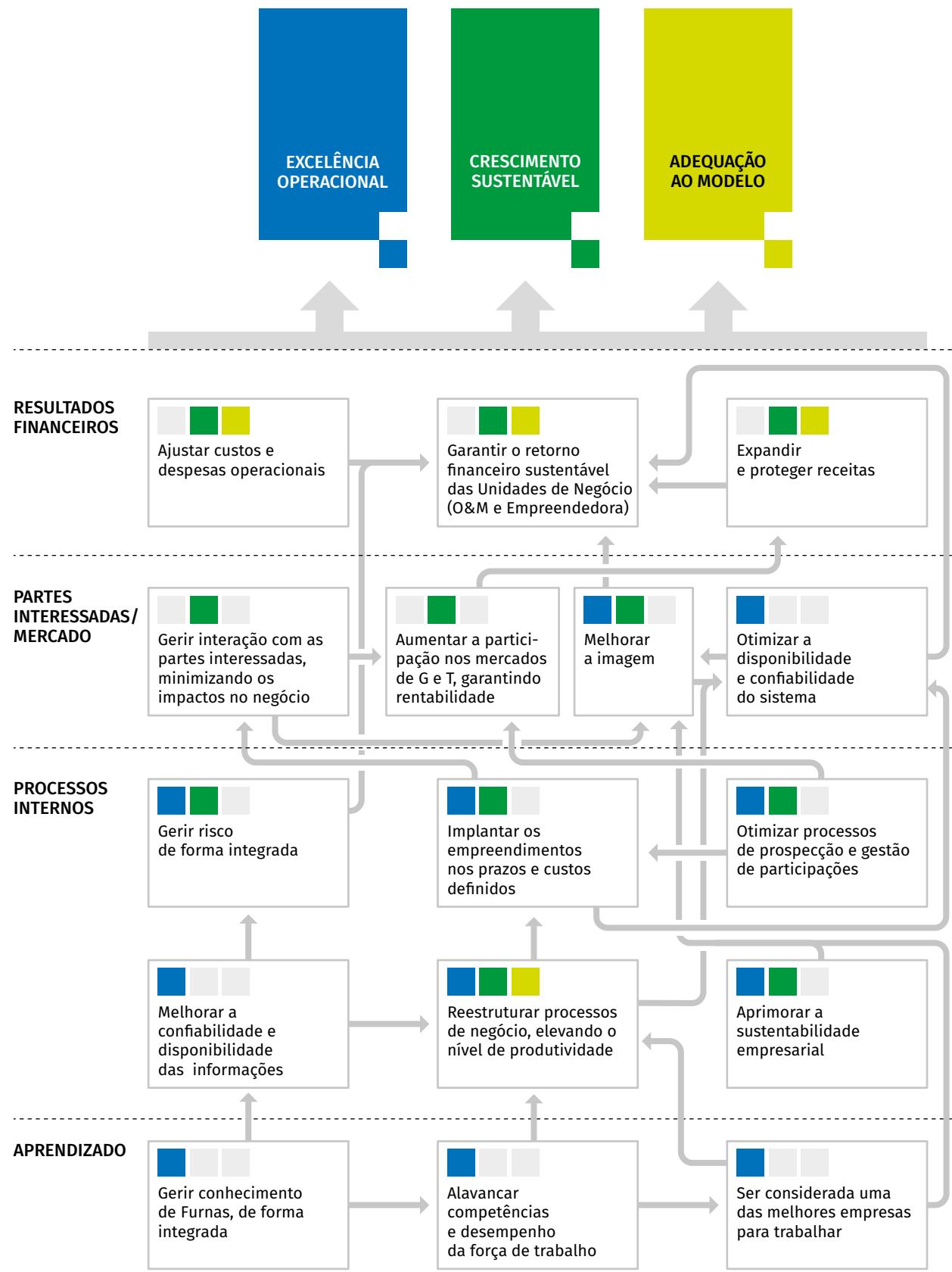
Foram institucionalizadas Reuniões de Acompanhamento da Estratégia (RAEs), que contam com a participação de diretores, assessores, assistentes e superintendentes e promovem bimestralmente discussão a partir dos indicadores e iniciativas relacionados aos objetivos estratégicos estabelecidos. Os Painéis Estratégicos reuniam, em 31 de dezembro, 56 objetivos, 87 indicadores e 72 iniciativas. Há compartilhamento de desafios de cada Superintendência, compromissos de apoio entre as áreas e ações de correção pactuadas para o alcance dos objetivos estratégicos.

Para auxiliar no acompanhamento do orçamento com pessoal, material, serviços e outros (PMSO), foi introduzida em 2014 uma ferramenta que apoia a tomada de decisão dos gestores. Disponível na intranet, é composta por um painel que permite acompanhar os valores orçados e realizados em cada uma das categorias do PMSO, assim como por rubrica e por Diretoria. Outra iniciativa comprehende a adoção da ferramenta Orçamento Base Zero, para fazer uma alocação de custos e despesas adequada com base em cada processo, projeto e atividade necessários para atingir as metas e os objetivos empresariais. **[GRI G4-DMA]**

Estratégia
é baseada
em um tripé:
crescimento
sustentável,
excelência
operacional
e adequação
ao modelo



MAPA ESTRATÉGICO FURNAS 2014 |GRI G4-DMA|



EFICIÊNCIA OPERACIONAL [GRI G4-DMA]

Desde 2013 foi colocada em prática a reestruturação organizacional da companhia, visando a assegurar uma atuação ágil, competitiva, eficiente e rentável no cumprimento de seu papel institucional e no efetivo aproveitamento de oportunidades do mercado. Para colocar em prática esta estratégia, Furnas contou com o apoio da consultoria Roland Berger Strategy Consultants e um Convênio de Cooperação Técnica com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor global de US\$ 3 milhões.

No processo, definiu-se uma nova visão estratégica para os negócios, prevendo uma forma matricial de funcionamento da empresa com base em dois pilares:

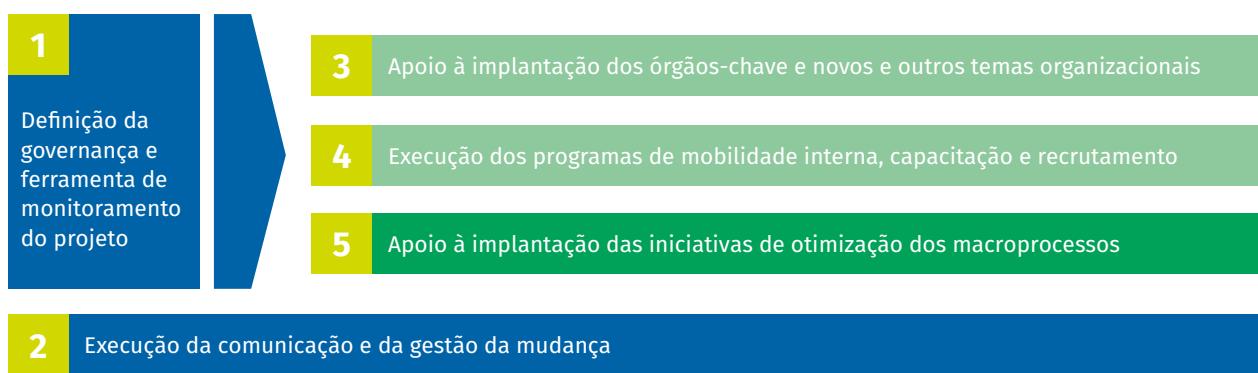
- 1.** Empresa empreendedora, que atua em associação com a iniciativa privada por meio de Sociedades de Propósito Específico (SPEs). Faz a gestão dessas participações e o desenvolvimento de novos negócios e tem como receitas os resultados de seus empreendimentos;
- 2.** Empresa operadora e mantenedora, aproveitando a integração e a sinergia de ativos corporativos de geração e transmissão. É sustentada por receitas relativas a esses serviços.

Denominada Projeto de Reestruturação Organizacional (PRO-Furnas), essa reestruturação foi dividida em duas etapas, a primeira concluída em 2013 e a segunda iniciada em 2014. Entre as mudanças, houve redução de 26% no número de unidades organizacionais (81) e identificação consolidada de 219 iniciativas de otimização. Desde o início do projeto até o final de 2014, 85 iniciativas haviam sido concluídas, viabilizando a apropriação anual definitiva de economia da ordem de R\$ 156 milhões, com pessoal próprio e contratado, o que representou 44% da economia total prevista no projeto.

Centros de Serviços Compartilhados –

O PRO-Furnas também abrange a estruturação de Centros de Serviços Compartilhados (CSCs). Os CSCs centralizam o processo de compras e contratações de acordo com as melhores práticas de mercado, liberando as áreas de negócios da execução de atividades administrativas de rotina. Os Centros já assumiram as atividades de contas a pagar e a receber, compras de pequeno vulto, licitações para materiais comuns e serviços contínuos, gestão de contratos, reembolso médico, serviços gerais e gestão de frota.

ESCOPO DO PRO-FURNAS II





REUNIÃO DE ACOMPANHAMENTO DA ESTRATÉGIA

Furnas Mais – Lançado em maio de 2014, o projeto Furnas Mais (Mobilidade, Automação, Inovação e Sinergia) é baseado em coletores de dados portáteis, com tecnologia Wifi, GPS e câmera fotográfica e tem como objetivos a melhoria da gestão da manutenção, o aumento da disponibilidade e da confiabilidade dos ativos, assim como a diminuição de custos operacionais. Esses equipamentos são utilizados pelas equipes de operação e manutenção das usinas, subestações e linhas de transmissão na transferência direta dos dados de campo para o sistema informatizado de gestão da manutenção (O SAP/PM), fornecendo informações precisas sobre inspeções, manutenções realizadas, valores de parâmetros operativos, entre outras.

Plano de Readequação do Quadro de Pessoal (Preq) – No processo de reestruturação, esse plano constituiu-se no incentivo ao desligamento de colaboradores já aposentados e adequação do quadro ao novo ambiente setorial. Na primeira fase, de julho de 2011 a agosto de 2013, foram desligados 1.286 empregados; na segunda fase, de outubro de 2013 a novembro de 2014, foram desligados 437 empregados,

totalizando 1.723 desligamentos. Ao final da segunda fase, a economia acumulada ultrapassou R\$ 1 bilhão. A partir de dezembro de 2014, foi alcançada a economia mensal de cerca de R\$ 50 milhões.

Desmobilização de não efetivos – O plano reflete acordo estabelecido com o Supremo Tribunal Federal (STF), Ministérios Públicos do Trabalho (MPT), Advocacia Geral da União (AGU), Tribunal de Contas da União (TCU) e Federação Nacional dos Urbanitários. Prevê a redução total dos 1.330 empregados não efetivos, de forma escalonada entre 2014 e 2018, e a contratação de 550 aprovados no último concurso público realizado pela empresa. Até o exercício de 2014, foram admitidos 444 candidatos.

Escritório de Projetos – Furnas alcançou avanços significativos para superar dois dos seus principais desafios nos últimos anos: a conclusão de obras dentro do cronograma estabelecido e o aumento da sinergia entre as diversas áreas envolvidas em um mesmo projeto, a fim de eliminar entraves e agilizar processos. Para isso, foi criado o Escritório de

Projetos, no nível de Superintendência, no qual 14 gestores se dividem na responsabilidade de gerenciar cerca de 260 projetos em todo o País, integrando ações das áreas fundiária, de meio ambiente, planejamento, engenharia, construção, operação e manutenção; e acompanhar todo o ciclo de implantação dos empreendimentos. Foram instituídos critérios de prioridade para a gestão de portfólio de projetos, permitindo a Furnas focar, principalmente, naqueles que são objeto de resoluções da Aneel e que, uma vez concluídos, geram novas receitas para a empresa.

Quadro Qualiquantitativo de Referência – Esse quadro foi definido em agosto de 2014, com o envolvimento direto de todo o corpo gerencial, que determinou as necessidades de número de colaboradores e revisou lacunas na composição da força de trabalho em decorrência de novos desligamentos voluntários de pessoal próprio. O quadro de referência contempla 4.112 vagas para 2016, entre empregados e contratados. Como mostra o gráfico ao lado, o número de empregados efetivos e contratados vem caindo ao longo dos anos.

CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL |GRI G4-DMA|

Balizadora da atuação das empresas mais responsáveis e eficientes, a sustentabilidade torna-se, a cada dia, condição para a sobrevivência e perenidade das grandes corporações. Incorporando a fatores econômicos os aspectos relativos à responsabilidade social e ambiental, esse conceito amplia os horizontes das empresas no que se refere à geração de valor para todas as partes interessadas e ao desenvolvimento comprometido com a garantia de benefícios para as gerações futuras.

O envolvimento da empresa com a sustentabilidade aprofundou-se com a inserção do tema no seu planejamento estratégico, presente, inclusive, no PRO-Furnas, que deslocou o núcleo de sustentabilidade para posição de centralidade. Criou-se a Coordenação de Sustentabilidade que, juntamente com as coordenações de Informações Corporativas e de Gestão da Estratégia, passa a compor a nova Superintendência de Estratégia e Sustentabilidade.

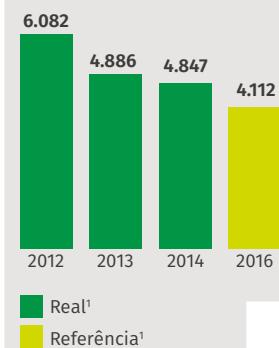
A sustentabilidade em Furnas consolida-se como importante ferramenta de gestão. Tanto no atendimento a indicadores de mercado, quanto na análise de lacunas para o aperfeiçoamento de procedimentos internos, os esforços em direção a uma atuação sustentável têm auxiliado em melhorias constantes na operação. Com a participação de Furnas e das outras empresas do sistema, a Eletrobras permanece listada no *Dow Jones Sustainability Emerging Markets Index*, carteira que reúne as ações de 86 empresas de 12 países, sendo 17 do Brasil, e no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), da Bolsa de Valores de São Paulo.

ADEQUAÇÃO AO MODELO |GRI G4-DMA|

Desde o início, o norte para a reestruturação de Furnas foi seu alinhamento às mudanças regulatórias do setor elétrico brasileiro. Isso se tornou ainda mais importante com as posteriores medidas do Governo Federal em busca de modicidade tarifária. Nesse ambiente, as concessões de novos ativos de geração e transmissão passaram a ser leiloadas, pelo menor preço, entre empresas interessadas na expansão do sistema elétrico, em processo mais competitivo. Para as estatais, uma alternativa eficiente para competir é participar dos leilões por meio de associação minoritária em Sociedades de Propósito Específico (SPEs).

Com essa prática, a companhia conseguiu minimizar os significativos impactos em sua receita causados pelo atraso de obras e as consequentes sanções da Aneel que a atingiam financeiramente e dificultavam sua participação em leilões. O investimento em novas obras favorece o aumento da receita e o fortalecimento da companhia. Nesse sentido, mantinha no final de 2014 participação em 81 SPEs, que representam investimentos globais de cerca de R\$ 20 bilhões, com recursos provenientes de sócios acionistas, do BNDES e de outras entidades financeiras. As participações nas SPEs têm ainda como meta proporcionar retorno do investimento sob a forma de dividendos superior ao custo de capital de Furnas.

QUADRO QUALIQUANTITATIVO



¹Inclui apenas efetivos e contratados.

R\$ 20
bilhões é o
investimento
global nas
participações
em 81
Sociedades
de Propósito
Específico

Retomada do crescimento [GRI G4-DMA]

Furnas estabeleceu metas arrojadas de crescimento e prevê passar dos atuais 14,6 mil MW para 20 mil MW na geração, até 2020, diversificando as fontes no campo da energia limpa e renovável. Na transmissão, projeta elevar os atuais 24 mil quilômetros de linhas para 31 mil, um aumento de 29% no mesmo período. [GRI EU10]

Para atingir as metas, foram previstos R\$ 4,2 bilhões anuais em investimentos, dos quais R\$ 3,2 bilhões em geração e R\$ 1 bilhão em transmissão. A parcela de recursos a ser aportada pela empresa, e que corresponde a cerca de R\$ 1,8 bilhão ao ano, será viabilizada por meio de seu fluxo operacional de caixa e das indenizações que tem a receber pelos ativos prorrogados e ainda não amortizados.

No ano, cumprindo os compromissos assumidos no Plano de Negócios e Gestão, foram registradas importantes conquistas, dentre as quais destacam-se:

- Conclusão de mais uma etapa da construção da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio, localizada no Rio Madeira, estado de Rondônia, correspondendo a 94% do total do empreendimento, cuja capacidade instalada total é de 3.568,8 MW;
- Conclusão da Usina Hidrelétrica de Batalha, localizada no Rio São Marcos, entre os estados de Goiás e Minas Gerais, com capacidade instalada de 52,5 MW, que entrou em operação comercial em maio de 2014;
- Conclusão dos ensaios da primeira e da segunda máquinas da Usina Hidrelétrica de Teles Pires, localizada no Rio Teles Pires, entre os estados de Pará e Mato Grosso, com capacidade instalada total de 1.819,8 MW;
- Obtenção, em consórcio, por meio de leilão da Aneel, realizado em 28 de março de 2014, da concessão para operação e manutenção da Usina Hidrelétrica de Três Irmãos, localizada no Rio Tietê, estado de São Paulo;
- Conquista, em leilão, e em parceria com a State Grid Brasil Holding e com a Eletronorte, da primeira linha de transmissão em corrente contínua para a interligação da Usina de Belo Monte ao Sudeste, a LT 800 kV CC Xingu-Estreito, com duas subestações conversoras e 2.092 quilômetros de extensão;
- Conclusão dos projetos de geração eólica Miassaba 3 e Rei dos Ventos 1 e 3, todos localizados no estado do Rio Grande do Norte;
- Conclusão dos empreendimentos de transmissão Integração Energética Madeira (Lote D, em agosto de 2013, e Lote F, em maio de 2014), MGE Transmissão (agosto de 2014), Linha de Transmissão Tijucó Preto-Itapeti-Nordeste e Subestação Zona Oeste, abrangendo diversos estados da federação.



UHE BATALHA (GO/MG)

20 mil MW é a meta de capacidade de geração até 2020, com diversificação de fontes de energia



NOVOS EMPREENDIMENTOS

Nos novos negócios conquistados em 2014, destacaram-se:

Três Irmãos

O leilão da hidrelétrica de Três Irmãos, que pertencia à Companhia Energética de São Paulo (Cesp), foi o primeiro de uma usina rellicitada entre as que não foram renovadas no âmbito da Lei nº 12.783. O consórcio Novo Oriente, formado por Furnas (49,9%) e pelo fundo de investimento Constantinopla (50,1%) foi o único grupo a participar do processo. O valor proposto foi de R\$ 31,6 milhões anuais e o prazo de concessão é de 30 anos. A operação foi um marco muito importante para Furnas porque abriu oportunidade para operar usinas recebendo a remuneração por este serviço, que é uma atividade do *core business* de Furnas.

Antes de assumir a operação, a empresa Triunfo adquiriu 100% das cotas do fundo Constantinopla. Os dirigentes de quatro das cinco empresas que formavam o fundo tiveram seus nomes citados em investigações da Operação Lava Jato, envolvendo denúncias de corrupção. Na sua composição original, o fundo Constantinopla habilitara-se a participar do leilão em processo de chamada pública mantido por Furnas para a constituição de SPEs e, na ocasião, as informações disponíveis não desabonavam o parceiro.

→ Mais informações sobre chamadas públicas estão na página 42.

Linhão de Belo Monte

O Consórcio IE Belo Monte – formado por Furnas (24,5%), State Grid Brazil Holding S.A. (51%) e Eletronorte (24,5%) – venceu o leilão para a construção da linha com 2,1 mil quilômetros de extensão e capacidade para transmitir 4 mil MW de energia entre a UHE Belo Monte e a Região Sudeste. Será

a primeira linha de transmissão do país com tensão de 800 kV, na qual há menor perda de energia durante o transporte. Para vencer o leilão, o grupo ofereceu R\$ 434,647 milhões, com 38% de deságio sobre a Receita Anual Permitida Máxima (R\$ 701,04 milhões). O deságio foi possível graças à união da expertise de três grandes empresas, com tecnologia reconhecida em desenvolvimento de projetos, construção, operação e manutenção. O investimento previsto é de R\$ 5 bilhões.

Acordo Brasil-China

Novos empreendimentos ainda poderão surgir nos próximos anos decorrentes da parceria entre Furnas e duas empresas chinesas, a State Grid e a Three Gorges (Três Gargantas), como parte do acordo de cooperação assinado entre os governos brasileiro e chinês no âmbito da visita do presidente da China, Xi Jinping, logo após a Copa do Mundo em cerimônia realizada no Palácio do Planalto. Foram assinados vários acordos de cooperação estratégica entre a Eletrobras e Furnas e as empresas China Three Gorges Corporation e CWEI Participações para o incremento de cooperação na construção de empreendimentos hidrelétricos no Rio Tapajós. Além disso, há compromissos entre Furnas e Three Gorges para o estudo conjunto de fontes de energia renovável, incluindo hidrelétricas, eólicas, solar – no Brasil, na China e em outros países.

■ Parcerias firmadas com as empresas chinesas State Grid e Three Gorges ampliam oportunidades de crescimento conjunto no desenvolvimento de projetos elétricos



PARQUE EÓLICO REI DOS VENTOS (RN)

INVESTIMENTOS

Em 2014, os investimentos somaram R\$ 2.308 milhões, consolidando R\$ 849 milhões próprios e R\$ 1.459 milhões nas participações societárias.

Os aportes em SPEs nas quais Furnas mantém participação totalizaram R\$ 1.459 milhões, com destaque para a Madeira Energia S.A. (Mesa), concessionária da UHE Santo Antônio em Rondônia (R\$ 1.079 milhões), representando 74% do investimento no período. Parques eólicos em construção receberam R\$ 127 milhões.

No segmento Geração foram investidos R\$ 152 milhões, sendo R\$ 61 milhões em expansão e R\$ 91 milhões em modernização e manutenção do sistema de geração de energia elétrica.

Foram investidos R\$ 606 milhões em transmissão, na implantação das linhas integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e em ações do Plano Geral de Empreendimentos de Transmissão de Instalações em Operação (PGET), com o objetivo de ampliar a segurança e a confiabilidade do sistema. Entre 2011 e 2014 foram concluídos mais de 75 projetos de reforços e melhorias, e, para o período de 2011 a 2018, o PGET prevê a ampliação e substituição de mais de 5.500 equipamentos superados ou em final de vida útil, entre transformadores, disjuntores e chaves seccionadoras. Apenas em 2014 foram substituídos 336 equipamentos.

Outros R\$ 79 milhões foram destinados à manutenção e à adequação da infraestrutura e R\$ 12 milhões a ações e programas de conservação e preservação ambiental decorrentes da implantação das instalações de geração e de transmissão.

INVESTIMENTOS (R\$ milhões)



EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS (R\$ milhões)

Ano	Investimentos corporativos	Inversões financeiras	Total moeda corrente	Total moeda constante Dez/2014 ¹
2010	1.245	340	1.585	2.013
2011	989	1.032	2.021	2.410
2012	1.148	1.473	2.621	2.954
2013	945	1.127	2.072	2.205
2014	849	1.459	2.308	2.308

¹Valores corrigidos pelo IPCA para dezembro de 2014.

INVESTIMENTOS PRÓPRIOS (R\$ milhões)

	2013	2014
Geração		
Implantação UHE Simplício	116	20
Implantação UHE Batalha	124	21
Modernização UHE Luiz Carlos Barreto	4	-
Modernização UHE Furnas	61	44
Manutenção do Sistema de Geração	61	47
Ciclo Combinado UTE Santa Cruz	1	20
Subtotal Geração	367	152
Transmissão		
Reforços e Melhorias no Sistema de Transmissão	101	223
LT Tijuco Preto-Itapeti-Nordeste	21	22
LT Macaé-Campos 3	1	-
Implantação do Sistema de Transmissão Mascarenhas-Linhares	21	16
Ampliação do Sistema de Transmissão de Furnas	36	27
Manutenção do Sistema de Transmissão de Furnas	261	298
Sistema de Transmissão Bom Despacho 3-Ouro Preto 2	49	20
Subtotal Transmissão	489	606
Outros		
Manutenção e Adequação de Ativos de Informática e Teleprocessamento	32	30
Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos	27	43
Preservação/Conservação Ambiental	18	12
Manutenção e Adequação de Bens Imóveis	12	6
Subtotal Outros	89	91
Total	945	849

INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS (R\$ milhões)

SPE	Participação de Furnas (%)	Empreendimento	Investimento 2014 (R\$ milhões)
Geração			
Madeira Energia S.A.	39,0	UHE Santo Antônio	1.079
Inambari Geração de Energia	19,6	UHE Inambari	0
SPEs Energia dos Ventos I a X	49,0	EOLs dos Complexos Eólicos Aracati e Fortim	20
Teles Pires Participações S.A.	24,5	UHE Teles Pires	0
SPEs dos Complexos Eólicos Punaú & Baleia	49,0	EOLs dos Complexos Eólicos Punaú e Baleia	95
Centrais Geradoras Eólicas Famosa, Rosada, Pau Brasil e São Paulo	49,0	EOLs Famosa 1/Rosada/ Pau Brasil/São Paulo	6
Retiro Baixo Energética S.A.	49,0	UHE Retiro Baixo	3
Empresa de Energia São Manoel	33,3	UHE São Manoel	0
SPEs do Complexo Eólico Famosa III	90,0	EOLs do Complexo Eólico Famosa III	0
SPEs do Complexo Eólico Itaguaçu da Bahia	49,0	EOLs do Complexo Eólico Itaguaçu da Bahia	12
Tijoá Participações e Investimentos S.A.	49,9	UHE Três Irmãos	1
Centro de Soluções Estratégicas S.A	49,9	Centro de Soluções Estratégicas	2
Transmissão			
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	24,5	LT Porto Velho-Araraquara 2	40
Transenergia São Paulo S.A.	49,0	SE Itatiba	2
Luziânia-Niquelândia Transmissora S.A.	49,0	SE Luziânia/SE Niquelândia	6
Goiás Transmissão S.A	49,0	LT Rio Verde Norte-Trindade	7
MGE Transmissão S.A.	49,0	LT Mesquita-Viana 2	29
Caldas Novas Transmissão S.A.	49,9	SE Corumbá	0
Transenergia Renovável S.A.	49,0	LT Chapadão-Quirinópolis/SE Jataí/ SE Edeia/SE Quirinópolis	0
Transenergia Goiás S.A.	49,0	LT Serra da Mesa-Barro Alto	28
Triângulo Mineiro Transmissora S.A.	49,0	LT Marimbondo II-Assis	31
Paranaíba Transmissora de Energia S.A.	24,5	LT Barreiras II-Rio das Éguas/ LT Luziânia-Pirapora 2	47
Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A.	49,0	LT Luziânia-Brasília Leste/LT Samambaia-Brasília Sul/LT Brasília Sul-Brasília Geral/SE Brasília Leste	15
Lago Azul Transmissora de Energia S.A.	49,9	LT Barro Alto-Itapaci	2
Mata de Santa Genebra Transmissora S.A	49,9	LT Itatiba-Bateias/LT Araraquara 2-Itatiba/ LT Araraquara 2-Fernão Dias/SE Santa Bárbara d'Oeste/SE Itatiba/SE Fernão Dias	27
Belo Monte Transmissora de Energia S.A.	24,5	LT Xingu-Estreito	6

PROJETOS EM EXECUÇÃO

Durante 2014, estavam em desenvolvimento projetos de geração que irão agregar ao sistema brasileiro 4.898 MW de capacidade, sendo 3.802 MW em três usinas hidrelétricas e 1.096 MW em 48 parques eólicos que estão sendo construídos nos estados do Ceará, do Rio Grande do Norte e da Bahia (nesses, a parcela de Furnas corresponde a 652,05 MW). Os empreendimentos hidrelétricos compreendem:

UHE Santo Antônio – A usina é um projeto da SPE Madeira Energia S.A. em construção no Rio Madeira, em Rondônia. Até o final de 2014, 32 das 50 unidades geradoras estavam em operação, agregando 2.286,08 MW à capacidade de geração do País. A participação de Furnas é de 39%. A obra deve ser concluída em 2016, com capacidade total de 3.568,8 MW.

UHE Teles Pires – Em construção no Rio Teles Pires, no estado do Mato Grosso, tem 1.819,8 MW de potência instalada, prevendo-se o início das operações em 2015. Furnas detém 24,5% de participação.

UHE São Manoel – No Rio Teles Pires, na fronteira dos estados do Mato Grosso e do Pará, a usina tem 700 MW de capacidade e a participação de Furnas é de 33,3%. A usina deve ser concluída em 2018.

Em transmissão, as obras em execução consistem em 329 quilômetros de linhas de empreendimentos próprios e 4.554 quilômetros sob o regime de SPE, além de 12 subestações em parceria.



UHE SANTO ANTÔNIO (RO)

NOVOS NEGÓCIOS

Oportunidades de negócios estão em desenvolvimento, a exemplo de:

Operação e Manutenção – Furnas aproveitou a integração e a sinergia de ativos corporativos de geração e transmissão para criar o Centro de Serviços Estratégicos, que atua na prestação de serviços de operação e manutenção desses ativos, fortalecendo sua posição nesse mercado, e agregando, com isso, receita proveniente desses serviços. O negócio será desenvolvido em nova sociedade com a empresa Triunfo, parceira na UHE Três Irmãos.

Prestação de Serviços – A comercialização de serviços está evoluindo nas oportunidades de negócios a partir das principais competências técnicas de Furnas, representando um componente em crescimento para as receitas da empresa. Envolve atividades como estudos hidráulicos em modelo reduzido, segurança de barragens, cursos de linha de transmissão, de manutenção de subestações e de operadores de usina, entre outras.

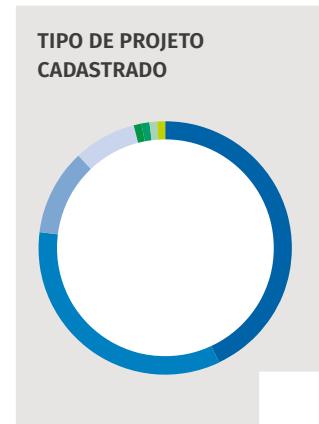
O&M de PCHs – Com base na Lei nº 12.783, de 11/01/2013, o Ministério de Minas e Energia (MME) publicou as Portarias nº 124 e nº 189, designando Furnas como responsável pela prestação de serviços de operação e manutenção da geração de energia das Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) Neblina, Sinceridade e Dona Rita.

Chamada pública

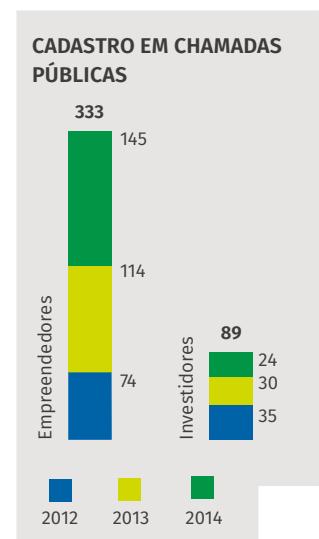
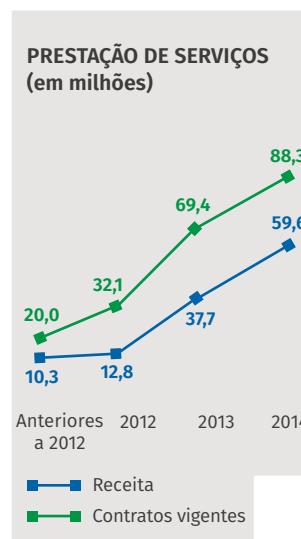
Para assegurar total transparência em seus atos de prospecção e ampliação de negócios e selecionar potenciais parceiros, Furnas vale-se exclusivamente de Chamada Pública de Novas Oportunidades, que ocorre em duas modalidades. As chamadas para investimento buscam cadastrar empresas que desejem dividir financeiramente projetos com Furnas. Já as chamadas para futuros empreendimentos são permanentes e estão abertas desde 2012.

As empresas cadastradas que atendem às premissas de participação devem entregar a documentação necessária e recebem informações adicionais sobre projetos, bem como critérios (técnicos, comerciais, jurídicos e estratégicos) a serem adotados na seleção da parceria, tornando o processo isonômico, legal e transparente.

De fevereiro de 2012 a dezembro de 2014, foram contabilizados 89 cadastros ativos de investidores para participação em leilões de geração e de transmissão, sendo 24 apenas em 2014. No mesmo período, registraram-se 333 cadastros de empreendedores para projetos das mais diferentes fontes de energia elétrica (geração hídrica, térmica convencional, térmica a biomassa, eólica, solar e por meio de resíduos sólidos), somando cerca de 19.000 MW de capacidade. Só em 2014, 145 novos cadastros de empreendedores foram efetuados.



Eólica	43,2%
Solar	33,6%
PCH	10,5%
Alienação de ativos	8,1%
UTE resíduos sólidos	1,2%
UTE gás natural	1,2%
UTE biomassa	1,2%
UTE carvão	0,9%





PARQUE EÓLICO REI DOS VENTOS (RN)

Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação – P&D+I

[GRI G4-DMA]

No quadriênio 2013-2016, Furnas terá investido cerca de R\$ 300 milhões em P&D+I para testar e desenvolver novas formas de geração de energia limpa e renovável. São prioritários projetos com foco em sustentabilidade, ligados a novas fontes limpas de geração de energia elétrica. A empresa também investe em projetos relacionados à mini e microgeração distribuída, já regulamentados pela Aneel, e que, na próxima década, poderão representar parcela significativa da geração. Destina recursos ainda para o domínio de novas tecnologias, como a transmissão em extra-alta na tensão em 800 kV.

Em outubro de 2014, em meio à reestruturação da área de tecnologia, Furnas promoveu a fusão de sua área de P&D com seus laboratórios, no intuito de prover melhor suporte técnico à execução dos projetos e, simultaneamente, oferecer condições para que a tecnologia gerada seja internalizada. No ano, houve acompanhamento rigoroso de seis projetos de P&D+I contratados no

ano anterior visando ao aproveitamento sustentável de recursos naturais para geração de energia, e um projeto para possibilitar a transmissão de grandes blocos de energia a longas distâncias com reduzida faixa de passagem. Os projetos foram selecionados segundo análise técnica e mercadológica, de acordo com o direcionamento estratégico estabelecido pela alta administração, e por meio de Chamada Pública, considerando sua importância estratégica.

Os investimentos em projetos categorizados como inovadores relacionados à sustentabilidade têm se mantido e totalizaram R\$ 1.176 mil em 2014, sendo 23,1% em energias renováveis, 11,4% em meio ambiente e 65,5% em tecnologias de transmissão e distribuição. Esse tema abrange o aporte no principal projeto desenvolvido por Furnas nos últimos anos e relacionado a linhas de transmissão em ultra-alta tensão (UAT), com a construção do Laboratório de Ultra-Alta Tensão em parceria com outras empresas do Sistema Eletrobras. [GRI G4-DMA]

4,6
milhões de reais
foram aplicados
em 2014 em
projetos de
P&D, com maior
volume em
tecnologias de
transmissão



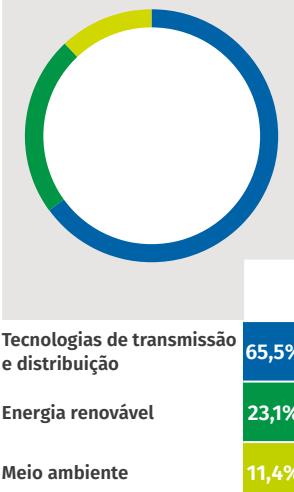
Furnas tem ampliado estudos e pesquisas relacionados a fontes alternativas de energia como forma de diversificar sua matriz energética. Dentre esses projetos¹ destacam-se:

Geração de eletricidade por ondas do mar – Consiste na instalação e operação de um protótipo de conversor do tipo *offshore* para a geração de eletricidade pelas ondas do mar, em escala real, no litoral do Rio de Janeiro. As entidades executoras do projeto são a Coppe/UFRJ e a startup Seahorse.

Aproveitamento energético de resíduos – O projeto visa ao aproveitamento energético de resíduos sólidos urbanos por meio da tecnologia inovadora e não poluente chamada pirólise a tambor rotativo, que consiste num processo de decomposição termoquímica de materiais orgânicos. O objetivo é comercializar a tecnologia como solução de tratamento de lixo com geração de energia, sobretudo nos municípios com população inferior a 40 mil habitantes. As entidades executoras do projeto são o Centro para Inovação e Competitividade (CIC); Universidade Federal Fluminense (UFF); CDIOX Safety & Security e Innovar Energias Renováveis.

Créditos de carbono – Os projetos Desenvolvimento de Metodologia para Subsidiar a Elaboração de Linha de Base para Cálculo das Emissões do Setor Elétrico e Monitoramento da Emissão de Gases de Efeito Estufa em Reservatórios de Usinas Hidrelétricas enquadram-se como atividades de P&D relacionadas ao tema alocações de crédito de carbono. Estes projetos objetivam avaliar as emissões de gases do efeito estufa em decorrência da implantação de usinas hidrelétricas, pelo fato de estudos recentes terem indicado que reservatórios podem atuar como sumidouros de carbono. Essa questão tem sido considerada de grande relevância em razão das exigências cada vez maiores dos órgãos ambientais para a concessão de licenças, objetivando a implantação de empreendimentos dessa natureza.

INVESTIMENTOS EM P&D – 2012 A 2014



INVESTIMENTOS EM P&D (R\$ mil)

	2012	2013	2014
Tecnologias de energia renovável	0	30.100	3.403
Tecnologias de transmissão e distribuição	100	95.000	0
Serviços inovadores relacionados à sustentabilidade/meio ambiente	5.715	9.600	1.176
Total	5.815	134.700	4.579

Obs.: O valor atípico do ano 2013 refere-se ao aporte institucional para a implantação do laboratório de Ultra-Alta Tensão, sob a responsabilidade de execução do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel).

→ ¹Mais projetos de P&D de desenvolvimento sustentável são apresentados na página 96 do Anexo deste Relatório.



Desempenho operacional





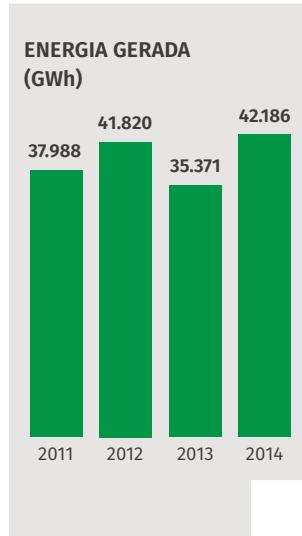
Geração

As 27 usinas de Furnas geraram 42.186 GWh de energia em 2014, dos quais 25.149 GWh por usinas próprias e 17.037 GWh por usinas nas quais detém participação. Do total, 38.947 GWh foi de geração hidrelétrica, 2.727 GWh de geração térmica e 512 GWh de eólica. O volume foi 19,3% superior ao registrado em 2013. No ano, destacou-se a entrada em operação comercial da UHE Batalha, na divisa dos estados de Goiás e Minas Gerais, e de três parques eólicos no estado do Rio Grande do Norte (Miassaba e Rei dos Ventos 1 e 3). **[GRI EU2]**

As usinas hidrelétricas tiveram fator de disponibilidade médio de 86,9% em 2014. Da indisponibilidade de 13,1%, o percentual de 2,4% foi referente a desligamentos forçados por falhas em equipamentos ou sistemas. Os outros 10,7% representam desligamentos programados para manutenções preventivas ou revisões gerais de unidades geradoras. O aumento da indisponibilidade programada deve-se à execução de diversos serviços autorizados pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) que não haviam sido liberados em anos anteriores, o que foi possível devido à situação hidrológica desfavorável verificada. A usina térmica de Santa Cruz teve disponibilidade de 94,9% e índice de eficiência de 31%. **[GRI EU30, EU11]**

Situação dos reservatórios

O ano de 2014 apresentou grande período de estiagem e as vazões afluentes aos reservatórios estiveram bastante abaixo dos valores médios históricos durante a maior parte do tempo. Ao final do exercício, os níveis de armazenamento eram da ordem de 15% nas UHEs Furnas, Itumbiara, Funil e Marimbondo, 25% na UHE Serra da Mesa, 45% na UHE Corumbá e 75% na UHE Mансo. O reservatório



equivalente, que é a representação do volume total de água armazenada nos reservatórios das hidrelétricas de Furnas, encerrou o período com 23% de capacidade.

Embora relativamente baixos, tais níveis não comprometeram a geração de energia elétrica. Os reservatórios das UHEs Furnas, Marimbondo, Itumbiara, Serra da Mesa e Manso são de regularização e operam armazenando água durante o período chuvoso (novembro a abril) para utilização no período de estiagem (maio a outubro). Esse procedimento permite que as usinas produzam a energia elétrica necessária durante todo o ano, além de fornecer água para que outras usinas situadas rio abaixo também possam operar.

As usinas são componentes do Sistema Interligado Nacional (SIN) e a operação é planejada e programada em conjunto com o Operador Nacional do Sistema (ONS), que define o nível do reservatório e a energia despachada.

UHE Batalha – Com capacidade instalada de 52,5 MW e garantia física de 48,8 MW médios, energia suficiente

para abastecer uma cidade de 130 mil habitantes, a UHE Batalha entrou em operação comercial em maio de 2014. Esse empreendimento teve seu cronograma impactado pela necessidade de adequação do projeto às condições geológicas efetivamente encontradas em campo, assim como por atrasos na obtenção das licenças ambientais para o início das obras da hidrelétrica e para a linha de transmissão e também da autorização de supressão de vegetação na área do reservatório. A linha de transmissão Batalha-Paracatu, em 138 kV, foi concluída em agosto. Por possuir um grande reservatório (137 km³) e situar-se na cabeceira do Rio São Marcos (MG/GO), essa usina é de grande importância para o SIN por permitir atender a uma maior demanda de energia elétrica mesmo em períodos de seca.

Plano Geral de Empreendimentos de Geração em Instalações em Operação (PGER) **[GRI G4-DMA]**

Adotado em 2011, o plano abrange atualização tecnológica, substituição de equipamentos analógicos por digitais, troca de peças antigas de geradores e turbinas por novos componentes com tecnologias mais modernas e substituição de componentes mecânicos por hidráulicos, o que possibilitará a operação remota das usinas.

Em 2014, prosseguiram os trabalhos de modernização das UHEs Furnas e Luiz Carlos Barreto de Carvalho, com o propósito de restaurar a confiabilidade operacional das unidades geradoras e das respectivas subestações. Estão previstas atividades e dispêndios associados à modernização das UHEs Marenceiras de Moraes (início em 2016), Funil (início em 2017) e Porto Colômbia (início em 2019).



Transmissão

Em 2014, entraram em operação comercial duas novas linhas de transmissão e quatro novas subestações, construídas sob o regime de Sociedade de Propósito Específico (SPE), além de uma subestação e uma linha de transmissão em regime de propriedade integral.

O sistema de transmissão teve disponibilidade operacional médio de 99,76%. O indicador de robustez, que relaciona as perturbações no sistema com o suprimento às cargas, aferindo a capacidade da rede básica de suportar contingências sem causar interrupção no fornecimento de energia elétrica aos consumidores, teve resultados próximos a 100% em 2014. As perdas em transmissão foram equivalentes a 2,19%. [\[GRI G4-EU12\]](#)

Plano Geral de Empreendimentos de Transmissão em Instalações em Operação (PGET) [\[GRI G4-DMA\]](#)

O Plano Geral de Empreendimentos de Transmissão em Instalações em Operação (PGET) é direcionado à modernização do sistema de transmissão de Furnas, na busca pela excelência operacional. O programa engloba a aquisição de novos equipamentos de transformação e de controle de tensão e a implantação de melhorias e reforços, destacando-se a modernização dos sistemas de proteção e dos equipamentos de manobra.

Em 2014, o PGET recebeu investimentos de R\$ 429 milhões, além de R\$ 92 milhões em outros projetos ligados ao sistema de transmissão existente. No ano, foram substituídos 336 equipamentos superados ou em final de vida útil, dentre os quais destacam-se 12 transformadores, totalizando 1.900 MVA de capacidade de transformação. Entre 2011 a 2014, foram concluídos mais de 75 projetos de reforços e melhorias. O PGET prevê ampliar e substituir cerca de 5,5 mil equipamentos no período entre os anos de 2011 a 2018.

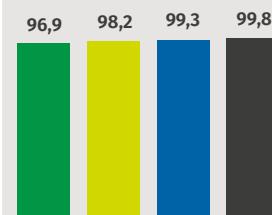
No programa de modernização das instalações, destacam-se melhorias relacionadas aos esquemas de proteção e controle de equipamentos. Além disso, promove aperfeiçoamentos específicos, a exemplo do que foi implantado no tronco de transmissão de energia em 765 kV, proveniente da usina de Itaipu 60 Hz, em que a blindagem das subestações teve seu nível elevado a padrões de excelência, dando assim contribuição adicional para a segurança do sistema elétrico do País.

Ocorrências climáticas severas

Oito grandes eventos de quedas de torre foram registrados em 2014. Apenas um desligamento, na LT Foz do Iguaçu-Ivaiporã, em 7 de novembro, determinou atuação do esquema de controle de emergência, provocando o desligamento de duas unidades geradoras daquela usina, o que totalizou perda de geração de 1.388 MW. Esse volume foi suprido pela maior geração nas demais usinas do SIN, não acarretando, assim, qualquer perda de carga e garantindo a manutenção do índice de robustez.

Para cada uma das ocorrências, Furnas acionou seu Plano de Atendimento a Emergências (PAE). Em razão do relevo acidentado e das dificuldades de acesso às regiões afetadas, foi mobilizado grande contingente de profissionais para o atendimento adequado. Os serviços para restabelecimento das torres danificadas foram sempre realizados com agilidade, porém sem comprometer a segurança dos trabalhadores, e sem o registro de quaisquer acidentes. [\[GRI G4-DMA\]](#)

INDICADOR DE ROBUSTEZ COM CORTES DE CARGA (%) - 2014



- Robustez com relação a todas as perturbações com corte de carga
- Robustez com relação a perturbações com corte de carga até 100MW
- Robustez com relação a perturbações com corte de carga até 500MW
- Robustez com relação a perturbações com corte de carga acima de 1.000MW

■ Programa de modernização do sistema de transmissão de Furnas prevê ampliar e substituir cerca de 5,5 mil equipamentos no período entre os anos de 2011 e 2015



O sistema de transmissão é supervisionado pelo Centro de Operação do Sistema, localizado no Escritório Central, no Rio de Janeiro, em articulação com os centros de operação regionais. Informações das mais remotas áreas são transmitidas por meio de tecnologias de comunicação aos centros de operação, que dispõem de um panorama *online* completo de todo o Sistema Interligado Nacional (SIN), utilizando sistemas computacionais em tempo real e tecnologias videowall de última geração.

A empresa adota a filosofia de Manutenção Centrada na Confiabilidade (MCC), pela qual são identificados funções e padrões de desempenho dos equipamentos, adotando-se estratégias de manutenção preditiva, preventiva, corretiva e detectiva, aplicadas de modo a otimizar a segurança, a disponibilidade e a eficiência de instalações e equipamentos. **[GRI G4-DMA]**

**Supervisão
do sistema de
transmissão
utiliza
tecnologias
de última
geração e
monitoramento
em tempo real**

EVENTOS NO SISTEMA

Data	Horário	Ocorrência	Normalização	
			Horário	Data
21.04.2014	22h39	Desligamento da LT Foz do Iguaçu-Ivaiporã circuito 1, sendo constatados danos na torre 131	11h25	26.04.2014
26.05.2014	22h41	Desligamento da LT Campos-Macaé circuito 2, sendo constatada queda da torre 438	11h31	03.06.2014
05.06.2014	17h02	Desligamento das LTs Foz do Iguaçu-Ivaiporã circuitos 1 e 2, sendo constatada queda de duas torres: – 303 (referente à LT Foz do Iguaçu-Ivaiporã circuito 2) – 306 (referente à LT Foz do Iguaçu-Ivaiporã circuito 1)	16h04 11h49	11.06.2014 11.06.2014
07.06.2014	14h12	Desligamento das LTs Foz do Iguaçu-Ibiúna circuitos 1 e 2, sendo constatada queda das torres 317 e 318	12h40	12.06.2014
02.09.2014	17h01	Desligamento da LT Foz do Iguaçu-Ivaiporã circuito 3, sendo constatada queda da torre 474	15h53	05.09.2014
24.09.2014	06h37	Desligamento da LT Foz do Iguaçu-Ivaiporã circuito 3, sendo constatada queda de 5 torres de 765 kV (nº 333 até 336 e a torre 341)	22h27	01.10.2014
06.11.2014	23h05	Desligamento da LT Foz do Iguaçu-Ivaiporã circuito 3, sendo constatadas avarias nas torres 390 e 389	11h45	12.11.2014
07.11.2014	15h26	Desligamento da LT Foz do Iguaçu-Ivaiporã circuito 1, sendo constatado tombamento da torre 547	11h13	10.11.2014



UHE FURNAS (MG)

Comercialização de energia

A energia elétrica vendida por Furnas, em 2014, foi de 40.561 GWh, o que representa decréscimo de 3,96% em relação a 2013, com faturamento de R\$ 4.212 milhões. Em decorrência da prorrogação da concessão das UHEs Furnas, Luiz Carlos Barreto de Carvalho, Marimbondo, Porto Colômbia, Funil e Corumbá, a comercialização de sua energia se dá, desde 1º de janeiro de 2013, por meio do rateio de cotas dessas usinas entre as distribuidoras do SIN, e da aplicação de tarifas definidas pela Aneel.

Furnas também comercializa energia das usinas Serra da Mesa e Manso, com contratos de longo prazo. Até 2012, comercializava ainda a energia proveniente da Eletrobras Termonuclear S.A. (Eletronuclear) que, a partir de janeiro de 2013, passou a ser negociada diretamente entre a Eletronuclear e empresas de distribuição.

40.561

GWh

de energia foram
comercializados
em 2014, retração
de 3,96% sobre o
volume registrado
em 2013



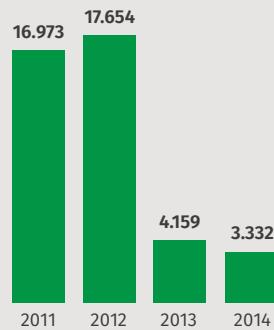
Em busca dos melhores resultados nos leilões regulados de novos empreendimentos de geração, Furnas vem desenvolvendo metodologias de previsão de receitas para diversos cenários do mercado de energia, considerando as incertezas inerentes a cada negócio. Também vêm sendo estabelecidas estratégias de participação nos diversos certames, contemplando suas especificidades, de modo a ganhar competitividade.

No ano, para cumprir seus contratos de venda de energia, Furnas comprou 3.332 GWh, ao custo de R\$ 647 milhões, o que representa redução de 5,25%, em reais, em relação ao custo incorrido em 2013.

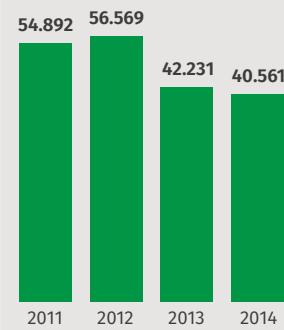
CONTRATOS DE LONGO PRAZO (MW médios)

	2012	2013	2014
Eletrouclear	1.475	-	-
Serra da Mesa	345	345	345
Manso	4	4	4
Total	1.824	349	349

ENERGIA COMPRADA (MWh)



ENERGIA VENDIDA (GWh)



Comercialização de serviços

A Comercialização de Serviços vem evoluindo em oportunidades de negócio e quantidade de contratos celebrados, aproveitando-se das principais competências técnicas de Furnas: engenharia do proprietário; estudos hidráulicos em modelo reduzido; segurança de barragens; controle tecnológico de materiais de construção e ensaios em concreto e solos; cursos de linha de transmissão, de subestação e de operadores de usina; ensaios e estudos de desempenho de sistemas elétricos utilizando o Simulador Digital em Tempo Real - RTDS; e serviços de ensaios, medição e calibração.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Contratos X Receitas (R\$ milhões)

Acumulados

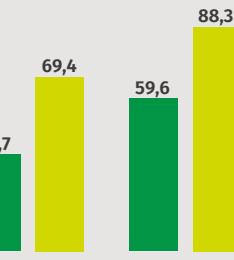
■ Receita
■ Valor

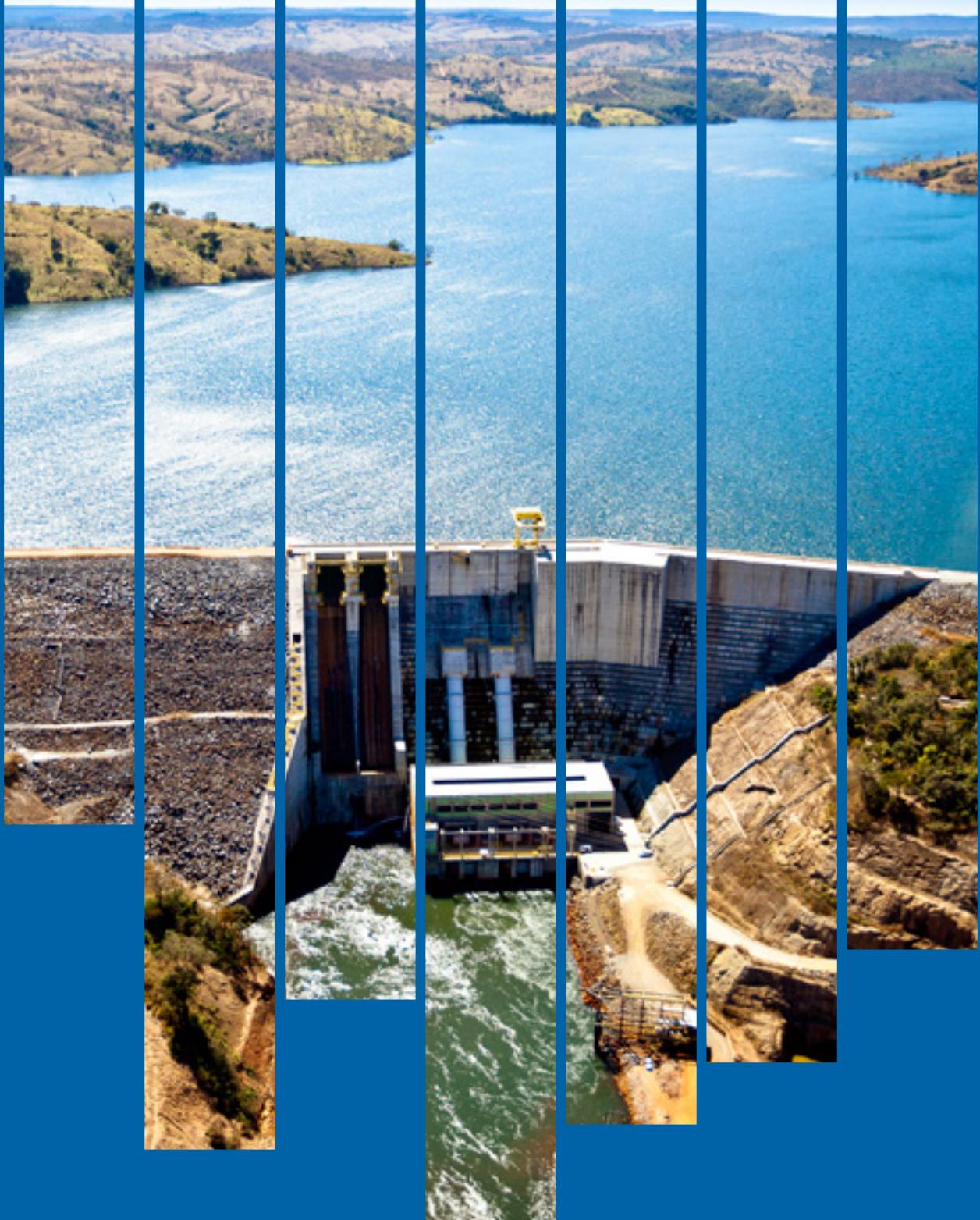
10,3
Anterior
a 2012

20,0
2012

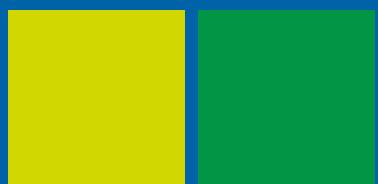
12,8
2013

37,7
2014





Desempenho econômico- financeiro



O exercício de 2014 correspondeu ao segundo ano de vigência da Lei nº 12.783/2013, que trata da prorrogação das concessões e representou grande impacto nas demonstrações financeiras das empresas geradoras e transmissoras de energia elétrica. Para Furnas, as novas regras atingiram cerca de 46% da energia assegurada e 95% das linhas de transmissão, implicando redução de R\$ 1,9 bilhão de receita líquida/ano a partir de 2013.

→ Mais informações em Ambiente regulatório, na página 12.

Para neutralizar esse impacto, a empresa adotou medidas de readequação de quadro de pessoal e de otimização para se ajustar à nova modalidade tarifária.

→ Detalhadas no capítulo Estratégia, nas páginas 31 a 35.

Assim, já no exercício de 2014, registrou o retorno à lucratividade operacional e expressiva ampliação da margem EBITDA.

Resultados

A receita operacional líquida totalizou R\$ 6.182 milhões, alta de 44% sobre 2013, principalmente devido à venda de energia no leilão A, de energia existente, com entrega a partir de maio de 2014, o qual proporcionou acréscimo de cerca de R\$ 1,4 bilhão na receita proveniente do suprimento de energia elétrica. Essa operação foi viabilizada pela disponibilidade de energia proveniente da usina de Serra da Mesa.

O resultado de 2014 foi um prejuízo líquido de R\$ 406 milhões, uma melhora em relação ao resultado negativo de R\$ 818 milhões no ano anterior. O desempenho foi impactado especialmente pelos seguintes aspectos, que são detalhados nas demonstrações financeiras e nas notas explicativas (ver em www.furnas.com.br):

Liquidação de diferenças na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), principalmente das Sociedades de Propósito Específico (SPEs) em operação, destacando-se o caso da Santo Antônio Energia S.A. (SAESA), que, em 2014, despendeu R\$ 1.783 milhões referentes a gastos

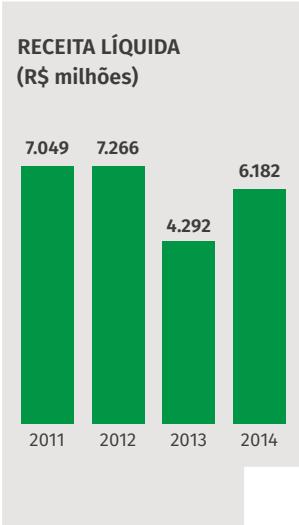
com Fator de Ajuste de Geração (*Generation Scaling Factor – GSF*) e Fator Índice de Disponibilidade (FID). A questão do GSF afetou significativamente a equivalência patrimonial, bem como a comercialização de energia da própria empresa, e impediu que, já em 2014, houvesse reversão do prejuízo verificado no ano anterior.

Na renovação da concessão do sistema de transmissão de Furnas, somente foram indenizados os ativos referentes à Rede Básica Novas Instalações (RBNI). Por esse motivo, a empresa mantém entendimentos com a Aneel e elabora relatório para reconhecimento de investimentos efetuados também na Rede Básica Sistemas Existentes (RBSE), com possibilidade de resarcimento da ordem de R\$ 4 bilhões.

No cálculo da Receita Anual Permitida (RAP), a Aneel não considerou investimentos em equipamentos de compensação para potência reativa. A revisão deste cálculo poderá gerar receita adicional acima de R\$ 300 milhões anuais. Esse pleito encontra-se em análise pelo órgão regulador.

RESULTADOS (R\$ milhões)

	2013 Reclassificado	2014
Receita Operacional Líquida	4.292	6.182
Custo Operacional/Construção	(4.260)	(5.342)
Lucro Operacional	32	840
Receitas (Despesas) Operacionais	(326)	474
Resultado do Serviço	(294)	1.314
Resultado da Equivalência Patrimonial	152	(887)
Resultado Financeiro	(524)	(458)
Resultado antes da Lei nº 12.783/2013	(666)	(31)
Ganho (Perda) Lei nº 12.783/2013	-	31
Resultados antes dos Impostos	(666)	(0)
Impostos (IRPJ + CS)	-	-
Impostos (IRPJ + CS) diferidos	(152)	(406)
Lucro Líquido do Exercício	(818)	(406)



**CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS (R\$ milhões)**

	31.12.2013	31.12.2014
Custo Operacional	3.678	4.673
Custo com Energia Elétrica (compra e encargos)	1.075	1.943
Custo de Operação	2.603	2.730
Pessoal	1.133	1.097
Material	37	32
Serviços de Terceiros	692	727
Depreciação e Amortização	186	223
Utilização de Recursos Hídricos	164	134
Combustível e Água para Produção de Energia Elétrica	367	493
Outros	24	24
Despesas (Receitas) Operacionais	326	(505)
Provisão/(Reversão) – Preq	222	(12)
Provisão/(Reversão) – Contencioso	(310)	(46)
Provisões/(Reversões) – Créditos de Liquidação Duvidosa	61	66
Estimativa com baixa de Ativo Financeiro	496	(496)
Ajuste <i>Impairment</i>	32	(47)
Outras Despesas Operacionais	175	177
Ressarcimento por Indisponibilidade de Energia	51	-
Ganhos/(Perdas) Atuariais	88	(116)
Provisão/Reversão Contrato Oneroso	(489)	(31)
Custo Operacional + Despesas Operacionais	4.004	4.168

44%

de crescimento
da receita
operacional
líquida em
comparação
à registrada
em 2013

**Custos e despesas**

O custo de operação cresceu 5% em relação ao exercício anterior, apesar de ter havido redução de 10% nos custos de pessoal. No que tange a despesas operacionais, observa-se que, desconsiderando os valores de provisões, *impairment*, ressarcimento de energia, resultado atuarial, que são despesas não recorrentes, não houve, praticamente, aumento das despesas operacionais recorrentes, uma vez que essas passaram de R\$ 175 milhões em 2013 para R\$ 177 milhões em 2014.

CÁLCULO DO EBITDA (R\$ milhões)¹

	31.12.2013 Reclassificado	31.12.2014
Lucro Operacional Bruto	32	840
Depreciação	186	222
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(207)	(160)
Outras Receitas (Despesas) Não Operacionais	(139)	145
EBITDA Ajustado	(128)	1.047

¹ Desconsidera os itens sem correspondência de caixa, bem como os não recorrentes.

EBITDA

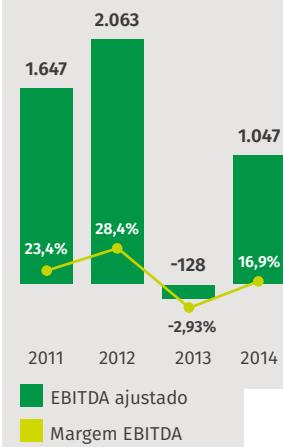
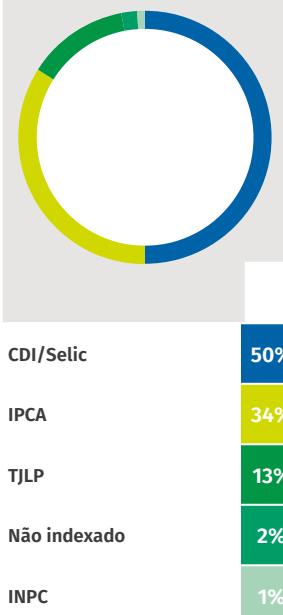
Em razão dos ajustes efetuados e como reflexo da melhoria dos processos de gestão implementados nos últimos anos, a empresa reverteu uma situação negativa para um EBITDA positivo de mais de R\$ 1 bilhão. Como consequência do crescimento significativo do EBITDA, sua margem também reverteu situação negativa, marcando 17%, com tendência de melhoria para os próximos exercícios.

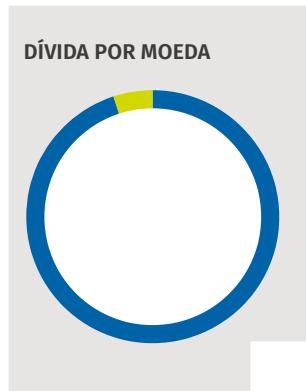
Empréstimos e financiamentos

As captações realizadas por Furnas em instituições financeiras nacionais, Eletrobras e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) resultaram no ingresso de R\$ 1.096 milhões no caixa da empresa, durante o exercício de 2014. Deste montante, R\$ 400 milhões foram contratados com o Banco do Brasil com a finalidade de reforçar o caixa.

Da captação de R\$ 6,5 bilhões efetuada pela Eletrobras na Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, Furnas recebeu R\$ 644 milhões, por intermédio de contrato de repasse, recursos que foram destinados à SPE Madeira Energia S.A.

Em continuidade ao financiamento para o programa de modernização das UHEs Furnas e Luiz Carlos Barreto de Carvalho, o BID liberou US\$ 21 milhões, equivalentes a R\$ 51,9 milhões.

EBITDA E MARGEM

DÍVIDA POR INDEXADOR




Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)

Concessionárias e demais empresas autorizadas a produzir energia por geração hidrelétrica pagam à União, a estados e municípios uma Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH). Em 2014, Furnas distribuiu R\$ 133,4 milhões, beneficiando as administrações de cinco estados, do Distrito Federal e de 149 municípios, e a órgãos da Administração Direta da União – ministérios do Meio Ambiente (MMA) e de Minas e Energia (MME), o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDTC) e a Agência Nacional de Águas (ANA).

Furnas contribui, também, proporcionalmente, na compensação de outras seis usinas nas quais possui participação acionária: Baguari (15%) e Retiro Baixo (49%), em Minas Gerais; Peixe Angical (40%), no Tocantins; Foz do Chapecó (40%), entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul; Serra do Facão (49,47%), em Goiás; e Santo Antônio (39%), em Rondônia. Em 2014, estas hidrelétricas pagaram R\$ 87,3 milhões em royalties pelo uso da água, dos quais coube a Furnas o montante de R\$ 34,8 milhões.

COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO (R\$ milhões) [GRI G4-9]

Credor	Saldo em 31.12.2014	% do total
Eletrobras (moeda nacional)	3.805	42,0%
Eletrobras (moeda estrangeira)	153	1,7%
BID (moeda estrangeira)	331	3,7%
Caixa Econômica Federal	1.873	20,7%
Banco do Brasil	1.400	15,4%
BNDES	993	11,0%
Finep	163	1,8%
Basa	210	2,3%
Subtotal	8.928	98,5%
Fundação Real Grandeza	137	1,5%
Total	9.065	100,0%

DISTRIBUIÇÃO DO CFURH (R\$ milhões)¹

Estados	53,4
Municípios	53,4
ANA	14,8
FNDTC	4,8
MME	3,6
MMA	3,6

DISTRIBUIÇÃO DO CFURH POR ESTADO¹

Minas Gerais	47%
Goiás	39%
São Paulo	9%
Rio de Janeiro	3%
Mato Grosso	2%

¹ Referente a usinas próprias de Furnas

¹ Referente a usinas próprias de Furnas



Demonstração do Valor Adicionado

Em 2014, a gestão dos negócios e o controle de gastos resultaram em um valor a distribuir superior em 25% ao do ano anterior, totalizando R\$ 6,9 bilhões:

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (R\$ milhões) |GRI G4-EC1|

	2013	2014
Receitas de Vendas de Energia e Serviços	4.963	6.924
Outras Receitas Operacionais	6	134
Insumos		
Custo de Energia Comprada	(674)	(1.943)
Materiais	(37)	(32)
Serviços de Terceiros	(692)	(727)
Outros Custos Operacionais	(1.763)	(1.507)
Valor Adicionado Bruto	1.803	2.849
Depreciação e Amortização	(186)	(222)
Constituição/Reversão de Provisões	(12)	567
Valor Adicionado Líquido Gerado	1.605	3.194
Receitas Financeiras (Transferências)	551	581
Equivalência Patrimonial	152	(887)
Valor Adicionado a Distribuir	2.308	2.888
Distribuição do Valor Adicionado		
Remuneração do Trabalho	1.221	1.098
Governo (Impostos e Contribuições)	668	934
Encargos Financeiros e Variação Monetária	1.076	1.039
Encargos Setoriais	161	223
Lucros (Prejuízos) Retidos	(818)	(406)
Total da Distribuição do Valor Adicionado	2.308	2.888

EQUIPE DE ELETROTÉCNICOS DE FURNAS



Gestão de pessoas





Furnas considera sua força de trabalho fator importante de sucesso da empresarial. A gestão de pessoas atua como agente do fortalecimento organizacional, contribuindo para a competitividade, a rentabilidade e a sustentabilidade empresarial.

Direcionada para soluções que proporcionem condições adequadas ao desenvolvimento, valorização e retenção de pessoas, essa política tem o objetivo de aumentar a satisfação e a qualidade de vida dos colaboradores. A empresa aprimora constantemente os modelos de gestão para criar ambientes de trabalho capazes de motivar e promover as pessoas com a estratégia empresarial, visando ao desenvolvimento das competências profissionais, à excelência e ao alcance dos objetivos organizacionais. Os colaboradores são estimulados a atuar com foco em resultados, empreendedorismo, inovação, ética e transparência.

A partir desta premissa, foi implantado em 2014 o Novo Modelo de Gestão Estratégica de Pessoas proposto pelo PRO-Furnas, o qual promove o alinhamento de políticas e práticas de gestão de pessoas às estratégias de negócio e às diretrizes e objetivos de Furnas.

→ Mais informações sobre o PRO-Furnas estão no capítulo Estratégia.

EMPREGO [GRI G4-DMA]

Furnas encerrou o ano de 2014 com 3.517 empregados efetivos, 1.330 empregados contratados e 488 estagiários. Seis empregados efetivos ocupam cargos de alta gerência, sendo que nenhum deles é proveniente de comunidades locais, ou seja, do entorno dos empreendimentos da empresa. [GRI G4-EC6]

Como empresa de economia mista, só pode admitir empregados aprovados em concurso público. Durante duas semanas, eles participam do Programa de Integração dos Novos Empregados (Pine), que consiste de palestras sobre estrutura organizacional, plano de carreira e remuneração, Código de Ética, entre outros temas.

Já o processo de mobilidade interna de Furnas une a estratégia empresarial aos interesses dos colaboradores por meio de critérios que otimizam a alocação de pessoal. É constituído por dois programas:

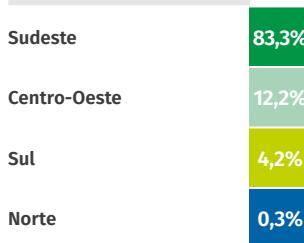
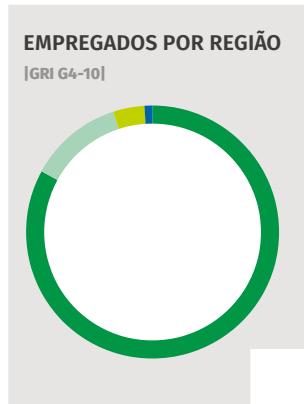
- Recrutamento interno – Nesse caso, a empresa é proativa e suas áreas apresentam as necessidades de preenchimento de postos de trabalho, possibilitando que os empregados que tenham o perfil adequado possam participar.
- Busca de oportunidades – Permite que os empregados interessados em mudar de área tomem a iniciativa, manifestando sua intenção, disponibilizando seu currículo e demonstrando conhecimentos e habilidades.

TOTAL DE COLABORADORES [GRI G4-10]

	2013				2014			
	Empregados		Contratados		Empregados		Contratados	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Sudeste	2.449	494	743	413	2.432	496	739	407
Sul	150	8	17	2	140	7	17	2
Norte	21	2	6	0	12	0	7	0
Centro-Oeste	375	48	126	32	384	46	124	34
Total	2.995	552	892	447	2.968	549	887	443
Total geral		3.547		1.339		3.517		1.330

NÚMERO DE COLABORADORES [GRI G4-10]





COLABORADORES NA UHE MANSO (MT)

A mobilidade interna de Furnas será aprimorada no primeiro trimestre de 2015, com a entrada em operação de uma ferramenta que busca a conciliação tanto dos interesses da empresa quanto os dos colaboradores.

Outra novidade de 2015 será o Programa de Sucessão Gerencial, desenvolvido ao longo de 2014. Consiste em diversas ações para avaliação do potencial dos empregados, construção de um banco de possíveis

sucessores, desenvolvimento dos envolvidos e verificação da adequação desse potencial às necessidades da empresa. O programa vai subsidiar a orientação das carreiras, priorizando o investimento no desenvolvimento das competências comportamentais necessárias para assumir futuras posições gerenciais. Além disso, o programa prevê formar, de modo planejado e contínuo, profissionais para ocuparem posições gerenciais e liderar as equipes na superação de desafios.

A visibilidade das oportunidades de acesso será ampliada, a partir de um processo de seleção transparente, com avaliação baseada em critérios objetivos e homogêneos.

DIVERSIDADE [GRI G4-DMA]

A gestão de pessoas de Furnas valoriza a diversidade em seu quadro e trabalha pela igualdade de oportunidades para todos, independentemente de gênero ou raça. Prova disso é que cláusulas para prevenir práticas discriminatórias e garantir a equidade de gênero e de raça/etnia têm sido incluídas nos últimos acordos coletivos de trabalho das empresas Eletrobras. Além disso, também têm sido incorporados mecanismos para garantir licença às trabalhadoras vítimas de violência doméstica e para a ampliação do prazo da licença-maternidade.

O Comitê Pró-Equidade de Gênero apoia a Diretoria-Executiva de forma permanente e sistemática, no intuito de cumprir a política Pró-Equidade de Gênero, promover a orientação da empresa em fóruns, analisar a legislação, entre outras questões. Em 2014, Furnas conquistou Ouro no Prêmio WEPs Brasil, na categoria Empresa de Grande Porte, chancelado pelo Pacto Global da ONU e ONU Mulheres. O prêmio reconhece as corporações que promovem a igualdade de gênero em seus negócios e nas comunidades em que estão inseridas, com base nos Sete Princípios de Empoderamento das Mulheres.

A empresa recebeu também o 4º Selo do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, concedido pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. Participou do II Fórum Ética, Ouvidoria e Gênero, quando foi comemorado o Dia Internacional de Direitos Humanos. O evento foi marcado por reflexões, provocadas por especialistas renomados.

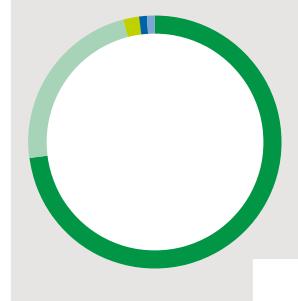
No final de 2014, a empresa contava com 249 pessoas com deficiência, sendo 25 empregados em seu quadro efetivo e 224 por meio de convênio com o Instituto Brasileiro dos Direitos da Pessoa com Deficiência (IBDD), o que complementa a determinação legal.

PESQUISA DE CLIMA ORGANIZACIONAL

Em 2014, foram divulgados os resultados da 3ª Pesquisa de Clima Organizacional realizada nas empresas do Sistema Eletrobras, que aconteceu no final de 2013. O índice de clima organizacional geral foi de 64,73%, resultado inferior aos anos anteriores e abaixo da meta de 66%, resultado atribuído aos processos de mudança e reestruturação organizacional em curso na empresa. Mas há fatores importantes em que a avaliação ficou acima da média geral, como: benefícios (80,53%); relacionamento interpessoal (83,9%); identidade (82,53%) e sustentabilidade (72,12%).

Os resultados foram divulgados em 2014 e todos os colaboradores tiveram acesso ao diagnóstico de clima de Furnas e de seu respectivo órgão de lotação. Na busca da melhoria contínua do ambiente organizacional, foram realizados planos de ação setoriais nas áreas com índice de satisfação abaixo da meta de 66%.

EMPREGADOS POR RACA [GRI G4-LA12]



Branca	74,2%
Preta ou parda	23,7%
Amarela	1,3%
Indígena	0,4%
Não declarada	0,4%

A visibilidade das oportunidades de acesso será ampliada, a partir de um processo de seleção transparente, com avaliação baseada em critérios objetivos e homogêneos

SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

[GRI G4-DMA]

Alinhada à política do Sistema Eletrobras, focada na prevenção, a política de segurança no trabalho e saúde ocupacional de Furnas tem o objetivo de melhorar a qualidade de vida laboral e pessoal dos seus empregados. Em 2014, intensificou-se o trabalho de conscientização de segurança com o corpo gerencial, para que se torne um valor da empresa e deixe de ser responsabilidade apenas da área de segurança.

Para isso, foi adotada uma metodologia de planejamento que envolve todas as operações: a cada atividade, a equipe realiza e documenta uma análise preliminar de risco, na qual são verificados procedimentos, certificados de treinamento e equipamentos de segurança individual e coletivos.

Furnas conta com todos os recursos necessários à preservação da integridade física e da saúde da força de trabalho no que se refere a equipamentos e a sistemas de proteção coletiva, além de fornecer gratuitamente equipamentos de proteção individual a empregados e contratados de mão de obra direta.

Todos os empregados de Furnas estão representados por 32 Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (Cipas), além de seis Unidades de Segurança (USEG), que assumem as atribuições das Cipas em unidades nas quais, pela Legislação de Segurança e Medicina do Trabalho (NR5), não há obrigatoriedade de instalação de CIPA. Furnas possui ainda um Comitê de Segurança no Trabalho e Saúde Ocupacional constituído por representantes de todas as diretorias e um Comitê Permanente de Prevenção de Acidentes. [GRI G4-LA5]



RECUPERAÇÃO DE TORRES DE TRANSMISSÃO – LT FOZ DO IGUAÇU-IVAIPORÃ (PR)

Formado por representantes sindicais, o Comitê Permanente de Prevenção de Acidentes foi criado por meio de acordo sindical, havendo ainda nos Acordos Coletivos de Trabalho de Furnas uma cláusula específica na qual a empresa se compromete a mantê-lo ativo. O Comitê acompanha as ações em Segurança e Saúde do Trabalho, especialmente o rigoroso cumprimento da legislação brasileira de Segurança e Medicina do Trabalho. Seus membros se reúnem periodicamente no Escritório Central. Um cronograma anual de reuniões define as temáticas abordadas a partir do cenário e do contexto atual, levando em consideração as demandas identificadas nas bases sindicais em consultas aos empregados. [GRI G4-LA5, G4-LA8]

Treinamento em segurança [GRI G4-DMA]

Com instalações próprias para treinamento em diversas áreas, incluindo um Centro de Treinamento para Combate a Emergências destinado à formação de brigadistas, situado na UHE Furnas, em São José da Barra (MG), a empresa oferece treinamento e capacitação em segurança e saúde ocupacional para seus empregados e contratados, além de contribuir com o treinamento dos empregados de empresas terceirizadas, por meio de cursos diversos, especialmente em construção de linhas de transmissão elétrica. Suas dependências são ainda utilizadas por organizações externas, como corporações do Corpo de Bombeiros, escolas, etc.

Há controle de todos os treinamentos ministrados, que visam a atender a todas as exigências da legislação e também à capacitação necessária à conscientização em saúde e prevenção de riscos em suas instalações. Anualmente, é realizado um programa que aborda temas como primeiros socorros, prevenção de acidentes e riscos no ambiente de trabalho.

Em setembro de 2014, Furnas promoveu um encontro em sua sede no Rio de Janeiro sobre Segurança do Trabalho que reuniu mais de 130 participantes da empresa e dez fornecedores. Denominado *Workshop de Adequação à Norma Regulamentadora Anexo 12 (NR/12)*, teve o objetivo de debater a necessidade de mudanças nas práticas de trabalho em altura, exigidas pela Norma.

De forma geral, não há empregados de Furnas ou contratados de mão de obra direta envolvidos em atividades ocupacionais com alta incidência ou alto risco de doença específica. Entretanto, a empresa coloca à disposição aconselhamento, tratamento e treinamento para enfrentar doenças graves para empregados e familiares que contam com cobertura de plano de saúde. Iniciativas de prevenção são exclusivas para empregados, enquanto programas de aconselhamento e educação são extensivos também às comunidades. [GRI G4-LA7]



COLABORADOR NA USINA BAGUARI (MG)

Parceiros e subcontratados

Para a gestão em Saúde e Segurança do Trabalho de parceiros e contratados, Furnas implementa ação permanente de prevenção de acidentes e doenças ocupacionais, e estabelece em seus contratos o rigoroso cumprimento à legislação. Aspectos como treinamento, Programas de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional (PCMSO) e fornecimento de Equipamento de Proteção Individual (EPI) são algumas das condições consideradas nos contratos de Furnas com seus fornecedores.

Indicadores

As Taxas de Frequência (TF) e de Gravidade (TG) são os indicadores de Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional, representando, respectivamente, o número de acidentes ocorridos e o número de dias perdidos e dias debitados por milhão de horas humanas em exposição ao risco.

Em 2012, o número de horas trabalhadas foi padronizado em 167 horas humanas/mês nas empresas do Sistema Eletrobras, o que corresponde a 2.000 horas humanas ano/12 meses, conforme NBR 14.280.

INDICADORES DE SEGURANÇA [GRI G4-LA6]

	2012	2013	2014
Número de horas trabalhadas	9.433.830	8.366.700	7.101.007
Número de dias perdidos ¹	796	974	499
Média de horas extras por empregado/ano ²	385	192	356
Número total de acidentes de trabalho³			
Empregados	56	41	14
Contratados	9	12	3
Média de acidentes de trabalho por empregado/ano	0,011	0,009	0,007
Acidentes com afastamento temporário			
Empregados	34	24	5
Contratados	9	6	3
Acidentes que resultaram em mutilação com afastamento permanente	0	0	0
Acidentes que resultaram em morte			
Empregados	0	2	0
Contratados	0	0	0
Taxa de Frequência (TF)⁴			
Empregados	3,6	2,87	1,55
Contratados	2,09	2,05	1,02
Taxa de Gravidade (TG)⁵			
Empregados	84	1551	70
Contratados	16	22	9
Óbitos			
Empregados	0	2	0
Contratados	0	0	0

¹ Dias perdidos são considerados os dias de calendário. O início da contagem é o dia seguinte à ocorrência. Número de dias perdidos + dias debitados por milhão de horas-pessoas em exposição à situação de risco.

² Cálculo da média de horas extras por empregado em 2014: total HE: 1.261.507 e número de empregados em 31/12/2014: 3.517. Média de empregados em 2014: 3.543.

³ Não inclui pequenas lesões (nível de primeiros socorros), sem perda de tempo.

⁴ TF é a Taxa de Frequência de Acidentes do Trabalho, obtida com base na divisão do número de acidentes de trabalho pelo total de milhão de horas humanas de exposição à situação de risco.

⁵ TG é a Taxa de Gravidade de Acidentes do Trabalho, obtida com base na divisão do número de dias perdidos mais dias debitados, em decorrência de acidentes de trabalho, pelo total de milhão de horas humanas de exposição à situação de risco.

No Brasil, utiliza-se a NBR 14280 – Cadastro e Estatística de Acidentes, que difere da OIT por considerar no cálculo da taxa de gravidade, além de dias perdidos, os dias debitados em consequência de invalidez permanente ou morte por acidente do trabalho, e ainda por utilizar no cálculo das taxas de frequência e de gravidade o fator 1.000.000 em vez do fator 200.000.

QUALIDADE DE VIDA

Furnas acredita que pessoas mais felizes trabalham melhor e produzem mais, contribuindo favoravelmente para o ambiente organizacional. Dessa forma, possui um amplo Programa de Qualidade de Vida que promove atividades físicas, sociais e culturais. A empresa busca contribuir para a satisfação e o bem-estar de seus colaboradores investindo em ações de reconhecimento e valorização das pessoas.

Durante o mês de setembro, por exemplo, foi realizado no Escritório Central o Encontro de Professores e Estagiários do Polo Rio de Educação Física. Com o tema *Programa de Qualidade de Vida Pessoal e nas Empresas*, essa atividade ofereceu conhecimento sobre o tema, com a finalidade de otimizar mão de obra qualificada para atender à demanda existente e tornar Furnas uma referência no repasse de conhecimento nessa área de atendimento.

TREINAMENTO E EDUCAÇÃO [GRI G4-DMA, G4-LA10]

Criado com o objetivo de reter os conhecimentos necessários para que a empresa alcance suas metas estratégicas, o projeto de Gestão do Conhecimento (GC) de Furnas se aperfeiçoou em 2014, por meio de diferentes iniciativas de capacitação criadas a partir dos mapas de conhecimento.

As ações educacionais visam ao alcance dos objetivos estratégicos e incluem iniciativas específicas das áreas de negócio para aprimorar os processos de trabalho de cada área. Há ainda programas ligados ao Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), identificados nas avaliações de desempenho com o objetivo de desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes dos colaboradores.

Furnas aparece em quarto lugar entre 81 organizações do setor público avaliadas pelo Instituto de Pesquisa Econômico Aplicada (Ipea) no que se refere à evolução e ao grau de maturidade da Gestão do Conhecimento na Administração Pública no período de 2004 a 2014.

Em 2014, foram iniciadas ações de educação a distância e dada continuidade a outras iniciativas, como:

- Cursos de treinamento básico para colaboradores das áreas de operação e manutenção;
- Cursos para atender as normas do Ministério do Trabalho e do Emprego;
- Especializações, MBAs, pós-graduações que estejam alinhadas ao processo de trabalho dos inscritos;
- Curso de inglês para gerentes ou para qualquer colaborador que necessite da capacitação para exercer suas funções;
- MBA de Gestão de Negócios com ênfase no setor de energia ao corpo gerencial e aos seus possíveis sucessores;
- Cursos de matemática financeira, gestão de contratos e gestão de riscos, liderança para gerentes;
- Parcerias com o Senai, universidades, cooperativas e fundações para disponibilização de cursos, seminários e outras ações de apoio ao desenvolvimento dos colaboradores.

■ Projeto de Gestão do Conhecimento avançou com ações para aprimorar processos de trabalho de cada área e iniciativas de educação a distância

INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO DO PROJETO GESTÃO DO CONHECIMENTO

Iniciativas	Indicadores
Comunidades de Prática - Número de participações	3.185
Bases de conhecimento - Número de participações	285
Fóruns de discussão - Número de participações	1.248
Banco de especialistas - Número de participações	5.071
Curso de sensibilização - Número de participações	5.071
Mapeamento de conhecimentos associados aos processos	
Número de participações	402
Número de workshops	27
Planos de repasse de conhecimento	
Nº de Planos de Repasse de Conhecimento (PRC) realizados	579
Total de horas em repasse de conhecimentos	288.866

MÉDIA DE HORAS DE TREINAMENTO |GRI G4-LA9|

Cargo	2013		2014	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Gerencial	33,13	38,41	40,41	76,12
Nível superior	15,95	25,65	23,06	34,65
Sem nível superior	5,34	30,36	20,15	57,04

Avaliação de desempenho – O Sistema de Gestão de Desempenho (SGD) contempla, além da avaliação de competências, a avaliação de metas, e é comum a todas as empresas Eletrobras. Essa ferramenta é aplicada, anualmente, a 100% dos empregados, inclusive aos que ocupam cargos gerenciais. Além da avaliação pelo gestor imediato, o empregado também faz a sua autoavaliação. No próximo ciclo, será implantada a avaliação dos gerentes também por parte de suas equipes de trabalho. Os resultados da avaliação são considerados subsídios para o desenvolvimento das potencialidades dos empregados, e servem de base para progressões salariais individuais e para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Individual (PDI). |GRI G4-LA11|

Estagiários e aprendizes – Furnas oferece estágios a estudantes de ensino médio de formação técnica e de nível superior, sem vínculo empregatício, e em caráter de complementação à aprendizagem social, profissional e cultural recebida nas instruções acadêmicas. Em 2014, havia 488 estagiários. Há também convênio de cooperação técnica com o Senai para capacitação profissional de empregados e aprendizes selecionados nas áreas administrativas, de logística, de manutenção e de operação de equipamentos, além de cursos voltados para o cumprimento de normas do Ministério do Trabalho e Emprego. Cerca de 125 aprendizes integraram a iniciativa em 2014.

288,9
mil horas foram
dedicadas
a atividades
relacionadas
a Planos de
Repasse de
Conhecimentos





CONSTRUÇÃO DA EOL MIASSABA III (RN)

REMUNERAÇÃO E BENEFÍCIOS [GRI G4-DMA]

A empresa possui desde 2005 uma gestão de competências baseada em Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR) e ao adotar o Plano de Carreira e Remuneração (PCR) das Empresas Eletrobras em 2010 continuou adepta ao conceito de competências como a principal referência para a gestão de pessoas.

O processo está sendo aprimorado com o Plano de Reconhecimento e Recompensa, a ser aplicado para empregados que tiveram sucesso na implementação de projetos de relevância com uma premiação (recompensa) que não integra a remuneração.

Furnas concede a seus empregados efetivos a participação nos lucros e resultados (PLR) e as condições de pagamento estão relacionadas à distribuição de dividendos aos acionistas da Eletrobras e de Furnas. As metas coletivas são os indicadores financeiros

(margem operacional líquida e índice de custeio) e os operacionais (disponibilidade operacional do sistema de geração e transmissão). A meta individual consiste no Fator de Contribuição Individual, que corresponde à relação entre os dias (ou horas) efetivamente trabalhados pelo empregado e o total de dias (ou horas) exigidos.

Benefícios [GRI G4-LA2]

De forma espontânea, com base nas premissas da sua Política de Recursos Humanos que visa à valorização e à retenção dos seus empregados, Furnas concede benefícios que vão além das exigências legais e obrigações descritas nos acordos coletivos. São oferecidos os seguintes benefícios: auxílio-funeral, licença-paternidade, licença-maternidade, assistência médica, cobertura para incapacidade/invalidez, seguro de vida em grupo, fundo de aposentadoria, auxílio-creche, vale-refeição, vale-alimentação, assistência odontológica, vale-transporte, convênio com academia, cesta natalina, licença-gala (casamento) e licença-nojo (falecimento de

cônjugue, companheiro, ascendente ou descendente).

Plano de Previdência Complementar

Furnas é patrocinadora da Real Grandeza – Fundação de Previdência e Assistência Social (FRG), que tem por finalidade a complementação de benefícios previdenciários de seus participantes, que somavam 11.424 pessoas em dezembro de 2014. A FRG ocupa a décima posição no ranking da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp), considerando a soma dos patrimônios do Plano de Benefício Definido (BD) e do Plano de Contribuição Definida (CD), que atingiu a importância de R\$ 12,2 bilhões. Durante o ano, o valor das contribuições normais pagas por Furnas para a constituição das reservas matemáticas de benefícios a conceder nos dois planos foi de R\$ 56,4 milhões. O valor destinado pela empresa à cobertura de despesas administrativas da FRG alcançou R\$ 38,4 milhões. [GRI G4-EC3]

Gestão de fornecedores



APolítica de Logística de Suprimento do Sistema Eletrobras tem como objetivo aumentar a eficiência e a competitividade de suas empresas por meio da integração da logística de suprimento de bens e serviços. Na visão de Furnas, seus fornecedores ajudam a manter o nível de excelência dos serviços prestados e devem estar alinhados quanto aos objetivos, desejos e limitações legais da empresa.

Os contratos possuem cláusula que permite efetuar diligências e auditorias para verificar o cumprimento dos Princípios e Normas de Conduta Empresarial na Relação de Furnas com os Fornecedores e do Código de Ética das empresas Eletrobras. O objetivo é compartilhar valores e princípios em temas como saúde e segurança do trabalho, proteção ao meio ambiente, direitos humanos, equidade de gênero, transparéncia, participação e prestação de contas para toda a cadeia de suprimento. **[GRI G4-DMA]**

As auditorias nas dependências do fornecedor e/ou locais de realização dos serviços podem acontecer a qualquer tempo. Há fiscalização quanto ao cumprimento da legislação trabalhista e previdenciária, tendo de apresentar provas de regularidade fiscal e trabalhista, relativas à Seguridade Social, Justiça do Trabalho e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), nos atos da habilitação, da adjudicação e durante a vigência do instrumento contratual.

Nos contratos de prestação de serviço continuado há uma cláusula que estipula que, na ocorrência de atraso no pagamento dos salários ou de outras verbas contratuais e rescisórias devidas aos empregados, Furnas pode reter e debitar essas verbas e repassá-las diretamente aos empregados das contratadas.

→ As exigências contratuais são detalhadas na página 106 do Anexo.

Em 2014, foram assinados 1.121 contratos de investimentos, sendo que os 22 considerados significativos (valor acima de

R\$ 7 milhões, com aprovação pela Diretoria ou Conselho de Administração) incluíram cláusula relacionada a direitos humanos. Esses contratos significativos somaram o valor de R\$ 823 milhões, dos quais 21 tiveram os fornecedores selecionados em licitação pública. Esse processo não foi aplicado a contrato de fornecimento de gás natural para a usina termelétrica de Santa Cruz, pois há apenas um fornecedor instalado na região. **[GRI G4-HR1]**

Seleção **[GRI G4-DMA]**

A companhia adota o princípio constitucional da isonomia e mantém em seu quadro de fornecedores empresas dos mais variados segmentos, de microempresas a empresas de grande porte, para fornecimento dos produtos, materiais e serviços que garantam a eficiência do trabalho. Os principais produtos adquiridos são equipamentos e componentes elétricos e eletromecânicos para os empreendimentos de transmissão e geração. Em 2014, foram realizadas 1.088 licitações e consolidado um total de 20.973 contratações de fornecedores. **[GRI G4-12]**

Os editais de licitação preveem tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações de bens, serviços e obras. Independentemente dos locais onde estejam instalados, Furnas oferece aos fornecedores as mesmas condições de participação, estimulando a concorrência e, assim, permitindo a conquista de melhores resultados para a companhia e consequentemente maior geração de valor para a sociedade.

A empresa não tem política ou prática de preferência a fornecedores locais porque todas as licitações são regidas por legislação federal. Entretanto, aproximadamente 95% dos contratos de até R\$ 16 mil e 90% dos acima de R\$ 16 mil são referentes a compras locais. Para Furnas, compra local consiste na contratação de fornecedor localizado no mesmo estado em que possui unidades, considerando que está presente em 15 estados brasileiros e no Distrito Federal.

1.088
licitações foram
realizadas em
2014 e 20.973
contratações de
fornecedores de
equipamentos,
componentes e
serviços



**UHE MANSO (MT)**

Furnas considera fornecedores críticos todos aqueles que fornecem insumos ou serviços essenciais para a atividade da empresa cujas atividades possam provocar riscos ou impactos ao meio ambiente, à sociedade, à saúde e à segurança dos colaboradores, ou têm acesso a informações confidenciais. Essa definição abrange empreiteiras, fornecedores de máquinas e equipamentos (como transformadores e turbinas), além dos fornecedores únicos para determinado tipo de material ou serviço.

As operações identificadas como de risco significativo de ocorrência

de trabalho infantil abrangem 265 fornecedores e desenvolvem-se durante a implantação e a operação de empreendimentos de transmissão e de geração de energia, especialmente com relação a estagiários em formação de nível técnico e de menores aprendizes, nas áreas de construção, montagem e operação de subestações, linhas de transmissão e usinas. No ano, não houve registro de ocorrências dessa natureza. **[GRI G4-DMA, G4-HR5]**

Já as operações identificadas como de risco significativo de ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo decorrem da necessidade de

contratação de serviços em canteiros abertos para linhas de transmissão de energia elétrica e para o entorno de reservatórios de usinas hidrelétricas, sejam eles 100% corporativos ou por participação em Sociedades de Propósito Específico (SPEs). Tais operações são realizadas especialmente na construção de linhas e na manutenção das faixas de servidão; na supressão de vegetação das áreas inundáveis de reservatórios de usinas hidrelétricas durante a fase de construção; e na manutenção do entorno de reservatórios durante a fase de operação. Não houve registro de casos desse tipo em 2014. **[GRI G4-DMA, G4-HR6]**

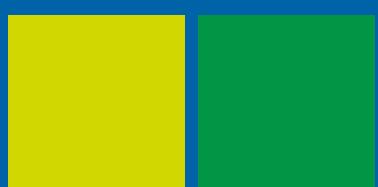
GASTOS COM FORNECEDORES **[GRI G4-EC9]**

	2013	2014
Compras diretas¹		
Localmente R\$ mil	40.624	45.600
Total da organização R\$ mil	42.763	47.800
Valor total de produtos comprados e serviços contratados		
Localmente R\$ mil	953.200	1.209.000
Total da organização R\$ mil	1.059.111	1.330.000

¹ Compras de até R\$ 16 mil.



Desempenho social



A Política de Responsabilidade Social da Furnas visa a promover a cidadania e o desenvolvimento humano, com o objetivo de construir uma sociedade sustentável e solidária, em equilíbrio com a natureza, contribuindo assim para o combate à pobreza e às desigualdades. A atuação social incorpora-se à gestão estratégica da empresa, fomentando o crescimento das comunidades do entorno de 100% de suas operações. [\[GRI G4-S01\]](#)

RELACIONAMENTO COM A COMUNIDADE [\[GRI G4-DMA\]](#)

O relacionamento de Furnas com a comunidade do entorno de suas operações se baseia no compromisso com o bem-estar da sociedade, a promoção da cidadania, o respeito à diversidade e a difusão das mais variadas manifestações culturais.

Em 2014, cerca de 8,6 mil pessoas foram atendidas nos programas de comunicação social da companhia, que consistem em contatos e campanhas de comunicação com os públicos direta e indiretamente afetados pelos empreendimentos, tais como proprietários e representantes de governo. Também são realizadas palestras em escolas, destinadas a estudantes da pré-escola ao ensino médio.

Já as ações do Programa de Desenvolvimento Territorial de Furnas beneficiaram mais de 770 pessoas em 2014, quando foram implantados sete projetos Núcleos de Integração em comunidades dos municípios de Campinorte, Colinas do Sul, Campinaçu, Minaçu, Niquelândia e Urucuá, todos no estado de Goiás. Foram ainda monitorados 14 Fóruns Comunitários criados desde a implantação do programa. A coleta e a sistematização dos dados asseguram a construção de indicadores, permitindo o estabelecimento de um processo de avaliação dos projetos nas comunidades.

GESTÃO DE IMPACTOS [\[GRI G4-DMA\]](#)

Ciente do impacto de suas operações nas comunidades locais, especialmente na fase de construção de usinas e linhas de transmissão, Furnas adapta seus projetos para causar o menor deslocamento possível de pessoas. Pesquisas e estudos socioeconômicos integram o Projeto Básico Ambiental (PBA), que também norteia as ações de comunicação e divulgação de informações inerentes aos impactos causados e procedimentos adotados na área de influência dos empreendimentos.

Entretanto, quando o deslocamento é necessário para a expansão dos projetos, a empresa mantém a transparência em todas as etapas. Todos os *stakeholders* participam e endossam o processo, que envolve prefeituras, câmaras de vereadores, associações de moradores, representantes de entidades sindicais e da comunidade atingida e afetada, cartórios, Ministério Público, Defensoria Pública, Judiciário, órgãos ambientais, entre outros. As questões que envolvem reforma agrária, populações indígenas e quilombolas são negociadas por seus representantes legais: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Fundação Nacional do Índio (Funai) e Fundação Palmares.

 Iniciativas sociais são orientadas pelo compromisso com o bem-estar da sociedade, a promoção da cidadania e a difusão de manifestações culturais



Pessoas afetadas por obras [GRI G4-DMA]

As comunidades têm a oportunidade, ainda, de participar das audiências públicas realizadas pelo órgão ambiental, bem como de reuniões públicas específicas promovidas nos municípios atingidos, para o esclarecimento de dúvidas sobre procedimentos fundiários que serão adotados para o empreendimento. Nessas reuniões, Furnas se dispõe a receber reclamações e/ou sugestões. São também disponibilizados canais para atendimento a reclamações, tais como: Ouvidoria, telefone, e-mail e o portal Fale Conosco no site de Furnas.

A identificação das pessoas afetadas é realizada por meio de cadastramento físico e socioeconômico. São realizadas vistorias técnicas para a avaliação dos imóveis afetados (terras, benfeitorias e eventuais atividades econômicas existentes), cujos valores indenizatórios são estipulados com base em pesquisas mercadológicas. Os programas de remanejamento são específicos para cada empreendimento e estabelecidos de acordo com as características da região e buscam a recomposição do modo de vida das famílias atingidas, no mínimo, similar à encontrada à época do cadastro socioeconômico. Após a implantação dos empreendimentos, há monitoramento das famílias reassentadas no meio urbano e rural para verificar a adaptação.

Atualmente estão sendo acolhidas cerca de 560 famílias rurais atingidas pelas usinas hidrelétricas de Batalha e Simplicio, importando um montante total aproximado de R\$ 5 milhões, dos quais R\$ 700 mil em 2014. O serviço perdurará por pelo menos três anos.

Atividades de expansão e manutenção do sistema elétrico também têm impacto econômico indireto sobre a sociedade, refletido na criação de empregos. Em 2014, as obras realizadas em ativos próprios de Furnas representaram a média de 1,7 mil empregos. Em obras de usinas hidrelétricas e parques eólicos foram criados 5.082 empregos durante o ano. [GRI EU22, G4-EC8]

PROPRIEDADES ATINGIDAS E LIBERADAS EM 2014

Empreendimento	Atingidas	Liberadas	Valor (R\$ mil)
LT Mascarenhas-Linhares	177	91	5.650,20
LT Batalha-Paracatu 1	121	0	30,30
LT Xavantes-Pirineus	88	30	3.392,50
UHE Batalha	211	0	50,70
Total	597	121	9.123,70

DESLOCAMENTO FÍSICO E ECONÔMICO DE PESSOAS [GRI EU22, G4-EC8]

	2012	2013	2014
Nº de pessoas deslocadas fisicamente			
Por novas linhas de transmissão	136	16	0
Por novas usinas	1.107	12	0
Total	1.243	28	0
Nº de pessoas deslocadas economicamente			
Por novas linhas de transmissão	2.222	325	445
Por novas usinas	444	0	27
Total	2.666	325	168
Valor financeiro desembolsado a título de indenização para pessoas deslocadas (R\$ mil)	54.959,90	13.815,00	9.123,70

SEGURANÇA DA POPULAÇÃO [GRI EU25]

Em novembro de 2014, um adolescente foi encontrado morto na área da subestação de Furnas localizada no Grajaú, na cidade do Rio de Janeiro (RJ), onde há ampla sinalização a respeito do risco de aproximação dos equipamentos energizados. O jovem, de 13 anos, estava segurando uma pipa. Até o final do ano, não havia ocorrido ajuizamento de demanda

judicial sobre o acontecimento. No ano, registrou-se ainda um acidente de trânsito por conta de derramamento de óleo na pista com origem em uma propriedade de Furnas, na cidade de Lorena (SP). A pessoa envolvida pleiteia danos morais e materiais no valor total de R\$ 25.680,54, mas não há sentença judicial até o final de 2014.

MEDIDAS PREVENTIVAS PARA OPERAÇÕES COM IMPACTOS NEGATIVOS |GRI G4-S02|

Operações	Impactos negativos	Medidas adotadas
UHE Batalha	Comunidade local afetada pela implantação do reservatório	<ul style="list-style-type: none"> Capacitação sobre técnicas de gestão de resíduos, práticas sustentáveis em agricultura;
UHE Simplício	Comunidade local afetada pela implantação do reservatório	<ul style="list-style-type: none"> Elaboração de projetos socioambientais; Palestras sobre doenças de veiculação hídrica;
UHE Anta-Simplício	Comunidade local afetada pela implantação do reservatório	<ul style="list-style-type: none"> Palestras sobre o melhor convívio com APPs, reservatórios e linhas de transmissão.
UHE Marimbondo	Atuação junto à comunidade para conservação da Área de Preservação Permanente (APP)	<ul style="list-style-type: none"> Capacitação nos municípios Fronteira (MG), Colômbia, Guaraci e Icém (SP) sobre como contribuir com o processo de gestão ambiental da APP do reservatório e da região.
Reconstrução da linha de transmissão Santa Cruz-Jacarepaguá	Restrições ao uso e ocupação do solo nas seguintes comunidades de Campo Grande: Jardim Letícia/ Pedregoso, Tinguí, São Jerônimo, Jardim Gramado, Bosque dos Palmares e Beco – Linha de Austin.	<p>Curto prazo:</p> <ul style="list-style-type: none"> Planejamento de processo de mobilização social com os moradores de residências próximas da operação. <p>Médio e longo prazos:</p> <ul style="list-style-type: none"> Elaboração de projeto socioambiental em parceria com o Ibase que buscará o desenvolvimento local a partir da identificação das potencialidades do lugar, em conjunto com a população beneficiada. Serão definidas ações coletivas que fortaleçam o acesso individual a bens e serviços.
Recondutoramento da linha de transmissão Santa Cruz-Jacarepaguá	Restrições ao uso e ocupação do solo no bairro de Santa Cruz (comunidades de Jardim Nova Urucânia/Coqueiral e Saquassu).	

COMUNIDADES INDÍGENAS |GRI G4-HR8, G4-DMA|
Avá-Canoeiro

Desde 1996, com a construção da UHE Serra da Mesa, em Goiás, Furnas mantém convênio com a Fundação Nacional do Índio (Funai) para a proteção e compensação da nação indígena Avá-Canoeiro. Entre as obrigações, está o pagamento à comunidade do valor de 2% do valor distribuído, a título de *royalties*, aos municípios afetados pelo reservatório da usina. Em 2014, esse pagamento somou R\$ 202.249,18.

No ano, foram concluídos os trâmites necessários ao processo de doação para a Funai do terreno onde será construído o Centro Técnico Cultural

Avá-Canoeiro, na cidade de Minaçu, em Goiás. A doação, com transferência em cartório, está prevista para 2015. Dotado de biblioteca, museu com peças que compõem a cultura material desse povo indígena, oficinas para alunos, palestras e exposições fotográficas e de vídeo, o espaço visa proporcionar mais conhecimento sobre essa cultura.

Kaingang

Durante trabalho de inspeção de rotina nas linhas de transmissão Ivaiporã-Itaberá I e II, dois funcionários de Furnas foram sequestrados no dia 30 de abril de 2014 por índios da tribo Kaingang. Os indígenas

exigiram receber uma indenização de R\$ 7 milhões por torre, o que totalizaria R\$ 133 milhões, alegando que a tribo perdeu espaço para o cultivo da lavoura. Após envio de uma equipe de Furnas para negociar, os dois funcionários foram libertados, firmando-se um acordo com os Kaingang, com a intermediação do Ministério Público Federal e a participação de representantes da Funai. Furnas se comprometeu a dar seguimento ao licenciamento corretivo das linhas de transmissão e, adicionalmente, desenvolver ações sociais destinadas a propiciar melhores condições para o plantio das safras.



Investimento social

[GRI G4-DMA]

O investimento social de Furnas é realizado com recursos próprios ou decorrentes de renúncias fiscais (Lei Rouanet, Lei de Incentivo ao Esporte e doações ao Fundo para a Infância e Adolescência) e se reflete em centenas de programas, campanhas, ações e projetos implementados nas diversas áreas de atuação, por meio de parcerias com órgãos públicos, universidades e organizações sem fins lucrativos.

A empresa adota uma postura proativa nos projetos socioculturais, com apoio a iniciativas que buscam sustentabilidade em longo prazo. Em 2014, destinou R\$ 13 milhões a essas ações, valor que soma R\$ 52 milhões entre 2011 e 2014. Os recursos foram aplicados em ações de gênero e de voluntariado, apoio a projetos sociais, patrocínio de eventos e à cultura, apoio ao combate à exploração de crianças e adolescentes e ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para a realização do projeto Movimento ODM Brasil 2015, e atendimento a situações emergenciais. [GRI G4-EC1, G4-EC7]

No ano, patrocinou 16 eventos reconhecidos nacional e internacionalmente, agregando assim valor à marca Furnas. Foram dois por meio do Edital de Seleção Pública de Patrocínio a Eventos do Setor Elétrico (Edital Eletrobras) e 14 por escolha direta.

Furnas Educa

O destaque do ano foi o projeto Furnas Educa, vencedor do Prêmio Aberje 2014 de melhor programa de relacionamento com a sociedade na Região Sudeste. Dirigido a crianças entre 5 e 15 anos e utilizando metodologia específica de ensino, aborda temas sobre conservação de energia, educação ambiental e prevenção a queimadas.

De janeiro de 2013 a dezembro de 2014, o projeto atendeu cerca de 200 mil crianças e adolescentes de aproximadamente 400 escolas públicas e instituições sociais próximas às hidrelétricas e subestações em todas as regiões de atuação. Para as crianças, o conteúdo foi apresentado em formato lúdico e recreativo, com o auxílio de jogos e brincadeiras. Já para os adolescentes constou de palestras enriquecidas por

vídeos, como o que mostra a mudança de comportamento em uma família que desperdiçava energia, além de dinâmicas de grupo e debates.

Para aumentar o potencial de multiplicação das mensagens, atletas da Equipe Furnas participaram do projeto e a ex-ginasta Daiane dos Santos foi nomeada madrinha do Furnas Educa por seu carisma e sintonia com crianças e adolescentes.

INVESTIMENTOS SOCIAIS EM 2014 (R\$ mil)

	5.571
Projetos e ações sociais	5.571
Educação	380
Saúde e segurança alimentar	1.044
Infraestrutura [GRI G4-EC7]	1.463
Geração de trabalho e renda	1.015
Garantia dos direitos da criança e do adolescente	65
Meio ambiente	113
Cultura	482
Esporte e lazer	630
Promoção da cidadania	380
Doações	107
Doação para situação emergencial ou de calamidade pública	107
Voluntariado	439
Investimento na mobilização de voluntários	101
Investimentos no apoio a atividades de voluntariado	339
Patrocínios esportivos	967
Patrocínios incentivados (Lei de Incentivo ao Esporte)	838
Patrocínios não incentivados	129
Patrocínios culturais e institucionais	6.689
Patrocínio culturais não incentivados	1.106
Patrocínio culturais incentivados (Lei Rouanet)	3.686
Patrocínios institucionais	1.897
Total	13.774



CULTURA

O Espaço Furnas Cultural oferece shows musicais, espetáculos teatrais e exposições, com acesso gratuito, aos empregados de Furnas e ao público externo. A maior parte dos projetos que formaram sua programação em 2014 foram selecionados em 2013 por meio do Edital de Ocupação. Com investimentos de R\$ 1 milhão, a empresa patrocinou 21 projetos, sendo três exposições, 11 shows musicais e sete espetáculos teatrais, que atraíram um público de aproximadamente 7,5 mil pessoas. Outros quatro projetos convidados formaram a grade de programação em 2014: três de música e uma exposição.

Em 2014, Furnas participou do Programa Cultural das Empresas do Sistema Eletrobras, por meio da Lei Rouanet, com aporte de cerca de R\$ 1 milhão no incentivo às produções artísticas de teatro infanto-juvenil e investiu aproximadamente R\$ 2,7 milhões em projetos de outros segmentos com incentivo da mesma lei.

ESPORTES

Alinhada aos esforços de entidades nos âmbitos municipal e federal na preparação para as Olimpíadas e Paralimpíadas de 2016 no Rio de Janeiro, Furnas investiu aproximadamente R\$ 970 mil em iniciativas esportivas visando à inclusão social. Um dos projetos patrocinados, o Fla Olímpico, forma e mantém equipes de base das modalidades de natação, nado sincronizado e polo aquático, prevendo participações em competições e continuidade do treinamento. Grande parte destes atletas é oriunda de comunidades carentes.

→ Na página 97 do Anexo são apresentados os principais projetos sociais apoiados por Furnas.



EVENTO NO ESPAÇO FURNAS CULTURAL

POLÍTICAS PÚBLICAS

[GRI G4-DMA]

Furnas participa e apoia diversas políticas públicas promovidas por todas as esferas governamentais. As mais relevantes na área social são:

L Programa de Desenvolvimento Energético dos Estados e Municípios (Prodeem): Criado pelo Ministério de Minas e Energia em 1994, visa a atender às populações desassistidas de rede elétrica. A principal fonte utilizada pelo Prodeem é a fotovoltaica, que transforma a energia solar em energia elétrica, destinada às escolas rurais, poços de abastecimento de água e outras atividades comunitárias, em locais ainda não servidos por redes de distribuição rural das concessionárias e normalmente distantes das sedes dos municípios ou de difícil acesso. Desde 2004, Furnas é responsável pela execução do Prodeem nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo e Goiás. Em 2014, Furnas realizou 43 serviços de manutenção corretiva objetivando recuperar capacidade operativa dos sistemas

fotovoltaicos instalados, bem como a desativação de nove sistemas situados em comunidades beneficiadas pelo Programa Luz para Todos, com a instalação de redes de distribuição de energia convencional das concessionárias de energia.

L Programa Luz para Todos:

Lançado pelo Governo Federal em novembro de 2003, é coordenado pelo Ministério de Minas e Energia e operacionalizado com a participação das empresas que compõem o sistema Eletrobras. Tem por objetivo levar energia elétrica, gratuitamente, à população rural, que ainda não tem acesso a esse serviço público e fazer da eletricidade vetor de desenvolvimento e renda para as comunidades atendidas. Em 2014, contabilizou 4.132 ligações na área de atuação de Furnas, beneficiando 20.660 pessoas, considerando as ligações realizadas no Rio de Janeiro (1.251), São Paulo (894) e Goiás (1.987). Os estados do Espírito Santo e de Minas Gerais foram considerados universalizados, uma vez que concluíram o número de ligações contratadas.

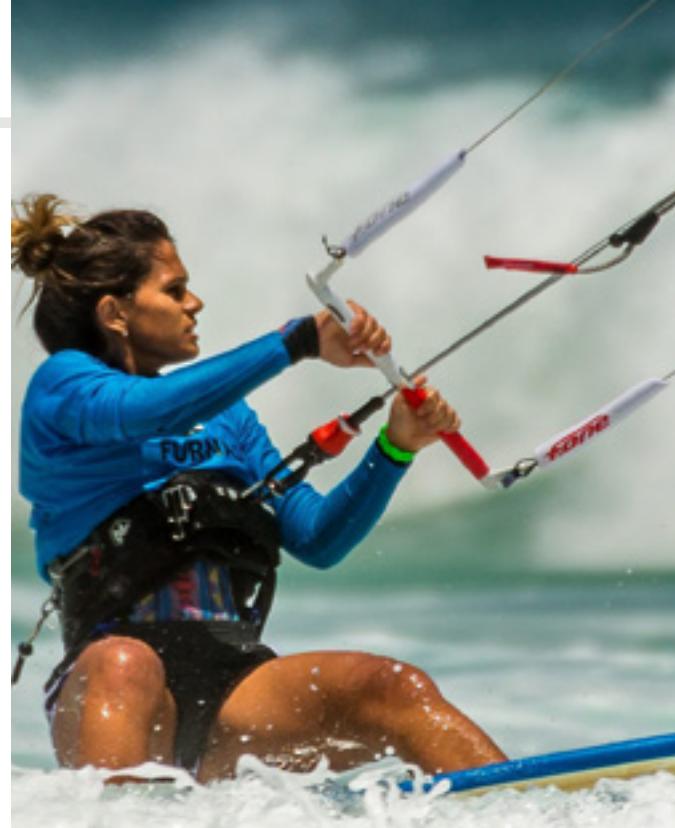
L Programa Reluz: Em 2014, Furnas concluiu a ação de modernização da iluminação pública de Anápolis (GO), que trouxe benefícios em redução do consumo de energia. A iniciativa integra o Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente (Reluz), desenvolvido pela Eletrobras/Procel, e implementado por concessionárias geradoras, transmissoras e distribuidoras de energia elétrica. O Reluz promove a melhoria das condições de iluminação pública dos municípios do País e contribui para a segurança pública nas regiões urbanas, com reflexos positivos para o aumento do bem-estar da população. No caso específico de Anápolis, foram substituídos 41.324 pontos de iluminação pública, correspondente a um investimento total de R\$ 21,1 milhões. De acordo com a Prefeitura, houve redução de demanda de 2.968,78 kW no horário de ponta do sistema, bem como uma energia economizada equivalente a 13 mil MWh/ano.

[IGRI G4-DMA, G4-EN7]

L Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P: Promove iniciativas alinhadas à redução de consumo de combustíveis, reaproveitamento de óleo vegetal e projetos de Pesquisa & Desenvolvimento de fontes renováveis, a exemplo de energia gerada pelas ondas do mar, e destinação de resíduos recicláveis a cooperativas de catadores, como parte do Programa de Coleta Seletiva Solidária.

→ Mais informações em *Pesquisa & Desenvolvimento*, na página 43, e em *Meio Ambiente*, na página 82.

Além disso, Furnas apoia a Secretaria-Executiva do Comitê de Entidades no Combate à Fome e Pela Vida (Coep), criado em 1993, que reúne organizações



PATROCÍNIO DO FURNAS RIO KITE SURF OPEN 2014

públicas e privadas de todo o País. Em 2014, destacaram-se as seguintes iniciativas de mobilização social:

L Encontro Nacional 20 Anos de Avanços e Desafios na Promoção da Cidadania no Brasil – Realizado nos dias 9 e 10 de setembro, apresentou mesas de debates com especialistas sobre os três eixos de atuação da Rede Coep: Erradicação da Miséria; Meio Ambiente, Clima e Vulnerabilidade; e Participação Social, Direitos e Cidadania.

L Projeto Tecnologia Social e Juventude – Empoderando Líderes – Destaque foi o Fórum de Lideranças Jovens da Rede Comunidades Semiárido, realizado em julho, em Campina Grande (PB), com 52 jovens e lideranças de 30 comunidades de sete estados, para realizar um balanço das atividades da rede, o planejamento dos próximos passos e a capacitação para o fortalecimento das lideranças.

L Publicação Programa Comunidades Semiárido – Apresenta os principais resultados das atividades voltadas à consolidação da metodologia de atuação desenvolvida pelo Coep

em cerca de 40 localidades de sete estados da Região Nordeste, bem como sua história.

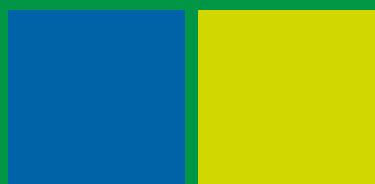
L Rede Mobilizadores – Reúne pessoas com experiências e saberes diversos, movidas por ideais de justiça e equidade social, tendo o site como espaço de encontro, de capacitação e difusão de informações qualificadas. Em dezembro de 2014, contava com 37.991 cadastrados, em 27 estados e 1.873 municípios.

L Participação na 20ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (COP 20) – O Coep participou do evento realizado em Lima (Peru), em novembro, cuja proposta foi construir um acordo climático global para ser assinado na Conferência de Paris, em dezembro de 2015. Na Conferência, o tema de adaptação às mudanças do clima ganhou relevância e fez parte da sugestão brasileira a inclusão da adaptação na minuta do acordo a ser finalizado em Lima. O Brasil propôs que o tópico “adaptação” tenha a mesma importância que “mitigação”.

UHE CORUMBÁ (GO)



Desempenho ambiental



Buscando a integração harmônica dos seus empreendimentos com o meio ambiente, a atuação de Furnas é orientada por cinco políticas (Ambiental, Recursos Hídricos, Recursos Florestais, Educação Ambiental e Resíduos Sólidos), que consideram aspectos legais, práticas e experiências acumuladas. **[GRI G4-DMA]**

Como empresa de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica, insumo básico para o desenvolvimento econômico e social do País, Furnas reconhece que suas atividades podem levar à interferência ambiental, sendo seu compromisso conduzir suas ações respeitando o meio ambiente, promovendo o aproveitamento dos recursos naturais de maneira sustentável e a conservação da diversidade biológica.

Para a obtenção da efetiva regularidade dos empreendimentos, todos os estudos e relatórios elaborados para o licenciamento ambiental são conduzidos de forma a atender a condicionantes estabelecidas pelos órgãos ambientais. Entre 2011 e 2014, foram obtidas 27 Licenças de Operação (LO) para empreendimentos de geração e transmissão de energia e estações de telecomunicações. Entre elas, destacam-se as das usinas hidrelétricas de Batalha e Simplicio. A companhia também conseguiu as licenças corretivas de operação para as usinas de Marimbondo e Funil.

Em 2014, foi desenvolvido no Sistema de Acompanhamento de Licenciamento Ambiental (Sala) o módulo de pendências críticas e comunicação. A nova ferramenta permitirá uma melhor gestão do atendimento das condicionantes ambientais, otimizando a comunicação entre as áreas Ambiental e Fundiária de Furnas.

Furnas contabilizou R\$ 80.270.088 em gastos ambientais em 2014, incluindo custeio, investimentos e P&D. Já em compensação ambiental foi investido cerca de R\$ 1,5 milhão, referente à usina hidrelétrica Corumbá e à usina termelétrica de Santa Cruz.

INVESTIMENTOS EM MEIO AMBIENTE (R\$) **[GRI G4-EN31]**

	2013	2014
Manutenção nos processos operacionais para melhoria do meio ambiente	50.796	41.167
Preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	49.494	33.920
Educação ambiental para a comunidade	57	857
Outros projetos ambientais	31.228	4.326
Total	131.575	80.270

MUDANÇAS CLIMÁTICAS **[GRI G4-DMA, G4-EC2]**

Furnas, como empresa do Sistema Eletrobras, assumiu publicamente a Declaração de Compromisso da Eletrobras sobre Mudanças Climáticas. Desde 2013 foram instituídas metas de redução de Gases de Efeito Estufa (GEE), com monitoramento realizado bimestralmente.

Há acompanhamento das alterações de regulamentação do setor em decorrência de mudanças climáticas, como a Lei nº 12.187/2010, que estabeleceu o compromisso nacional voluntário de adotar ações de mitigação das emissões antrópicas de gases de efeito estufa com vistas a reduzir entre 36,1% e 38,9% as emissões brasileiras projetadas para 2020. Furnas se coaduna a essa iniciativa motivando a expansão da geração elétrica via usinas hidrelétricas e parques eólicos.

Furnas participa da Câmara Temática de Mudança Climática do CEBDS (CT Clima/Centro Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável), buscando possibilidades de avanço no tratamento das questões relativas às mudanças climáticas.

A empresa tem desenvolvido ações para a redução de emissões de gases de efeito estufa em seus processos. São elas:

- Substituição do gás R22 por gases refrigerantes isentos de cloro na UHE Marimbondo e na SE Campinas, atendendo ao Protocolo de Montreal, do qual o Brasil é signatário;
- Substituição do combustível utilizado no acionamento das turbinas da UTE Santa Cruz, trocando óleo diesel especial por gás natural.

Em 2014, Furnas iniciou sua participação no Sistema de Comércio de Emissões da Plataforma Empresas Pelo Clima (SCE EPC), promovida pelo Centro de Estudos em Sustentabilidade da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (GVces) em parceria com a Bolsa de Valores Ambientais do Rio de Janeiro (BVRio). A iniciativa estabelece um simulado de mercado de carbono com o objetivo de engajamento de empresas brasileiras frente às mudanças climáticas, à gestão de emissões de gases de efeito estufa e à proposição de políticas públicas.

EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA [GRI G4-DMA]

Membro do Programa Brasileiro do *Greenhouse Gas Protocol* desde 2008, Furnas conquistou, pela segunda vez consecutiva, o Selo Ouro em seu Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa 2013, referente ao ciclo de 2012 (*a verificação externa de 2014 estava em andamento na conclusão deste relatório*).

O *GHG Protocol* é uma ferramenta desenvolvida, originalmente, pelo World Business Council for Sustainable Development (WBCSD) e pelo World Resources Institute (WRI) para que as empresas possam efetuar a medição e a gestão de suas emissões de GEE por meio de metodologia internacionalmente aceita. Essas informações são requeridas pelos índices de sustentabilidade empresarial nos mercados nacional (ISEBovespa) e internacional (*Dow Jones Sustainability Index*).

Três carros elétricos circulam na subestação de Jacarepaguá desde 2013, e transportam cerca de 350 pessoas por mês entre as áreas coletivas de trabalho.

A substituição dos automóveis convencionais por carros elétricos colabora para a diminuição do consumo de combustíveis fósseis e a consequente redução na emissão de gases do efeito estufa. De dezembro de 2013 até novembro de 2014, é estimada a redução de cerca de 0,6 tonelada de CO₂ equivalente com essa iniciativa. [GRI G4-EN19]

Em 2014, as emissões diretas de gases de efeito estufa (escopo 1) totalizaram 1.814.944,48 tCO₂e, o que corresponde a uma intensidade de emissões de 43,02 tCO₂e por GWh de energia gerada (total de 42.186 GWh). [GRI G4-EN18]

Monitoramento bimestral das emissões de gases efeito estufa auxilia na adoção de iniciativas para reduzir esse impacto

EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA (GEE) [GRI G4-EN15, G4-EN16, G4-EN17]

Fontes		Emissões (tCO₂e)	Subtotal por fonte (tCO₂e)
Escopo 1	Fixas	UTEs próprias	1.778.686,73
		Geradores	337,36
		Outras	99,21
	Móveis	Rodoviárias	4.528,27
		Hidroviárias	3,44
	Fugitivas	SF ₆	29.697
		Refrigeração	1.236,83
Subtotal Escopo 1			1.814.944,48
Escopo 2	Consumo de eletricidade	3.184,22	3.184,22
	Perdas na transmissão	735.223,12	735.223,12
Subtotal Escopo 2			738.407,34
Escopo 3	Viagens aéreas	1.492,02	1.492,02
	Transporte de colaboradores	82,67	82,67
Subtotal Escopo 3			1.574,69
Total			2.554.926,51

¹tCO₂eq – toneladas de CO₂ equivalente

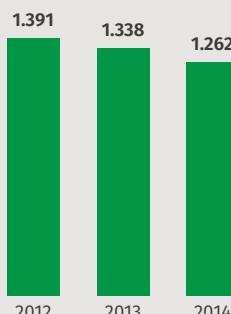
Obs.: A verificação do Inventário de GEE (2014) do Sistema Eletrobras por terceira parte estava em curso no momento do fechamento desta edição do Relatório de Sustentabilidade.

ENERGIA [GRI G4-DMA]

Em 2014, foi atingida a meta de aumentar em 4% o uso de combustíveis renováveis (etanol) em fontes móveis rodoviárias. Para 2015, a meta é que eles representem 6% do total utilizado. Foi também alcançada a meta de reduzir em 2% a energia elétrica consumida no Escritório Central. Esse resultado se alinha ao compromisso com menores emissões indiretas do grid elétrico (escopo 2 do programa GHG Protocol), a partir do consumo de eletricidade no Escritório Central. Considerando o ano de 2012 como referência, definiu-se retração de 1% em cada ano até 2015. [GRI G4-2]

Para atingir essa meta, foram substituídos os seguintes materiais e equipamentos em 2014: 7 mil metros de isolamento térmico na tubulação do sistema de ar condicionado central, gerando melhor rendimento (em torno de 30%); bombas hidráulicas antigas por modelo com selo mecânico, o que elimina vazamentos, e com motor de alto rendimento; trechos de tubulação de abastecimento hidráulico danificados; 800 lâmpadas fluorescentes de 1x34W por tubo LED de 1x18W, de um total de 17.400 lâmpadas. [GRI G4-EN6]

MÉDIA DE CONSUMO DE ENERGIA (MWh)



CONSUMO DE ENERGIA DENTRO DA ORGANIZAÇÃO [GRI G4-EN3]

	2014	
	Volume	GJ
Combustíveis		
Fontes fixas		
GLP – fontes fixas (kg)	13.387	621
Gasolina (litros)	9.738	322
Gás natural (m³)	5.373	210
Óleo diesel (litros)	12.655	548
Óleo 2 tempos (lubrificantes – litros)	291	11
Fontes móveis		
GLP (kg)	4.152	32
Gás natural (m³)	0	0
Etanol veicular (litros)	60.452	1.269
Gasolina em embarcações (litros)	1.925	64
Gasolina em veículos (litros)	1.253.285	41.390
Óleo diesel (litros)	1.025.165	44.420
Óleo 2 tempos em embarcações (lubrificantes – litros)	9	0,3
Termelétricas		
Gás natural (m³)	786.642.920	30.686.941
Óleo diesel (m³)	1.019	53
Óleo diesel metropolitano (litros)	161	6
Hidrelétricas		
Óleo diesel (m³)	105.897	3.762
Transmissão		
Óleo diesel em grupos geradores em subestações (m³)	11.377	396
Energia elétrica		
	MWh	GJ
Atividades administrativas (MWh)	23.675	85.228
Geração hidrelétrica (MWh)	45.016	162.057
Geração Termelétrica (MWh)	36.517	131.461
Transmissão – serviços auxiliares em subestações (MWh)	40.826	146.973
Subtotal energia elétrica	146.034	525.719
Total	-	31.305.764

ÁGUA E EFLUENTES [GRI G4-DMA]

Furnas tem como estratégia a participação em uma série de fóruns de recursos hídricos. A empresa conta com representantes nos Comitês de Bacia Hidrográfica dos rios Guandu, Grande, Paranaíba, Paraíba do Sul, Ceivap, Entorno Furnas, Médio Grande, Baixo Grande, Alto Paranaíba e Preto/Paraibuna.

Água

Há captação de água da chuva nas unidades de Jacarepaguá e São José para uso nos estudos de modelo reduzido de usinas hidrelétricas. Em Jacarepaguá, estima-se uma captação de 8,6 milhões de litros, considerando os dados pluviométricos e a área de cobertura utilizada para captação. Está prevista a instalação de uma estação pluviométrica na Subestação de São José. Atualmente, as medições nesta unidade são realizadas somente na vazão de purga do sistema de resfriamento.

A subestação Ibiúna possui projeto de reúso direto (lavagem de veículos e jardinagem) e indireto de água por meio do tratamento de efluentes. O reúso indireto permite que o efluente lançado a montante da captação seja reaproveitado no processo produtivo, mas não há como separar o volume entre os tipos de reutilização. Em 2014, calcula-se que tenham sido reutilizados 36.192 metros cúbicos de água, mesmo montante do ano anterior.

Foram realizadas inspeções técnicas para elaboração e atualização dos Planos de Monitoramento de Efluentes e Qualidade da Água (PMEQA), Planos de Gerenciamento de Resíduos (PGR) e Planos de Atendimento a Emergência (PAE) em usinas e subestações.

Em 2014, foi renovado o serviço de monitoramento da qualidade da água no reservatório da UHE Batalha. Nas UHEs Itumbiara, Marimbondo e Funil, os contratos de monitoramento, iniciados em 2013, se mantiveram, atendendo ao cronograma de implementação das diretrizes padronizadas pela área técnica em todos os reservatórios da empresa.

Efluentes [GRI G4-EN27]

A água utilizada para geração hidrelétrica nas usinas de Furnas é captada de mananciais superficiais (reservatórios). Após a geração de energia, a água é devolvida ao manancial, sem alteração da sua qualidade.

Na UTE de Santa Cruz, a água utilizada no resfriamento dos trocadores de calor é captada no canal de São Francisco e, após a sua utilização, lançada no canal de Santo Agostinho, apenas com pequeno acréscimo de temperatura, de acordo com normas e padrões estabelecidos pela legislação vigente. Em dezembro de 2014, foi instalado um totalizador de vazão na tubulação de sucção para exercer um controle mais efetivo da captação de água bruta desse canal.

Da mesma forma, na UTE Campos, a água utilizada no resfriamento dos trocadores de calor da usina é captada em lagoa de acumulação e, após sua utilização, é lançada no Rio Paráiba do Sul, apenas com pequeno acréscimo de temperatura, de acordo com as normas e padrões estabelecidos pela legislação vigente. O volume de lançamento corresponde a 0,095 m³/h.

[GRI G4-EN26]

CONSUMO DE ÁGUA (m³) [GRI G4-EN8]

	Atividades administrativas	Usinas termelétricas	Total
Fonte superficial (captação direta em corpos hídricos)	3.089.104,10	157.521,31	3.246.625,41
Fonte subterrânea (poços, nascentes)	119.682,09	0	119.682,09
Rede de abastecimento público (concessionária)	154.894,86	0	154.894,86
Água salobra ou do mar	0	0	0,00
Total	3.363.681,05	157.521,31	3.521.202,36

RESÍDUOS [GRI G4-DMA]

Os resíduos resultantes das diversas atividades desenvolvidas em Furnas são gerenciados pelo órgão gerador dos resíduos, de acordo com o respectivo Plano de Gerenciamento de Resíduos (PGR), com a legislação vigente no País, e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelos órgãos ambiental, de segurança e saúde, e de logística de Furnas.

Em 2014, transformadores e óleo isolante contaminados com PCBs da Usina Termelétrica de Santa Cruz foram enviados para destruição

térmica no incinerador da Sakab Ab, em Kumla, na Suécia, por meio de empresa especializada mediante autorização do Ibama e demais autoridades ambientais internacionais envolvidas. Todos os transformadores existentes atualmente nessa UTE utilizam óleo isolante mineral, totalmente desprovidos de poluentes orgânicos persistentes.

Desde 2008 Furnas implementa o Programa da Coleta Seletiva Solidária para os resíduos recicláveis. Mais de 1,3 mil toneladas de materiais recicláveis (papel, plástico, metal e vidro) já foram destinados às cooperativas. Realizado

pela Comissão da Coleta Seletiva Solidária, o programa está ampliando a sua atuação para todas as unidades, entre usinas, subestações e escritórios. Atualmente estão sendo beneficiadas 31 cooperativas, com um total de 2.850 catadores, que em 2014 receberam mais de 215 toneladas de recicláveis.

Todos os resíduos perigosos foram vendidos em leilões públicos e encaminhados para empresas devidamente credenciadas para seu tratamento. Os resíduos englobam óleo mineral isolante usado, acumuladores elétricos chumbo ácidos esgotados e pneus de diversas medidas. [GRI G4-EN24]

GESTÃO DE RESÍDUOS (t) [GRI G4-EN23]

Destinação	Atividades administrativas	Usinas hidrelétricas	Usinas termelétricas	Transmissão
Resíduos não perigosos				
Aterro industrial	65,82	35,70	26,85	12.894,13
Compostagem	31,25	37,70	0	0,45
Coleta municipal	1.201,33	37,10	0	213,91
Armazenamento no local	2.302,11	77,31	469,63	916,17
Reciclagem	211,88	0	0	17,26
Reutilização	321,30	43,20	0	0
Subtotal	4.133,69	231,01	496,48	14.041,92
Resíduos perigosos				
Aterro industrial	0	9,90	23,27	20,53
Armazenamento no local	89,73	2.819,33	266,60	619,82
Coprocessamento	0	8,71	0	79,17
Incineração	0	0,017	0	0
Saúde	54,80	0	0	0
Subtotal	144,53	2.837,96	289,87	719,52
Total	4.278,22	3.068,97	786,35	14.761,44

PESO TOTAL DOS RESÍDUOS PERIGOSOS (t) [GRI G4-EN25]

	2012	2013	2014
Transportados para fora da organização	137,40	71,60	371,00
Transportados	441,10	-	-

BIODIVERSIDADE [GRI G4-DMA, G4-EN12]

A construção de empreendimentos de geração e transmissão de energia necessita de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) ou documento equivalente, que é submetido em audiência pública a diversos setores da sociedade civil. No EIA são observadas as justificativas para a construção, a sua consonância com programas governamentais, as consequências da não construção e avaliação de alternativas locacionais, levando-se em conta diversos fatores, sendo o componente ambiental um deles.

A partir do EIA é elaborado um Plano Básico Ambiental (PBA), ou documento equivalente, compatível com os impactos avaliados, no qual estão previstos, dependendo do tipo de empreendimento: programas de monitoramento e conservação da flora e da fauna (terrestre e ictiofauna), de recursos hídricos, climatológico e limnológico; controle de vetores; comunicação social; educação ambiental; controle hidrossedimentométrico; investigação e resgate do patrimônio arqueológico e avaliação do impacto do empreendimento.

Durante a fase de construção, são realizados Programas de Gestão Ambiental, que incluem relatórios periodicamente enviados aos órgãos ambientais responsáveis, para análise e aprovação.

Já os estudos ambientais e programas de monitoramento ocorrem durante e após a construção dos empreendimentos, sendo comparados aos diagnósticos do EIA e a inventários complementares.

Antes de qualquer supressão de vegetação, são realizados inventários florestais que identificam e quantificam a flora a ser suprimida. Posteriormente, são realizados os Programas de Recuperação de Áreas Degradas (PRADs) por meio dos quais a vegetação suprimida é recomposta em áreas equivalentes ou maiores.



HORTA COMUNITÁRIA EM SÃO JOSÉ DA BARRA (MG)

Também são implementadas outras ações físicas mitigadoras de impactos ambientais decorrentes das obras, como o controle de processos erosivos. No total, 1.402 quilômetros de linhas de transmissão (dos quais 209 em implantação) usam técnicas de alteamento de torre, evitando o corte raso da vegetação.

Recuperação

Em 2014, houve a recuperação de 0,036 quilômetro quadrado de áreas degradadas por empreendimentos hidrelétricos, e 0,0499 quilômetro quadrado por obras de transmissão. [GRI G4-EN13]

No ano, foram plantadas cerca de 5 mil mudas no entorno do reservatório da usina hidrelétrica de Marimbondo. Além disso, dois projetos foram destaque:

Projeto Lobinho Guará – Em continuidade ao apoio voluntário de Furnas à unidade de conservação Parque Estadual da Pedra Branca (RJ), por onde passam 11 linhas de transmissão da empresa, foi realizada a formatura de 120 adolescentes da comunidade do entorno do Parque no Projeto Lobinho Guará, em parceria com a Fundação de Apoio ao Corpo de Bombeiros (Fabom). O objetivo da iniciativa foi propagar conhecimentos

5 mil
mudas de
árvores foram
plantadas no
entorno do
reservatório
da UHE
Marimbondo ■■■

de cidadania, prevenção e preservação do meio ambiente principalmente sobre os riscos das queimadas, tema de bastante relevância para as unidades de conservação.

Projeto Natureza Doce – Em 2014, houve divulgação do projeto, com o objetivo de estimular a preservação de abelhas nativas, que desempenham papel fundamental no equilíbrio do ecossistema. Cerca de 100 colaboradores tiveram aulas de educação ambiental e puderam observar o comportamento das abelhas jataí. A experiência buscou desmistificar o conceito de que todas as abelhas são peçonhentas, bem como valorizar a biodiversidade brasileira.

Áreas protegidas [GRI G4-DMA]

Nenhum dos 6.500 km² de áreas alagadas pelos reservatórios das usinas hidrelétricas operadas por Furnas encontra-se em Unidades de Conservação. Porém, 18,6% estão localizadas em Áreas Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade, conforme estabelecido pela Portaria 126, de 27 de maio de 2004, do Ministério do Meio Ambiente.

Dos 1100 km² de faixas de servidão do sistema de transmissão de Furnas, 8% se encontram dentro de Unidades de Conservação (segundo dados do Ministério do Meio Ambiente). Essas áreas consideram a faixa de servidão padrão de Furnas, de acordo com a tensão das linhas de transmissão.

Para avaliar a biodiversidade do



PROJETO NATUREZA DOCE (RJ)

entorno dos empreendimentos, foi estudada a interseção com Áreas Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade (APCBs), as quais foram identificadas por meio do Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira (Probio), promovido pelo Ministério do Meio Ambiente. O Probio buscou avaliar as condicionantes socioeconômicas e as tendências atuais da ocupação humana do território brasileiro, bem como formular as ações mais importantes para a conservação dos nossos recursos naturais.

Os dados cartográficos utilizados para fazer a análise das áreas protegidas e adjacentes nas quais há operações da empresa estão em constante revisão, devido a mudanças no traçado de empreendimentos, novas unidades de conservação criadas, mudanças

na área de unidades de conservação existentes, mapeamento de unidades que ainda não estavam nos dados do MMA e novas informações acerca da biodiversidade.

O cálculo de interferência em áreas protegidas é baseado, no caso da transmissão, em relação à faixa de servidão padrão de Furnas, de acordo com a classe de tensão da linha de transmissão. Contudo, muitas vezes não há interferência direta (supressão, acessos, etc.) na área oficial contabilizada. Outro importante aspecto é que há uma diferença significativa entre as escalas de referência dos arquivos cartográficos disponibilizados pelo Ministério do Meio Ambiente e as escalas do sistema Furnas, o que interfere na precisão desses dados.

ÁREAS DE ALTA BIODIVERSIDADE (km²) [GRI G4-EN11]

	2013	2014
Áreas protegidas adjacentes	160,85	164,71
Área operacional de Furnas	7.309,59	7.326,14
Áreas protegidas inseridas na área operacional	115,12	83,69

→ O detalhamento das áreas está no Anexo, nas páginas 102 a 105.



UHE MARIMBONDO (MG/SP)

EDUCAÇÃO AMBIENTAL [GRI G4-S01]

Nas usinas de Batalha e Simplicio, assim como na linha de transmissão Anta-Simplicio, os Programas de Educação Ambiental (PEA) vêm capacitando a população diretamente afetada com técnicas de gestão de resíduos, práticas sustentáveis em agricultura e elaboração de projetos de intervenção socioambiental. Também são ministradas palestras sobre doenças de veiculação hídrica e sobre o convívio com as APPs, reservatórios e linhas de transmissão.

Na área de influência da UHE Batalha, cinco famílias foram capacitadas em Oficina de Meliponicultura. A empresa investiu R\$ 19,9 mil no projeto, que consiste na criação de abelhas com

e sem ferrão para produção de mel e derivados, com técnicas específicas, tais como a higienização na manipulação do mel e de derivados.

Na UHE Marimbondo, o PEA também vem capacitando a população diretamente afetada, estimulando a gestão ambiental da APP do reservatório e da região, nos seguintes municípios lindeiros: Fronteira, em Minas Gerais; e Colômbia, Guaraci e Icém, em São Paulo. Em 2014, 1.327 pessoas participaram das atividades, entre funcionários, educadores e sociedade civil.

Além disso, em 2014 Furnas deu início ao diagnóstico para o novo

PEA da UHE Funil. Foram realizadas seis reuniões com a Secretaria de Assistência Social de Itatiaia (RJ) durante o ano. O programa tem como público-alvo comunidades vulneráveis e impactadas pelo emprendimento, comunidade escolar e funcionários da usina. A próxima etapa envolverá a participação de instituições de ensino, de lideranças comunitárias e de associação de moradores para a elaboração do diagnóstico. Também serão realizados cursos para as comunidades e as escolas dos municípios de Resende e Itatiaia, no Rio de Janeiro, e de Areias, Queluz e São José do Barreiro, em São Paulo, bem como para os funcionários da usina.

UHE PEIXE ANGICAL (TO)



Sobre o
relatório





Este é o décimo ano em que Furnas publica o seu Relatório de Sustentabilidade com base nas diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI), modelo internacional que consolida um padrão de relato de desempenho nas dimensões econômica, social e ambiental. O documento, relativo ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2014, foi elaborado de acordo com a versão G4 da GRI, incluindo o suplemento setorial de energia, e o Manual de Elaboração do Relatório Anual de Responsabilidade Socioambiental das Empresas de Energia Elétrica, da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). [\[GRI G4-28, G4-30\]](#)

Os indicadores financeiros seguem as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standard – IFRS*) e foram auditados pela KPMG Auditores Independentes. Eles referem-se à Furnas Centrais Elétricas S.A, sendo que a consolidação de dados relativos a Sociedades de Propósito Específico (SPEs) teve por base o método de equivalência patrimonial, que consiste em atualizar o valor contábil do investimento na proporção do percentual da participação detida por Furnas nessas empresas. [\[GRI G4-17\]](#)

Os indicadores sociais e ambientais compreendem todas as operações sobre as quais a empresa detém gestão – excluindo, portanto, as SPEs. Eles foram apurados internamente por colaboradores de todas as diretorias, tendo os

membros do Comitê de Sustentabilidade Empresarial como facilitadores do processo. Os dados tomaram por base normas brasileiras, como as relacionadas à gestão de pessoas e à segurança no trabalho, e indicadores do Balanço Social Ibase, e não foram verificados externamente. [\[GRI G4-33\]](#)

Conteúdo [\[GRI G4-18\]](#)

A identificação de temas mais relevantes considerou pesquisa com *stakeholders* realizada pela controladora Eletrobras. Na seleção dos tópicos específicos para Furnas, foram ainda contemplados os seguintes aspectos: a estratégia da empresa; notícias publicadas pela imprensa sobre o setor e sobre Furnas; os dez princípios do Pacto Global, iniciativa da qual Furnas é signatária; e questões levantadas pela GRI na pesquisa *Sustainability Topics – What the Stakeholders Want to Know* especificamente com públicos relacionados ao setor elétrico em todo o mundo.

A priorização de temas combinou a matriz de materialidade da Eletrobras com a percepção dos integrantes da Diretoria-Executiva de Furnas.

O processo baseou-se nas diretrizes da GRI e na norma AA1000 (*Accountability 1000*), de maneira a contemplar os impactos econômicos, sociais e ambientais relevantes para Furnas ou que possam influenciar de forma significativa as avaliações e decisões dos seus públicos de relacionamento.

■ Este relatório foi elaborado de acordo com as diretrizes da G4 da Global Reporting Initiative e aborda os temas identificados relevantes para a sustentabilidade



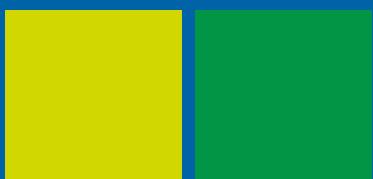
TEMAS DE MAIOR RELEVÂNCIA |GRI G4-19, G4-27|

Tema	Aspectos	Limites GRI G4-20, G4-21		Indicadores GRI relacionados
		Dentro de Furnas	Fora de Furnas	
Ética e conformidade	<ul style="list-style-type: none"> Conduta no relacionamento com públicos de interesse Atendimento à legislação 	Todas as operações	Clientes, fornecedores, governo e sociedade	G4-SO3, G4-SO4, G4-SO5, G4-SO6, G4-SO7, G4-SO8, G4-EN29, G4-SO8, G4-HR3, G4-HR12, G4-PR2, G4-PR8, G4-PR9
Excelência operacional	<ul style="list-style-type: none"> Disponibilidade e confiabilidade 	Todas as operações	Fornecedores, clientes, governo e sociedade	EU2, EU11, EU12, EU30
Criar valor para o negócio: resultados econômico-financeiros	<ul style="list-style-type: none"> Adequação às tarifas existentes Reorganização de custos internos Ênfase à cultura de resultados Gestão de riscos 	Todas as operações	Fornecedores, clientes, governo e sociedade	G4-2, G4-EC1, G4-10, G4-LA1
Crescimento sustentado	<ul style="list-style-type: none"> Novos negócios Governança nas SPEs 	Todas as operações	Parceiros de negócios, clientes, governo e sociedade	EU10
Inovação	<ul style="list-style-type: none"> Iniciativas de inovação e P&D 	Todas as operações	Clientes, fornecedores, governo e sociedade	-
Pessoas	<ul style="list-style-type: none"> Plano de Readequação do Quadro de Pessoal (Preq) Mobilidade interna Saúde e segurança Gestão do Conhecimento 	Todas as operações	Fornecedores, governo e sociedade	G4-10, G4-LA1, LA2, EU15, G4-LA6, G4-LA7, G4-LA8, G4-LA9, G4-LA10, G4-LA11
Impactos econômicos indiretos	<ul style="list-style-type: none"> Geração de emprego e renda nas áreas de operação 	-	Governo e sociedade	G4-EC8, EU22, EU25
Investimento nas comunidades	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento social e regional Foco em esportes e cultura 	-	Governo e sociedade	G4-EC7, G4-SO1, G4-SO2
Mudanças climáticas	<ul style="list-style-type: none"> Disponibilidade hídrica Eventos climáticos severos 	Todas as operações	Clientes, governo e sociedade	G4-EC2, G4-EN3, G4-EN4, G4-EN5, G4-EN6, G4-EN7, G4-EN8, G4-EN9, G4-EN10; G4-EN15, G4-EN16, G4-EN17, G4-EN18, G4-EN19, G4-EN20, G4-EN21

UHE MASCARENHAS DE MORAES (MG)



Anexos



Ativos de Furnas

GERAÇÃO

PROPRIEDADE INTEGRAL

Usina Hidrelétrica	Capacidade (MW) [GRI EU1]
Empreendimentos renovados – sob administração especial – Lei nº 12.783/2013	
UHE Furnas	1.216
UHE Funil	216
UHE Porto Colômbia	320
UHE Marimbondo	1.440
UHE Luiz Carlos Barreto de Carvalho	1.050
UHE Corumbá	375
PCH Neblina	6,5
PCH Sinceridade	1,4
PCH Dona Rita	2,4
Empreendimentos ainda não renovados	
UHE Itumbiara	2.082
UHE Mascarenhas de Moraes	476
UHE Simplício	306
UHE Batalha	53
PCH Anta ¹	28
Usina Térmica	Capacidade (MW) [GRI EU1]
Empreendimentos ainda não renovados	
TPP Santa Cruz (Rio de Janeiro-RJ)	500
TPP Roberto da Silveira (Campos-RJ)	30

¹Em construção.

GERAÇÃO

CONCESSÃO COMPARTILHADA (SPEs e PARCERIAS) – GERAÇÃO HIDRÁULICA

Usina	Capacidade (MW)	Participação de Furnas	Capacidade equivalente (MW) <small>[GRI EU1]</small>
UHE Serra da Mesa	1.275	48,46%	618
UHE Manso	212	70%	148
UHE Peixe Angical	499	40%	200
UHE Baguari	140	15%	21
UHE Retiro Baixo	82	49%	40
UHE Foz do Chapecó	855	40%	342
UHE Serra do Facão	213	49,47%	105
UHE Santo Antônio¹	2.286	39%	892
UHE Teles Pires²	1.820	24,5%	446
UHE São Manoel²	700	33,33%	233
UHE Inambari³	2.000	19,6%	392
UHE Três Irmãos⁴	808	49,9%	403

¹ Em operação parcial; ² Em construção; ³ Empreendimento suspenso; ⁴ Prestação de Serviço de O&M.

EM PARCERIA – SOCIEDADES DE PROPÓSITO ESPECÍFICO – GERAÇÃO EÓLICA

Complexo eólico	Nº de parques eólicos	Capacidade (MW)	Participação de Furnas	Capacidade equivalente (MW) <small>[GRI EU1]</small>
Em operação				
Brasventos	3	187,04	24,5%	45,8
Em construção				
Fortim	5	115	49%	57
Itaguaçu da Bahia	10	280	49%	137
Punaú	7	132	49%	65
Baleia	6	113	49%	56
Famosa	4	85	49%	42
Famosa III	5	125	90%	113
Acaraú	3	72	90%	65
Serra do Mel	3	84	90%	76
Arati	5	89	49%	44

TRANSMISSÃO

PROPRIEDADE INTEGRAL

Ativo	Características
Empreendimentos renovados – sob administração especial – Lei nº 12.783/2013	
Linhos de Transmissão	18.758,5 km
46 subestações	
Empreendimentos ainda não renovados	
Linhos de Transmissão	1.119 km
3 subestações	
LT Tijuco Preto Itapeti-Nordeste	345 kV – 71 km
LT Bom Despacho 3-Ouro Preto¹	500 kV – 180 km
LT Mascarenhas-Linhares²	230 kV – 99 km
LT Xavantes-Pirineus²	230 kV – 50 km
SE Zona Oeste³	500/138 kV

¹Concluído – Aguardando LO; ² Em construção; ³ Em operação parcial.

EM PARCERIA – SOCIEDADES DE PROPÓSITO ESPECÍFICO

SPE	Tensões (kV)	Participação de Furnas
Em operação		
Interligação Elétrica Madeira S.A.	600	24,5%
Cia. Transleste de Transmissão	345	24,5%
Cia. Transirapé de Transmissão	230	24,5%
Cia. Transudeste de Transmissão	345	25%
Transenergia São Paulo S.A.	500/138	49%
Transenergia Renovável S.A.	230/138	49%
Goiás Transmissão S.A.	500/230	49%
MGE Transmissão S.A.	500/345	49%
Caldas Novas Transmissão S.A.	345/138	49,9%
Cia. de Transmissão Centroeste de Minas	345	49%
Em construção		
Lago Azul Transmissora S.A.	230	49,9%
Paranaíba Transmissora de Energia S.A.	500	49%
Triângulo Mineiro Transmissora S.A.	500	49%
Vale do S. Bartolomeu Transmissora S.A.	500/345/230/138	39%
Transenergia Goiás S.A.	230	49%
Belo Monte Transmissora de Energia S.A.	800	24,5%
Luziânia–Niquelândia Transmissora S.A.	Luziânia: 500/138 Niquelândia: 230/69	49%
Mata de Sta. Genebra Transmissora S.A.	500	49,9%

Composição acionária das SPEs

GERAÇÃO

EMPREENDIMENTOS EM OPERAÇÃO

SPE	Acionista	Participação %
Enerpeixe S.A.	Furnas	40
	EDP	60
Baguari Energia S.A.	Furnas	15
	Cemig GT	34
	Baguari I	51
Retiro Baixo Energética S.A.	Furnas	49
	Cemig	49,9
	Orteng	1,1
Serra do Facão Energia S.A.	Furnas	49,47
	Alcoa	34,97
	DME Energética	10,09
	Camargo Corrêa	5,47
Chapecoense Geração S.A.	Furnas	40
	CPFL	51
	CEEE - GT	9
Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A.	Furnas	24,5
	Eletronorte	24,5
	JMalucelli Energia	51
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A.	Furnas	24,5
	Eletronorte	24,5
	JMalucelli Energia	51
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A.	Furnas	24,5
	Eletronorte	24,5
	JMalucelli Energia	51

EMPREENDIMENTOS EM IMPLANTAÇÃO

SPE	Acionista	Participação %
Madeira Energia S.A.	Furnas	39
	Odebrecht Energia	18,6
	SAAG	12,4
	Cemig	10
	FIP	20

SPE	Acionista	Participação %
Teles Pires Participações S.A.	Furnas	24,5
	Eletrosul	24,5
	Neonergia	50,1
	Odebrecht Energia	0,9
Parques Eólicos Famosa	Furnas	49
Famosa I ; Pau Brasil; Rosada e São Paulo	PF Participações Ltda.	51
Eólicas Fortim	Furnas	49
(São Januário; N.Sra. de Fátima; Jandaia; São Clemente e Jandaia I)	Alupar	50,99
	CGEs	0,01
Inambari Geração de Energia S.A.	Furnas	19,6
Estudo de viabilidade (Paralisado)	Eletrobras	29,4
	OAS	51
Complexo Punaú/Baleia	Furnas	49
(Bom Jesus Eólica S.A., Cachoeira Eólica S.A., Pitimbu Eólica S.A., São Caetano Eólica S.A., São Caetano I Eólica S.A., São Galvão, Carnaúba I Eólica S.A., Carnaúba II Eólica S.A., Carnaúba III Eólica S.A., Carnaúba V Eólica S.A., Cervantes I Eólica S.A., Cervantes II Eólica S.A. e Punaú I Eólica S.A.)	FIP Caixa Milão	50,99
	CGEs	0,01
Complexo Itaguaçu da Bahia	Furnas	49
Itaguaçu da Bahia, Santa Luzia, Santa Madalena, Santa Marcella, Santa Vera, Santo Antônio, São Bento, São Cirilo, São João, São Rafael	Salus Fundo de Investimento e Participações	49
	Casa dos Ventos Energia Renováveis	2
Empresa de Energia São Manoel S.A.	Furnas	33,33
	CWEI	33,33
	EDP	33,33

TRANSMISSÃO

EMPREENDIMENTOS EM OPERAÇÃO

SPE	Acionista	Participação %
Companhia Centroeste de Minas	Furnas	49
	Cemig	51
Companhia Transirapé de Transmissão	Furnas	24,5
	Cemig	24,5
	EATE	10
	Transminas	41
Companhia Transudeste de Transmissão	Furnas	25
	Cemig	24
	EATE	10
	Transminas	41

SPE	Acionista	Participação %
Companhia Transleste de Transmissão	Furnas	24
	Cemig	25
	EATE	10
	Transminas	41
Transenergia São Paulo S.A.	Furnas	49
	JMalucelli Energia	51
Transenergia Renovável S.A.	Furnas	49
	JMalucelli Construtora	25,5
	JMalucelli Energia	25,5
Caldas Novas Transmissão S.A.	Furnas	49,9
	Santa Rita	25,05
	CEL Engenharia	25,05
Goiás Transmissão S.A.	Furnas	49
	JMalucelli Energia	25,5
	Desenvix	25,5
MGE Transmissão S.A.	Furnas	49
	JMalucelli Energia	25,5
	Desenvix	25,5
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	Furnas	24,5
	Chesf	24,5
	CTEEP	51

EMPREENDIMENTOS EM IMPLANTAÇÃO

SPE	Acionista	Participação %
Transenergia Goiás S.A.	Furnas	49
	JMalucelli Energia	51
Luziânia-Niquelândia Transmissora S.A.	Furnas	49
	State Grid	51
Paranaíba Transmissora de Energia S.A	Furnas	24,5
	COPEL	24,5
	State Grid	51
Vale do São Bartolomeu Transmissora S.A.	Furnas	39
	FIP Caixa Milão	51
	CELG GT	10
Triângulo Mineiro Transmissora S.A.	Furnas	49
	FIP Caixa Milão	51
Lago Azul Transmissora S.A.	Furnas	49,9
	CELG GT	50,1
Mata de Santa Genebra Transmissora S.A.	Furnas	49,9
	COPEL	50,1
Belo Monte Transmissora de Energia S.A.	Furnas	24,5
	Eletronorte	24,5
	State Grid	51

PESQUISA & DESENVOLVIMENTO

PROJETOS DE P&D – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Projeto	Investimento (R\$ mil) 2012 a 2014	Previsão de conclusão
Definição de cenários de mitigação de impactos sobre a saúde da população afetada por projetos hidrelétricos no Brasil	3.988	2017
Avaliação epidemiológica de níveis CEM (campos eletromagnéticos) nas instalações de Furnas	4.444	2017
Determinação da perda de carga provocada pela infestação de mexilhões dourados e avaliação da eficiência de mudanças bruscas de temperatura para a sua remoção em grades e tubulações	8.000	2015
Monitoramento da emissão de gases de efeito estufa em reservatórios de usinas hidrelétricas	87.051	2015
Desenvolvimento de metodologia para subsidiar a elaboração de linha de base para cálculo das emissões do setor elétrico	3.048	2017
Educação ambiental no processo de licenciamento: construção metodológica	16.913	2017
Produção de biomantas de fibra de coco e uso em recuperação ambiental	7.761	2017
Desenvolvimento e testes de ônibus urbanos com tração elétrica	108.539	2015
Análise comparativa dos fragmentos e reflorestamentos no entorno do reservatório, visando à readequação de projetos de restauração na Eletrobras Furnas	7.029	2017
Estudos para a manutenção de integridade de carretéis de cabos condutores com madeiras ecologicamente tratadas	3.226	2015
Qualidade da água e dos sedimentos em resposta à instalação de parques aquícolas no reservatório da Usina Hidrelétrica de Furnas	30.591	2018
Definição e montagem de uma estrutura laboratorial para estudos de desempenho de sistemas de conversão eólicos e avaliação dos impactos nas redes de conexão	3.837	2017
Produção e uso de biodiesel de etanol a partir de plantas naturais do Sudeste para geração de energia elétrica	4.593	2017
Planta de demonstração de usina fotovoltaica com várias tecnologias incluindo concentração	100.000	2017
Desenvolvimento de unidade de aproveitamento energético de resíduos através de tecnologia de pirólise a tambor rotativo na aplicação de solução socioambiental	352.036	2017
Implantação de conversor <i>offshore</i> para geração de eletricidade pelas ondas do mar	86.229	2016
Aplicabilidade de nova tecnologia de extração de energia do vento para turbina eólica vertical, utilizando pás dobráveis e articuladas	17.077	2015
Alternativas não convencionais para transmissão de energia elétrica a grandes distâncias	5.989	2015
Pesquisa e desenvolvimento de tecnologias para linhas de transmissão em ultra-alta tensão	95.000 ¹	2016

¹ Valor referente ao aporte de Furnas no projeto.

INVESTIMENTO SOCIAL

PRINCIPAIS INICIATIVAS SOCIAIS APOIADAS EM 2014

Projeto/ programa social	Objetivo
Programa Furnas Social	Melhorar a qualidade de vida e o desenvolvimento social da comunidades, contribuindo para o pleno exercício da cidadania. Em 2014, foram apoiadas 244 instituições, de 146 municípios, beneficiando cerca de 270 mil pessoas. As iniciativas apoiadas pela empresa somaram R\$ 5 milhões, por meio de aquisição de materiais e equipamentos e melhoria das instalações. Uma das instituições beneficiadas foi a Associação dos Agricultores Familiares do Quilombo Nossa Senhora do Rosário de Três Pontas-MG, que utilizou o recurso para comprar maquinários para implantação de uma fábrica de doces.
Projetos sociais em parceria	A empresa apoia projetos de caráter social nas áreas de geração de emprego e renda, saúde, segurança alimentar, educação, esporte, meio ambiente e promoção da cidadania. Em 2014, foram apoiados 13 projetos, com investimento de aproximadamente R\$ 1,1 milhão, beneficiando 1.356 pessoas.
Projeto Núcleos de Integração Comunitária	Impulsionar o desenvolvimento territorial com a construção coletiva de processos de mudanças, fortalecendo as comunidades. No ano de 2014 foram monitorados 10 projetos de referência na área de geração de emprego e renda, esporte e educação. No total, mais de 29 mil pessoas são beneficiadas pelas diversas ações.
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)	A empresa tem atuado para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, apoiando os seminários de municipalização dos ODM para construção da agenda de desenvolvimento pós 2015. Por meio da parceria, o PNUD tem trabalhado pela construção do futuro sustentável, elegendo como prioridade: combate à pobreza e à desigualdade, fortalecimento da governança democrática, crescimento econômico e desenvolvimento sustentável. Furnas apoiou o lançamento do Atlas Brasil, com o Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) 2014.
Projeto Hortas Comunitárias e Viveiro de Mudas	Desde 2003, a empresa contribui com o combate à fome e à miséria por meio do programa de segurança alimentar. Atualmente, Furnas mantém sete hortas comunitárias e um viveiro de mudas, nas suas instalações. Semanalmente são distribuídas verduras e hortaliças. Em 2014, só em São José da Barra (MG) foram distribuídas 57 toneladas de alimentos, beneficiando 77 famílias e alunos de escolas municipais, servindo mil refeições diárias. Em Foz do Iguaçu (PR) foram produzidas 104 mil mudas que atenderam mais de 7 mil pessoas em 23 instituições, como escolas e sistema prisional.
Centro Comunitário Vila Santa Terezinha	Construído há 17 anos no município de Belford Roxo (RJ), é o único Centro Comunitário em área da empresa. Suas instalações possuem quadra polivalente, onde a comunidade tem acesso a atividades esportivas, e sala para oficinas de capacitação. Possui programa de erradicação do trabalho infantil. Em 2014, foram promovidos cursos de corte e costura, artesanato e cabeleireiro. No total, foram sete turmas, formando 101 pessoas.
Programa Voluntários em Ação	Lançado em 2002, o programa tem como objetivo ampliar as ações voluntárias de seus empregados. A empresa incentiva empregados a desenvolverem projetos para melhoria das condições de vida das comunidades vizinhas às instalações. Em 2014, foi lançado o IX Concurso de Projetos e Ações Sociais, que recebeu a inscrição de 121 projetos.
Projeto Cozinha Brasil	Realizado em parceria com o Sesi, visa instruir a população das comunidades carentes no manuseio e no preparo de gêneros alimentícios de baixo custo e alto valor nutritivo. Em 2014, foram realizadas 24 Turminhas Brasil, promovidas em diferentes regiões de Brasília (DF) e municípios do Espírito Santo, que juntas somaram mais de 2.886 atendimentos.
Combate à exploração infantil	Signatária da Declaração de Compromisso de Enfrentamento da Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes, a empresa assinou em 2014 Termo de Cooperação, com o objetivo de elaborar um Protocolo para o desenvolvimento de ações dessa natureza nas áreas de obras e empreendimentos. Em 2014, foram desenvolvidas diversas campanhas e ações em parceria com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social na mobilização de carnaval do Rio de Janeiro. A empresa também participou de ações de combate à exploração e ao abuso sexual de crianças e adolescentes nas rodovias brasileiras promovidas pelo Programa da Mão Certa, criado em 2006 pela Childhood, da qual é parceira.
Atendimento a situações emergenciais	Mantém diálogo com cerca de 200 famílias da Comunidade indígena Kaingang de Queimada, em Ortigueira (PR), por onde passam 19 torres da Linha de Transmissão 765 KV Foz do Iguaçu-Ivaiporã. Várias ações sociais têm sido desenvolvidas na área de agricultura e artesanato, bem como o apoio a eventos culturais. Além disso, a empresa prestou atendimento às famílias do Assentamento Sezínia Fernandes de Jesus, no município de Linhares (ES), assumindo o compromisso da construção de uma sala para funcionamento de um Telecentro.

Indicadores adicionais GRI

ECONÔMICOS

COMPARATIVO COM O SALÁRIO MÍNIMO LOCAL [GRI G4-EC5]

	2012	2013	2014
Salário mais baixo da organização (masculino) R\$	1.269,01	1.361,53	1.471,76
Salário mais baixo da organização (feminino) R\$	2.006,59	2.184,70	2.432,39
Salário mínimo local estabelecido oficialmente pelo governo R\$	622,00	678,00	724,00

PRÁTICAS TRABALHISTAS

EMPREGADOS POR REGIÃO [GRI G4-10]

	2013			2014				
	Empregados	Terceiros	Estagiários	Total	Empregados	Terceiros	Estagiários	Total
Distrito Federal	159	52	11	222	162	54	14	230
Espírito Santo	54	3	1	58	54	4	4	62
Goiás	251	95	7	353	256	93	9	358
Minas Gerais	556	189	29	774	543	176	48	767
Mato Grosso	13	11	0	24	12	11	1	24
Paraná	158	19	9	186	147	19	10	176
Rio de Janeiro	1.891	804	354	3.049	1.898	805	376	3.079
Rondônia	16	5	0	21	5	5	1	11
São Paulo	442	160	34	636	433	161	25	619
Tocantins	7	1	0	8	7	2	0	9

EMPREGADOS POR FUNÇÃO [GRI G4-10]

	2013			2014			
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	
Cargos gerenciais	189	44	233	195	42	237	
Cargos com nível superior	912	322	1.234	898	322	1.220	
Cargos sem nível superior	1.894	186	2.080	1.875	185	2.060	

ROTATIVIDADE EM 2014 |GRI G4-LA1|

	Empregados	Nº de admitidos	Nº de desligados	Rotatividade
Por gênero				
Masculino	2.968	39	66	1,77
Feminino	549	14	17	2,82
Total	3.517	53	83	1,93
Por idade				
Até 30 anos	164	4	4	2,44
De 31 a 40 anos	981	16	10	1,33
De 41 a 50 anos	1.091	15	8	1,05
Mais de 50 anos	1.281	18	61	3,08
Por região				
Sudeste	2.928	48	61	1,86
Sul	147	0	10	3,40
Norte	12	0	0	0,00
Centro-Oeste	430	5	12	1,98

LICENÇA-MATERNIDADE E PATERNIDADE |GRI G4-LA3|

	2013		2014	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Empregados que saíram em licença	80	22	75	21
Empregados que retornaram ao trabalho após o término da licença	80	22	75	21
Empregados que ainda estavam empregados 12 meses após o seu regresso ao trabalho	80	22	75	21
Taxas de retorno após o término da licença	100%	100%	100%	100%
Taxas de retenção 12 meses após o término da licença	100%	100%	100%	100%

ACIDENTES POR REGIÃO |GRI G4-LA6|

	2013				2014			
	Norte	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Norte	Centro-Oeste	Sudeste	Sul
Número de horas trabalhadas	88.176	909.816	7.009.992	360.720	24.048	861.720	5.919.816	294.588
Número de dias perdidos	-	375	598	1	0	0	499	0
Número de lesões com afastamento	1	4	19	-	0	0	5	0
Número de lesões sem afastamento	1	1	5	-	0	0	6	0
Taxa de frequência de acidentes	-	4,39	2,71	2,77	0	0	1,55	0
Taxa de gravidade de acidentes	-	7.006	940	2	0	0	70	0
Óbitos	-	1	1	-	0	0	0	0

APOSENTADORIA NOS PRÓXIMOS 5 A 10 ANOS |GRI EU15|

	Nº de empregados	Próximos 5 anos		Próximos 10 anos	
		Número	% do total	Número	% do total
Por categoria					
Cargo gerencial	237	122	51,48	144	60,76
Cargos com exigência de nível universitário	1.202	375	31,20	525	43,68
Cargos sem exigência de nível universitário	2.078	920	44,27	1.147	55,20
Por região					
Sudeste	2.928	1.147	39,17	1.472	50,27
Sul	147	85	57,82	93	63,27
Norte	12	1	8,33	2	16,67
Centro-Oeste	430	184	42,79	249	57,91

INDICADORES DE DIVERSIDADE EM 2014 |GRI G4-LA12|

	Homens		Mulheres		Total	
	Nº de empregados	%	Nº de empregados	%	Nº de empregados	%
Funções gerenciais						
Por raça	195	100	42	100	237	100
Brancos	175	89,7	38	90,4	213	89,9
Pretos	5	2,6	2	4,8	7	2,9
Pardos	14	7,2	2	4,8	16	6,8
Amarelos	1	0,5	0	0	1	0,4
Indígenas	0	0	0	0	0	0
Não declarada	0	0	0	0	0	0
Pessoas com deficiência	0	0	0	0	0	0
Empregados						
Por raça	2.773	100	507	100	3.280	100
Brancos	1.978	71,3	420	82,8	2.398	73,1
Pretos	150	5,4	15	3,0	165	5,0
Pardos	584	21,1	61	12,0	645	19,7
Amarelos	38	1,4	7	1,4	45	1,4
Indígenas	11	0,4	1	0,2	12	0,4
Não declarada	12	0,4	3	0,6	15	0,4
Faixa etária						
Até 30 anos	130	4,3	34	6,2	164	4,6
De 30 a 50 anos	1.740	58,2	332	60,3	2.072	58,5
Mais de 50 anos	1.098	36,7	183	33,2	1.281	36,2
Pessoas com deficiência	23	0,8	2	0,3	25	0,7

MÉDIA SALARIAL DAS MULHERES EM RELAÇÃO À DOS HOMENS (R\$) |GRI G4-LA13|

	2013			2014		
	Homens	Mulheres	Relação	Homens	Mulheres	Relação
Função gerencial (Remuneração média*)	20.581,99	21.215,60	1,03	22.631,85	23.165,57	1,02
Cargo com nível superior (Salário médio)	8.775,91	7.454,26	0,85	9.895,77	8.650,50	0,87
Cargo sem nível superior (Salário médio)	4.714,35	4.622,56	0,98	5.313,55	5.106,26	0,96

* Salário + gratificação de função

DIREITOS HUMANOS

QUEIXAS RELACIONADAS A DIREITOS HUMANOS |GRI G4-HR12|

	2013	2014
Pendentes do ano anterior	0	4
Resolvidas	48	21
Registradas	48	25
Stakeholders externos	34	5
Stakeholders internos	14	20
Gênero: mulheres	3	8
Gênero: homens	17	17
Grupos minoritários	3	0
Resolvidas	17	17
Stakeholders externos	3	8
Stakeholders internos	2	12
Gênero: mulheres	3	0
Gênero: homens	0	0
Grupos minoritários	0	0
Procedentes		
Discriminação (origem étnica, cor, sexo, religião, ideologia, nacionalidade ou origem social)	0	1
Direitos humanos (trabalho em condições degradantes, forçado, escravo ou análogo à condição de escravo, trabalho infantil, abuso e exploração sexual de crianças e de adolescentes)	0	14

MEIO AMBIENTE

LINHAS DE TRANSMISSÃO EM CONSTRUÇÃO EM 2014 [GRI G4-EN11]

Linhas	Área	Localização	Unidades de conservação	Valor da biodiversidade
LT 500 kV Bom Despacho 3-Ouro Preto	11,7km ² (180km x 0,065km)	Bom Despacho, Araújos, São Gonçalo do Pará, Divinópolis, Carmo do Cajuru, Itaúna, Itatiaiuçu, Rio Manso, Brumadinho, Bonfim, Moeda, Itabirito e Ouro Preto (MG)	APE do Rio Manso, a REBio Campos Rupestres Serra da Moeda Norte e a Zona de Amortecimento da REBio Campos Rupestres Serra da Moeda Sul, além do Monumento Natural Estadual de Serra da Moeda e o Parque Estadual Aredes	Alto, pois estão inseridas nos Biomas Mata Atlântica e Cerrado, ambos <i>hotspot</i>
LT 345 kV Itapeti-Nordeste	1,05km ² (21km x 0,050km)	Mogi das Cruzes e Itaquaquecetuba (SP)	Parque Natural Municipal Francisco Affonso de Mello, a APA da Serra do Itapeti e a APA Várzea do Tietê	Alto, pois trata-se do Bioma Mata Atlântica, um <i>hotspot</i>

ATIVOS EM OPERAÇÃO |GRI G4-EM11|

Usinas hidrelétricas	Área total inundada (km²)	Valor da biodiversidade	Usinas que interceptam áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade (APCB)
Baguari (MG)	16,06		
Batalha (MG/GO)	137,57	Cerrado <i>latu sensu</i>	
Corumbá (GO)	65,00	Cerrado <i>latu sensu</i>	
Foz do Chapecó (SC/RS)	79,90		
Funil (RJ)	40,00	Vegetação secundária em estágio inicial a avançado de Mata Atlântica	
Furnas (MG)	1.440,00	Cerrado <i>latu sensu</i>	Franca/Poços de Caldas – Prioridade: extremamente alta
Itumbiara (MG)	778,00		Rio Paranaíba – Prioridade: insuficientemente conhecida Alto Paraná – Prioridade: muito alta
Luiz Carlos Barreto de Carvalho (SP)	46,70	Campos e pastagens, cultivos agrícolas, vegetação arbórea e arbustiva e solos rochosos expostos ou em preparo	
Manso (MT)	427,00	Cerrado <i>latu sensu</i>	
Marimbondo (MG)	438,00	Cerca de 6% da área da bacia hidrográfica é composta de vegetação natural remanescente (mata nativa)	Barretos – Prioridade: extremamente alta
Mascarenhas de Moraes (MG)	250,00	Campo limpo, campo sujo, campo Cerrado, Cerrado, Mata Ciliar e campos de altitude	
Peixe Angical (TO)	294,10		Médio Tocantins – Prioridade: extremamente alta Sul Tocantins/Região Conceição Manuel Alves – Prioridade: insuficientemente conhecida
Porto Colômbia (MG)	143,00	Cerrado <i>latu sensu</i> e florestas mesófilas semidecíduas	
Retiro Baixo (MG)	22,58		
Serra da Mesa (GO)	1.784,00	Cerrado <i>latu sensu</i>	Serra da Mesa – Prioridade: extremamente alta Rio das Almas – Prioridade: extremamente alta
Serra do Facão (GO/MG)	232,37		
Simplício (RJ/MG)	117,00	Pastagens e remanescentes florestais de Mata Atlântica. Aproveitamento Múltiplo	Vale do Médio Paraíba – Prioridade: extremamente alta
Total	6.311,28		

ATIVOS EM OPERAÇÃO |GRI G4-EN11|

Linhas de transmissão (classe de tensão)	Área total (km²)	Linhas em áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade (APCB)
138 kV	42,07	Serra dos Órgãos (extremamente alta); Poço das Antas (extremamente alta); Alto Paraná (muito alta)
230 kV	73,77	Rio Paranaíba (insuficientemente conhecida); Alto Paraná (muito alta); Serra da Mesa (extremamente alta); Rio das Almas (extremamente alta); Pirenópolis (muito alta); Goiânia (extremamente alta); Distrito Federal e Entorno (extremamente alta)
345 kV	278,30	Estuário/Manguezal de Vitória até a Ilha das Garças (muito alta); Reserva Ecológica de Jacarenema até o Manguezal de Guarapari (extremamente alta); Rio Paranaíba (insuficientemente conhecida); Furnas do Bom Jesus (muito alta); Serra dos Rosas (alta); Franca Poços de Caldas (extremamente alta); Serra dos Órgãos (extremamente alta); Poço das Antas (extremamente alta); Serra da Mantiqueira (extremamente alta); Tijuca (extremamente alta); Serra da Bocaina (extremamente alta); Serra da Cantareira (extremamente alta); Morro Grande (extremamente alta); Baixada Santista (extremamente alta); Região de Santa Tereza Duas Bocas (extremamente alta); Região de Ouro Preto e Serra do Caraça (extremamente alta); Fazenda Pindobas IV e Fragmentos de Afonso Cláudio (extremamente alta); Restinga de Setiba (alta); Usina Paineiras (muito alta); Serra das Torres (muito alta); Alto Paraná (muito alta); Pirenópolis (muito alta); Goiânia (extremamente alta); Distrito Federal e Entorno (extremamente alta); Nordeste de SP (extremamente alta)
500 kV	241,17	Rio Paranaíba (insuficientemente conhecida); Franca Poços de Caldas (extremamente alta); Serra da Mantiqueira (extremamente alta); Tijuca (extremamente alta); Serra da Bocaina (extremamente alta); Serra do Japi (extremamente alta); Baixada Santista (extremamente alta); Alto Paranapanema (insuficientemente conhecida); Alto Médio Rio Tibagi/Alto Rio Iguaçu (alta); várzeas e cabeceiras do Rio Iguaçu e Vila Velha (extremamente alta); Triângulo Mineiro (extremamente alta); Médio Tocantins (extremamente alta); Serra da Mesa (extremamente alta); Chapada dos Veadeiros (extremamente alta); Distrito Federal e entorno (extremamente alta); Vale do Paraíba (insuficientemente conhecida); Campinas (alta)
600 kV	148,90	Alto Paranapanema (insuficientemente conhecida); Alto Médio Rio Tibagi/Alto Rio Iguaçu (alta); Jaguariaíva, Sengés (muito alta); Itararé (insuficientemente conhecida); Itapeva (alta)
750 kV	230,61	Alto do Paranapanema (insuficientemente conhecida)
Total	1.014,85	

LTs EM OPERAÇÃO QUE ATINGEM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO [GRI G4-EN11]

Linhos	Área (ha)
LTs 138 kV	
Área de Proteção Ambiental (APA) da Orla Marítima da Baía de Sepetiba	31,87
APA da Pedra Branca	30,13
APA da Bacia do Rio São João Mico Leão	205,49
APA de Petrópolis	23,38
Parque Nacional da Serra da Bocaina	23,82
Reserva Biológica União	19,96
APA da Bacia do Rio Macacu	19,73
APA de Mangaratiba	85,24
Parque Estadual Cunhambebe	39,81
Monumento Natural Estadual Serra das Torres	3,57
Total	483,00
LTs 230 kV	
APA Pouso Alto	33,20
Área Parque JK	3,58
APA João Leite	16,61
APA da Bacia do Rio São João Mico Leão	205,49
APA de Petrópolis	23,38
APA da Orla Marinha de Sepetiba	31,87
Total	314,13
LTs 345 kV	
Parque Estadual das Furnas de Bom Jesus	12,03
Monumento Natural Estadual Serra das Torres	1,33
Parque Estadual de Itaberá	20,62
Parque Estadual da Cantareira	45,15
Monumento Natural Estadual de Itatiaia	35,29
Parque Estadual Serra do Rola Moca	21,77
Reserva Biológica União	51,20
Parque Nacional da Serra da Canastra	69,24
Reserva Biológica do Tinguá	31,01
APA Represa Bairro da Usina	16,64
APA do Rio Guandu	141,56
APA Itupararanga	194,50
APA da Bacia do Rio Macacu	47,95

Linhos	Área (ha)
APA João Leite	38,21
APA Sistema Cantareira	914,30
APA Jundiaí	11,92
APA de Gericinó/Mendanha	69,76
APA Sul RMBH	43,76
APA Piracicaba Junqueri Mirim Área II	560,22
APA Cajamar	58,28
APA da Bacia do Rio São João Mico Leão	502,29
APA de Petrópolis	31,52
APA do Planalto Central	296,09
APA Bacia do Paraíba do Sul	87,45
APA Bororé Colônia	74,91
APA de Campinas	84,25
APA da Pedra Branca	12,95
Total	3.474,20
LTs 500 kV	
Parque Estadual Cunhambebe	56,30
Parque Estadual do Descoberto	36,09
APA do Rio Guandu	424,28
APA Pouso Alto	260,43
APA Itupararanga	227,08
APA Corumbataí, Botucatu e Tejupá Perímetro Corumbataí	166,29
APA Cabreúva	107,27
APA Várzea do Rio Tietê	5,58
APA Sistema Cantareira	350,72
APA Piracicaba Junqueri Mirim Área II	207,55
APA Jundiaí	67,37
APA Silveiras	95,45
APA de Gericinó/Mendanha	40,94
APA Piracicaba Junqueri Mirim Área II	268,26
Parque Nacional da Tijuca	25,55
Parque Nacional da Serra da Bocaina	44,44
Reserva Biológica do Tinguá	31,20
Floresta Nacional de Lorena	1,24
APA Serra da Mantiqueira	177,79
Total	2.593,81

QUALIDADE E VOLUME DE ÁGUA DESCARTADA (m³) – USINAS TÉRMICAS |GRI G4-EN22|
2014

Destinação: rio 159.277,60

Descartes planejados

Efluente tratado	5.557,60
Efluente sem necessidade de tratamento	153.720,00

Descartes não planejados
Qualidade do descarte (UHE Santa Cruz)

Demandada Bioquímica de Oxigênio (DBO)	1,37mg/l
Resíduos Sedimentáveis (RS)	<0,1ml/l
Demandada Química de Oxigênio (DQO)	<10,0mg/l
Óleos e Graxas Totais	<10,0mg/l
Resíduos Não Filtráveis Totais (RNFT)	5,0mg/l
pH	6,71
Temperatura	27,40°C
Cromo Total	<0,01mg/l
Alumínio Total	<0,094mg/l
Manganês Total	0,37mg/l
Chumbo Total	<0,03mg/l

FORNECEDORES

IMPACTOS NA CADEIA DE FORNECEDORES |GRI G4-S010, G4-HR11, G4-LA15, G4-EN33|

Riscos ou impactos potenciais	Categorias relevantes de fornecimento	Principais exigências licitatórias, contratuais e legais	Políticas, diretrizes, princípios e controles
DIREITOS HUMANOS Trabalho infantil, emprego de menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, emprego de menor de 16 anos (sem que seja Menor Aprendiz), exploração sexual infantil, trabalho forçado ou compulsório, discriminação no ambiente de trabalho, assédio sexual e moral, coibição à liberdade de associação. Equidade de gênero e raça na cadeia de relacionamentos.	<ul style="list-style-type: none"> Fornecedores de engenharia, fornecimento e construção (EPC) – UHEs, LTs, SEs, Centrais Eólicas Fornecedores de mão de obra (administrativa, montagem, operação, manutenção, modernização, limpeza, segurança e vigilância) Consultoria (engenharia, gestão, TI) Fornecedores de equipamentos (eletromecânicos, elétricos, telecomunicações, TI) 	<ul style="list-style-type: none"> Cláusula contratual, na qual o fornecedor declara que conhece e compromete-se a respeitar, cumprir e fazer cumprir o Código de Ética das Empresas Eletrobras e Princípios e Normas de Conduta Empresarial na relação de Furnas com os seus Fornecedores Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, emprego de menor de 16 anos (sem que seja Menor Aprendiz), trabalho forçado ou análogo ao escravo 	<ul style="list-style-type: none"> Código de Ética das Empresas Eletrobras Princípios e Normas de Conduta Empresarial na relação de Furnas com os seus Fornecedores Termo de Compromisso com as Diretrizes da OCDE para as Empresas multinacionais, assinado pela Eletrobras

Riscos ou impactos potenciais	Categorias relevantes de fornecimento	Principais exigências licitatórias, contratuais e legais	Políticas, diretrizes, princípios e controles
CORRUPÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Fornecedores de engenharia, fornecimento e construção (EPC) – UHEs, LTs, SEs, Centrais Eólicas • Fornecedores de mão de obra (administrativa, montagem, operação, manutenção, modernização, limpeza, segurança e vigilância) • Consultoria (engenharia, gestão, TI) • Fornecedores de equipamentos (eletromecânicos, elétricos, telecomunicações, TI) 	<ul style="list-style-type: none"> • Combate à corrupção em todas as suas formas • Cláusula contratual, na qual o fornecedor declara que conhece e compromete-se a respeitar, cumprir e fazer cumprir o Código de Ética das Empresas Eletrobras e os Princípios e Normas de Conduta Empresarial na relação de Furnas com os seus Fornecedores 	<ul style="list-style-type: none"> • Código de Ética das Empresas Eletrobras • Princípios e Normas de Conduta Empresarial na relação de Furnas com os seus Fornecedores • Termo de Compromisso com as Diretrizes da OCDE para as Empresas multinacionais, assinado pela Eletrobras • Programa Anticorrupção das Empresas Eletrobras
PRÁTICAS TRABALHISTAS Não pagamento de salários e demais direitos trabalhistas (tais como: INSS, FGTS, férias, dissídio, entre outros) e de outros benefícios previstos em contrato.	<ul style="list-style-type: none"> • Fornecedores de engenharia, fornecimento e construção (EPC) – UHEs, LTs, SEs, Centrais Eólicas • Fornecedores de mão de obra (administrativa, montagem, operação, manutenção, modernização, limpeza, segurança e vigilância) • Consultoria (engenharia, gestão, TI) • Fornecedores de equipamentos (eletromecânicos, elétricos, telecomunicações, TI) 	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação de certidões atualizadas • Comprovação de atendimento às obrigações trabalhistas, tributárias, fiscais e previdenciárias • Cláusula na qual Furnas se compromete a arcar com as obrigações trabalhistas de seus fornecedores, no caso de inadimplemento por parte dos mesmos • Cláusula na qual Furnas pode efetuar diligências e auditorias nas instalações dos fornecedores • Cumprimento da Lei 8.666/93 no que diz respeito às condições de trabalho • Respeito ao direito de liberdade de associação e negociação coletiva 	<ul style="list-style-type: none"> • Código de Ética das Empresas Eletrobras • Princípios e Normas de Conduta Empresarial na relação de Furnas com os seus Fornecedores • Termo de Compromisso com as Diretrizes da OCDE para as Empresas multinacionais, assinado pela Eletrobras • Programa Anticorrupção das Empresas Eletrobras

Riscos ou impactos potenciais	Categorias relevantes de fornecimento	Principais exigências licitatórias, contratuais e legais	Políticas, diretrizes, princípios e controles
SAÚDE E SEGURANÇA Acidentes de trabalho, não uso de equipamentos de proteção individual (EPIs), condições inadequadas de alojamento, condições insalubres, risco de doenças endêmicas ou sexualmente transmissíveis, dificuldade de locomoção/transporte para o local de trabalho, alimentação inadequada, entre outros.	<ul style="list-style-type: none"> • Fornecedores de engenharia, fornecimento e construção (EPC) – UHEs, LTs, SEs, Centrais Eólicas • Fornecedores de equipamentos (eletromecânicos, elétricos, TI, telecomunicações, comissionamento) • Comissionamento (fornecedores de equipamentos) • Fornecedores de mão de obra (administrativa, montagem, operação, manutenção, modernização, limpeza, segurança e vigilância) • Consultoria (engenharia) • Transportadoras de materiais tóxicos e perigosos • Fornecedores de insumos (óleo e gás) 	<ul style="list-style-type: none"> • Cláusula pela qual o fornecedor se compromete a “manter ativo o Comitê Permanente de Prevenção de Acidentes” • Cláusulas diversas relativas à saúde e segurança do trabalhador • Cumprimento dos planos de saúde e segurança do trabalho, estabelecidos na legislação vigente • Cláusulas que exigem o cumprimento das Normas de Segurança e Higiene do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego • Procedimentos-padrão de Segurança e Higiene Industrial 	<ul style="list-style-type: none"> • Política de Segurança no Trabalho e Saúde Ocupacional • Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (Cipas) e Comitês Permanentes de Prevenção de Acidentes • Comitê de Segurança no Trabalho e Saúde Ocupacional • Campanhas e treinamentos visando à prevenção de doenças e de riscos de acidentes • Termo de Compromisso com as Diretrizes da OCDE para as Empresas multinacionais, assinado pela Eletrobras

Riscos ou impactos potenciais	Categorias relevantes de fornecimento	Principais exigências licitatórias, contratuais e legais	Políticas, diretrizes, princípios e controles
<p>AMBIENTAIS E SOCIAIS</p> <p>Na implantação de empreendimentos: geração de expectativas, alteração das condições de moradia e emprego e condições ambientais locais, aumento da população migrante, mudanças no uso da terra, impactos na infraestrutura, mudanças nas estruturas sociais e na cultura local, transtornos na instalação de canteiros, bota-foras e na abertura de acessos, atração de mão de obra, alteração no mercado imobiliário, movimentação de trabalhadores e máquinas, impactos do deslocamento de população, desemprego após a conclusão dos empreendimentos, impactos na estrutura viária devido ao transporte de grandes equipamentos, danos potenciais a sítios arqueológicos, alterações da paisagem, aumento dos níveis de poluição sonora, surgimento de focos erosivos, contaminação do solo e da água (resíduos sólidos e efluentes líquidos), alterações da qualidade do ar, aumento da atividade predatória, perda da diversidade da flora e fauna, perda da cobertura vegetal, perda de habitats naturais e alteração de ecossistemas, indução de retirada de madeira.</p> <p>Na operação dos empreendimentos: impactos na organização territorial, alterações na organização socioeconômica e cultural, interferência nas atividades comerciais, industriais, riscos de vazamento, aumento do risco de acidentes, contaminação do solo e da água (resíduos sólidos e efluentes líquidos), perturbações à fauna local, interferências das atividades de manutenção das linhas de transmissão.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Fornecedores de engenharia, fornecimento e construção (EPC) – UHEs, LTs, SEs, Centrais Eólicas • Fornecedores de mão de obra (administrativa, montagem, operação, manutenção, modernização, limpeza, segurança e vigilância) • Comissionamento (fornecedores de equipamentos) • Transporte de equipamentos (carga excepcional indivisível) 	<ul style="list-style-type: none"> • Estudo de Impactos Ambientais (EIA) – ações necessárias para prevenir e/ou mitigar os possíveis impactos identificados • Licenças ambientais • Exigência do cadastro de motosserras e demais equipamentos no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) • Cláusulas em contratos que preveem as ações cabíveis 	<ul style="list-style-type: none"> • Sistemas de Gestão Ambiental • Programas Ambientais (Educação Ambiental, Redução de Níveis de Ruído, Saúde e Segurança do Trabalho, Comunicação Social, Saúde Pública, Indenização e Remanejamento da População, Resgate Arqueológico e Educação Patrimonial, Reflorestamento, Recuperação de Áreas Degradas, Conservação da Flora, Monitoramento da Fauna, Prevenção e Controle de Processos Erosivos, Controle de Efluentes, Emissões, Resíduos) • Políticas Ambiental, de Recursos Hídricos, de Recursos Florestais, de Gestão de Resíduos • Termo de Compromisso com as Diretrizes da OCDE para as Empresas multinacionais, assinado pela Eletrobras • Plano Ambiental para a Construção • Projetos Sociais

Riscos ou impactos potenciais	Categorias relevantes de fornecimento	Principais exigências licitatórias, contratuais e legais	Políticas, diretrizes, princípios e controles
PRIVACIDADE Utilização ou divulgação de informações de Furnas ou de seus stakeholders. [GRI G4-DMA]	<ul style="list-style-type: none"> • Fornecedores de engenharia, fornecimento e construção (EPC) – UHEs, LTs, SEs, Centrais Eólicas • Fornecedores de mão de obra (administrativa, montagem, operação, manutenção, modernização, limpeza, segurança e vigilância) • Consultoria (engenharia, gestão, TI) • Fornecedores de equipamentos (eletromecânicos, elétricos, telecomunicações, TI) 	<ul style="list-style-type: none"> • Declaração que conhece e compromete-se a respeitar, cumprir e fazer cumprir o Código de Ética das Empresas Eletrobras e Princípios e Normas de Conduta Empresarial na relação de Furnas com os seus Fornecedores 	<ul style="list-style-type: none"> • Código de Ética das Empresas Eletrobras • Princípios e Normas de Conduta Empresarial na relação de Furnas com os seus Fornecedores • Termo de Compromisso com as Diretrizes da OCDE para as Empresas multinacionais, assinado pela Eletrobras
OCCUPACIONAL E AMBIENTAL Impactos na organização, no meio ambiente, nas pessoas decorrentes de acidentes envolvendo substâncias perigosas.	<ul style="list-style-type: none"> • Fornecedores de equipamentos elétricos • Fornecedores de produtos químicos (ácidos, solventes, tintas, vernizes, graxas, óleos, defensivos agrícolas, etc.) • Compradores ou arrematadores de equipamentos e materiais alienados • Transportadoras de equipamentos e materiais tóxicos, perigosos ou contaminados • Fornecedores de insumos (óleo e gás) 	<ul style="list-style-type: none"> • Cláusula contratual com requisitos ambientais para descarte ambientalmente adequado de resíduo contaminado com óleo isolante • Pré-qualificação de proponentes para atendimento de requisitos ambientais definidos em Edital para participar da licitação de material contaminado com óleo isolante • Cláusula contratual estabelecendo critérios de logística reversa, quando aplicável • Autorização ambiental para transporte de produtos perigosos emitida pelo Ibama • Certificado de Regularidade do Cadastro Técnico Federal (CTF) emitido pelo Ibama • Certificado de destinação final de óleos e lubrificantes a rerefinadores • Certificado de destinação final ambientalmente adequada para lâmpadas e resíduos em geral 	<ul style="list-style-type: none"> • Manual de Armazenagem da Eletrobras • Procedimentos operacionais dos laboratórios químicos da empresa • Políticas Ambiental, de Recursos Hídricos, de Recursos Florestais, de Gestão de Resíduos • Política Nacional de Resíduos Sólidos • Plano de Gerenciamento de Resíduos (PGR)

Siglas e acrônimos

A3P – Agenda Ambiental na Administração Pública	CC – Corrente Contínua	EPC – Plataforma Empresas pelo Clima
ABCE – Associação Brasileira de Companhias de Energia Elétrica	CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica	EPE – Empresa de Pesquisa Energética
Abdib – Associação Brasileira de Ensaios Não Destrutivos e Inspeção	CD – Contribuição Definida	EPI – Equipamento de Proteção Individual
Abeeólica – Associação Brasileira de Energia Eólica	CEBDS – Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável	EOL – Usina Eólica Elétrica
Abrage – Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica	CEM – Campos Eletromagnéticos	ES – Estado do Espírito Santo
Abrajet – Associação Brasileira de Geradoras Termelétricas	Cesp – Companhia Energética de São Paulo	Fabom – Fundação de Apoio ao Corpo de Bombeiros
Abrapp – Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar	CFURH – Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	Fecomércio – Federação do Comércio do Estado do Rio de Janeiro
Abrate – Associação Brasileira de Grandes Empresas de Transmissão de Energia Elétrica	CIC – Centro para Inovação e Competitividade	Feog – Fórum de Ética, Ouvidoria e Gênero de Furnas
ACPP – Acordo de Conduta Pessoal e Profissional	Cigré-Brasil – Comitê Nacional Brasileiro de Produção e Transmissão de Energia Elétrica	FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
ACR – Ambiente de Contratação Regulado	Cipa – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes	FID – Fator Índice de Disponibilidade
ACL – Ambiente de Contratação Livre	CMDE – Contrato de Metas e Desempenho Empresarial	Finep – Financiadora de Estudos e Projetos
AGE – Assembleia Geral Extraordinária	CMPC – Custo Médio Ponderado de Capital	Fipecafi – Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras
AGO – Assembleia Geral Ordinária	CNI – Confederação Nacional das Indústrias	Firjan – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
AO&M – Administração, Operação e Manutenção	Coep – Comitê de Entidades no Combate à Fome pela Vida	FNDCT – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
ANA – Agência Nacional de Águas	Comlurb – Companhia Municipal de Limpeza Urbana	Funai – Fundação Nacional do Índio
Aneel – Agência Nacional de Energia Elétrica	Coso – Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission	FRG – Fundação Real Grandeza
Anefac – Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade	CRC-RJ – Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro	GC – Gestão do Conhecimento
APA – Área de Proteção Ambiental	CSCs – Centros de Serviços Compartilhados	GEE – Gases de Efeito Estufa
APCBS – Áreas Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade	CTF – Cadastro Técnico Federal	GHG – Greenhouse Gas Protocol
APP – Área de Preservação Permanente	CVM – Comissão de Valores Mobiliários	GO – Estado de Goiás
BD – Benefício Definido	DBO – Demanda Bioquímica de Oxigênio	GRI – Global Reporting Initiative
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento	DF – Distrito Federal	GSF – Generation Scaling Factor
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	DQO – Demanda Química de Oxigênio	GVces – Centro de Estudos em Sustentabilidade
BVRio – Bolsa de Valores Ambientais do Rio de Janeiro	EBITDA – Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization	GWh – Gigawatt hora
CAOEF – Comitê Permanente de Atendimento a Organismos Externos de Fiscalização	EIA – Estudo de Impacto Ambiental	Hz – Hertz
CBCME – Comitê Brasileiro do Conselho Mundial da Energia	Eletrobras – Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	Ibama – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
	Eletornorte – Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.	Ibase – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
	Eletrownuclear – Eletrobras Termonuclear S.A.	IBDD – Instituto Brasileiro dos Direitos da Pessoa com Deficiência
	Enap – Escola Nacional de Administração Pública	IFRS – International Financial Reporting Standard
		IHA – International Hydropower Association (Associação Internacional de Hidroeletricidade)

IPCA – Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Inca – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social

ISE Bovespa – Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bolsa de Valores de São Paulo

km – Quilômetro

kV – quilovolts

kWh – quilowatt hora

LO – Licença de Operação

LT – Linha de Transmissão

MCC – Manutenção Centrada na Confiabilidade

Mesa – Madeira Energia S.A.

MG – Estado de Minas Gerais

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MME – Ministério de Minas e Energia

MPT – Ministério Público do Trabalho

MT – Estado do Mato Grosso

MVA – Megavolt Ampère

MW – Megawatt

MWh – Megawatt Hora

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

O&M – Operação e Manutenção

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico

ONU – Organização das Nações Unidas

P&D – Pesquisa & Desenvolvimento

P&D+I – Pesquisa & Desenvolvimento e Inovação

PA – Estado do Pará

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PAE – Plano de Atendimento a Emergências

PB – Estado da Paraíba

PBA – Projeto Básico Ambiental

PCB – Bifenilas Policloradas

PCH – Pequenas Centrais Hidrelétricas

PCR – Plano de Carreira e Remuneração

PCCR – Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração

PDE – Plano Decenal de Expansão de Energia

PDI – Plano de Desenvolvimento Individual

PEA – Programas de Educação Ambiental

PGER – Plano Geral de Empreendimentos de Geração em Instalações em Operação

PGET – Plano Geral de Empreendimentos de Transmissão em Instalações em Operação

PGR – Plano de Gerenciamento de Resíduos

PIB – Produto Interno Bruto

Pine – Programa de Integração dos Novos Empregados

PLD – Preço de Liquidação de Diferença

PLR – Participação nos Lucros e Resultados

PMEA – Plano de Monitoramento de Efluentes e Qualidade da Água

PMOS – Pessoal, Material, Serviços e Outros

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PR – Estado do Paraná

Prad – Programa de Recuperação de Áreas Degradadas

PRC – Planos de Repasse de Conhecimento

Preq – Plano de Readequação do Quadro de Pessoal

Probio – Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira

Procel – Programa de Conservação de Energia Elétrica

Prodeem – Programa de Desenvolvimento Energético dos Estados e Municípios

PRO-Furnas – Projeto de Reestruturação Organizacional

RAE – Reunião de Acompanhamento da Estratégia

RAP – Receita Anual Permitida

RBNI – Rede Básica de Novos Investimentos

RBSE – Rede Básica do Sistema Existente

RDH – Relatório de Desenvolvimento Humano

Reluz – Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente

RJ – Estado do Rio de Janeiro

RN – Resolução Normativa

RNFT – Resíduos Não Filtráveis Totais

RS – Estado do Rio Grande do Sul

RS – Resíduos Sedimentáveis

RTDS – Simulador Digital em Tempo Real

Saes – Santo Antônio Energia S.A.

Sala – Sistema de Acompanhamento do Licenciamento Ambiental

SC – Estado de Santa Catarina

SCE EPC – Sistema de Comércio de Emissões da Plataforma Empresas Pelo Clima

SCM – Serviços de Comunicação Multimídia

SE – Subestação

Senai – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

Sesi – Serviço Social da Indústria

SF₆ – Hexafluoreto de Enxofre

SGD – Sistema de Gestão de Desempenho

SIC – Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão

SIN – Sistema Interligado Nacional

Siro – Sistema de Intervenções, Indisponibilidades e Restrições Operativas

SOX – Lei Sarbanes-Oxley

SP – Estado de São Paulo

SPE – Sociedade de Propósito Específico

TF – Taxa de Frequência

TG – Taxa de Gravidade

TI – Tecnologia da Informação

TO – Estado do Tocantins

UAT – Ultra-Alta Tensão

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UG – Unidade Geradora

UHE – Usina Hidrelétrica

Unifem – Fundo das Nações Unidas para a Mulher

Useg – Unidade de Segurança

UTE – Usina Termelétrica

WBCSD – World Business Council for Sustainable Development

WEC – World Energy Council

WEPS – Women Empowerment Principles

WRI – World Resources Institute



Balanço Social Anual 2014

1 - Base de cálculo	2014 Valor (mil reais)			2013 Valor (mil reais)		
Receita líquida (RL)	6.182.015			4.292.195		
Resultado operacional (RO)	1.344.862			-293.322		
Folha de pagamento bruta (FPB)	1.129.711			1.542.746		
2 - Indicadores sociais internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	58.801	5,20	0,95	59.482	3,86	1,39
Encargos sociais compulsórios	243.615	21,56	3,94	384.622	24,93	8,96
Previdência privada	33.633	2,98	0,54	28.962	1,88	0,67
Saúde	133.167	11,79	2,15	117.876	7,64	2,75
Segurança e saúde no trabalho	9.968	0,88	0,16	9.796	0,63	0,23
Educação	3.945	0,35	0,06	3.836	0,25	0,09
Cultura	1.745	0,15	0,03	1.735	0,11	0,04
Capacitação e desenvolvimento profissional	20.663	1,83	0,33	18.021	1,17	0,42
Creches ou auxílio-creche	12.817	1,13	0,21	12.415	0,80	0,29
Participação nos lucros ou resultados	58.159	5,15	0,94	88.504	5,74	2,06
Outros	48.736	4,31	0,78	335.952	21,77	7,83
Total - Indicadores sociais internos	625.249	55,33	10,09	1.061.201	68,78	24,73
3 - Indicadores sociais externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	2.869	0,21	0,05	3.294	-1,12	0,08
Cultura	8.307	0,62	0,13	11.024	-3,76	0,26
Saúde e saneamento	7.746	0,58	0,13	9.295	-3,17	0,22
Esporte	2.538	0,19	0,04	2.712	-0,92	0,06
Combate à fome e segurança alimentar	841	0,06	0,01	2.300	-0,78	0,05
Outros	6.532	0,49	0,12	3.777	-1,29	0,08
Total das contribuições para a sociedade	28.833	2,15	0,48	32.402	-11,04	0,75
Tributos (excluídos encargos sociais)	1.067.404	79,37	17,26	832.341	-283,76	19,40
Total - Indicadores sociais externos	1.096.237	81,52	17,74	864.743	-294,80	20,15
4 - Indicadores ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	41.167	3,06	0,67	50.796	-17,32	1,18
Investimentos em programas e/ou projetos externos	39.103	2,90	0,63	80.779	-27,54	1,88
Total dos investimentos em meio ambiente	80.270	5,96	1,30	131.575	-44,86	3,06
Quanto ao estabelecimento de “metas anuais” para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficiácia na utilização de recursos naturais, a empresa	(x) não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%	(x) não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%	(x) não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%			

5 - Indicadores do corpo funcional

	2014	2013
Nº de empregados(as) ao final do período	3.517	3.547
Nº de admissões durante o período	53	47
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	1.330	1.339
Nº de estagiários(as)	488	445
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	1.877	1.832
Nº de mulheres que trabalham na empresa	549	552
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	20,69%	20,60%
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	833	843
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	11,23%	11,61%
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	249 ¹	247 ¹

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial

	2014	Metas 2015
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	36	0
Número total de acidentes de trabalho	1	0
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção <input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências <input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção <input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências <input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por ² :	<input type="checkbox"/> direção e gerências <input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as) <input checked="" type="checkbox"/> todos(as) + Cipa	<input type="checkbox"/> direção e gerências <input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as) <input checked="" type="checkbox"/> todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve <input type="checkbox"/> segue as normas da OIT <input checked="" type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT	<input type="checkbox"/> não se envolverá <input type="checkbox"/> seguirá as normas da OIT <input checked="" type="checkbox"/> incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	<input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerências <input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerências <input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	<input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerências <input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerências <input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	<input type="checkbox"/> não são considerados <input type="checkbox"/> são sugeridos <input checked="" type="checkbox"/> são exigidos	<input type="checkbox"/> não serão considerados <input type="checkbox"/> serão sugeridos <input checked="" type="checkbox"/> serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve <input type="checkbox"/> apoia <input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva	<input type="checkbox"/> não se envolverá <input type="checkbox"/> apoiará <input checked="" type="checkbox"/> organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa: NA no Procon: NA na Justiça: NA	na empresa: NA no Procon: NA na Justiça: NA
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa: NA no Procon: NA na Justiça: NA	na empresa: NA no Procon: NA na Justiça: NA
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2014: 2.887.477	Em 2013: 2.308.441
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	32,34% governo 38,01% colaboradores(as) 0% acionistas 43,70% terceiros -14,05% retido	28,95% governo 52,90% colaboradores(as) 0% acionistas 53,56% terceiros -35,41% retido

7 - Outras informações

¹Refere-se à soma de 25 empregados efetivos e 224 profissionais vinculados ao contrato firmado com o Instituto Brasileiro dos Direitos da Pessoa com Deficiência (IBDD).

²Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos pelo Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT) do Departamento de Prestação de Serviços de Recursos Humanos da Empresa. A Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa) colabora, por meio da elaboração de Mapas de Riscos, com enfoque qualitativo.



Índice de conteúdo GRI G4

para a opção “de acordo” – Essencial

[GRI G4-32]

CONTEÚDOS-PADRÃO GERAIS

Conteúdos-padrão gerais	Página	Verificação externa
ESTRATÉGIA E ANÁLISE		
G4-1 – Declaração do decisar mais graduado da organização sobre a relevância da sustentabilidade para a organização e sua estratégia de sustentabilidade	16	Não
G4-2 – Descrição dos principais impactos, riscos e oportunidades	16, 24, 80	Não
PERFIL ORGANIZACIONAL		
G4-3 – Nome da organização	6	Não
G4-4 – Principais marcas, produtos e serviços	6	Não
G4-5 – Localização da sede da organização	123	Não
G4-6 – Número de países nos quais a organização opera e nos quais as suas principais operações estão localizadas ou que são especialmente relevantes para os tópicos de sustentabilidade abordados no relatório	6	Não
G4-7 – Natureza da propriedade e forma jurídica da organização	6	Não
G4-8 – Mercados em que a organização atua (com discriminação geográfica, setores abrangidos e tipos de clientes e beneficiários)	6, 8	Não
G4-9 – Porte da organização, incluindo número total de empregados, número total de operações, vendas líquidas ou receita líquida, capitalização total discriminada em termos de dívida e patrimônio líquido, quantidade de produtos ou serviços prestados	6, 10, 55	Não
G4-10 – Número total de empregados por contrato de trabalho e gênero; número total de empregados permanentes por tipo de emprego e gênero; força de trabalho total por empregados e empregados contratados e por gênero e região; força de trabalho total por região e gênero; trabalho realizado por autônomos ou por indivíduos que não sejam empregados próprios ou terceirizados. Informação sobre quaisquer variações significativas no número de empregados	58	Não
G4-11 – Percentual do total de empregados cobertos por acordos de negociação coletiva	100%	Não
G4-12 – Descrição da cadeia de fornecedores da organização	68	Não
G4-13 – Mudanças significativas ocorridas no decorrer do período coberto pelo relatório em relação a porte, estrutura, participação acionária ou cadeia de fornecedores da organização, inclusive: localização ou nas operações da organização, como abertura, fechamento ou ampliação de instalações; estrutura do capital social e de outras atividades de formação, manutenção ou alteração de capital; localização de fornecedores, na estrutura da cadeia de fornecedores ou nas relações com fornecedores, inclusive no seu processo de seleção e exclusão	6	Não
EU1 – Capacidade instalada, discriminada por fonte de energia primária e por sistema regulatório	90, 91	Não
EU2 – Produção líquida de energia, por fonte de energia primária e por sistema regulatório	6, 46	Não
EU4 – Comprimento de linhas de transmissão e distribuição aéreas e subterrâneas, discriminadas por sistema regulatório	6, 10	Não
G4-14 – Se e como a organização adota a abordagem do princípio da precaução	Não aplica	Não
G4-15 – Cartas, princípios e iniciativas desenvolvidos externamente de caráter econômico, ambiental e social que a organização subscreve ou endossa	28	Não
G4-16 – Participação em associações e organizações nacionais ou internacionais de defesa em que a organização: tem assento no conselho de governança, participa de projetos ou comissões; contribui com recursos financeiros além da taxa básica como associada; e considera estratégica a sua participação	29	Não

ÍNDICE DE CONTEÚDO GRI G4 PARA A OPÇÃO “DE ACORDO” – ESSENCIAL

Conteúdos-padrão gerais	Página	Verificação externa
ASPECTOS MATERIAIS IDENTIFICADOS E LIMITES		
G4-17 – Entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou documentos equivalentes da organização. Informação sobre se qualquer entidade incluída nas demonstrações financeiras consolidadas ou documentos equivalentes da organização não foi coberta pelo relatório	87	Não
G4-18 – Processo adotado para definir o conteúdo do relatório e os limites dos aspectos e como a organização implementou os princípios para definição do conteúdo do relatório	87	Não
G4-19 – Aspectos materiais identificados no processo de definição do conteúdo do relatório	88	Não
G4-20 – Para cada aspecto material, limite do aspecto dentro da organização: relato se o aspecto é material dentro da organização; se o aspecto não for material para todas as entidades dentro da organização (como descrito no ponto G4-17), seleção de uma das duas seguintes abordagens e apresentação da lista de entidades ou grupos de entidades incluídos no ponto G4-17 para os quais o aspecto não é relevante ou lista de entidades ou grupos de entidades incluídos no ponto G4-17 para os quais o aspecto é relevante Relato de qualquer limitação específica relacionada ao limite do aspecto dentro da organização	88	Não
G4-21 – Para cada aspecto material, limite fora da organização da seguinte maneira: relato se o aspecto é material fora da organização. Se o aspecto for material fora da organização, identificação de entidades, grupos de entidades ou elementos para os quais o aspecto é material. Descrição da localização geográfica na qual o aspecto é relevante para as entidades identificadas. Relate de qualquer limitação específica relacionada ao limite do aspecto fora da organização	88	Não
G4-22 – Efeito de quaisquer reformulações de informações fornecidas em relatórios anteriores e as razões para essas reformulações	Não ocorreram	Não
G4-23 – Alterações significativas em relação a relatórios anteriores em escopo e limites do aspecto	Não ocorreram	Não
ENGAJAMENTO DE STAKEHOLDERS		
G4-24 – Lista de grupos de stakeholders engajados pela organização	26	Não
G4-25 – Base usada para a identificação e seleção de stakeholders para engajamento	26	Não
G4-26 – Abordagem adotada pela organização para engajar stakeholders, inclusive frequência de engajamento, discriminada por tipo e grupo, com a indicação de que algum engajamento foi especificamente promovido como parte do processo de preparação do relatório	26	Não
G4-27 – Principais tópicos e preocupações levantadas durante o engajamento de stakeholders e as medidas adotadas pela organização para abordar esses tópicos e preocupações, inclusive no processo de relatórios. Grupos de stakeholders que levantaram cada uma das questões e preocupações mencionadas	88	Não
PERFIL DO RELATÓRIO		
G4-28 – Período coberto pelo relatório para as informações apresentadas	87	Não
G4-29 – Data do relatório anterior mais recente	Ano de 2013	Não
G4-30 – Ciclo de emissão de relatórios (anual, bienal, etc.)	87	Não
G4-31 – Ponto de contato para perguntas sobre o relatório ou seu conteúdo	123	Não
G4-32 – Opção “de acordo” escolhida pela organização. Sumário de Conteúdo da GRI para a opção escolhida. Referência ao Relatório de Verificação Externa, caso o relatório tenha sido submetido a essa verificação	115	Não
G4-33 – Política e prática corrente adotadas para submeter o relatório a uma verificação externa. Relação entre a organização e a parte responsável pela verificação externa. Relato se o mais alto órgão de governança ou altos executivos estão envolvidos na busca de verificação externa para o relatório de sustentabilidade da organização	87	Não

ÍNDICE DE CONTEÚDO GRI G4 PARA A OPÇÃO “DE ACORDO” – ESSENCIAL

Conteúdos-padrão gerais	Página	Verificação externa
GOVERNANÇA		
G4-34 – Estrutura de governança da organização, incluindo os comitês do mais alto órgão de governança. Identificação de todos os comitês responsáveis pelo assessoramento do conselho na tomada de decisões que possuam impactos econômicos, ambientais e sociais.	19	Não
G4-35 – Processo usado para a delegação de autoridade sobre tópicos econômicos, ambientais e sociais pelo mais alto órgão de governança para executivos seniores e outros empregados.	20	Não
G4-36 – Relato se a organização designou um ou mais cargos e funções de nível executivo como responsável pelos tópicos econômicos, ambientais e sociais e se esses responsáveis se reportam diretamente ao mais alto órgão de governança	20	Não
G4-37 – Processos de consulta usados entre os <i>stakeholders</i> e o mais alto órgão de governança em relação aos tópicos econômicos, ambientais e sociais. Se a consulta for delegada a outras estruturas, órgãos ou pessoas, indique a quem e quaisquer processos existentes de <i>feedback</i> para o mais alto órgão de governança	20	Não
G4-38 – Composição do mais alto órgão de governança e dos seus comitês, por: função executiva ou não executiva; independência; mandato; outras funções e compromissos importantes de cada indivíduo, bem como a natureza desses compromissos; gênero; participação de grupos sociais sub-representados; competências relacionadas a impactos econômicos, ambientais e sociais; e participação de <i>stakeholders</i>	20	Não
G4-39 – Relato se o presidente do mais alto órgão de governança seja também um diretor executivo (e, nesse caso, sua função na gestão da organização e as razões para esse acúmulo)	20	Não
G4-40 – Processos de seleção e nomeação para o mais alto órgão de governança e seus comitês, bem como os critérios adotados, incluindo se e como são consideradas as questões de diversidade, independência, conhecimentos e experiências relacionados a tópicos econômicos, ambientais e sociais e como <i>stakeholders</i> (inclusive acionistas) são envolvidos	20	Não
G4-41 – Processos usados pelo mais alto órgão de governança para garantir a prevenção e administração de conflitos de interesse e como esses conflitos são revelados aos <i>stakeholders</i> , incluindo ao menos: participação cruzada em outros órgãos de administração; participação acionária relevante cruzada com fornecedores e outros <i>stakeholders</i> ; existência de acionista majoritário e/ou acordo de acionistas; divulgação de informações sobre partes relacionadas	20	Não
G4-49 – Processo adotado para comunicar preocupações críticas ao mais alto órgão de governança	20	Não
G4-50 – Natureza e número total de preocupações críticas comunicadas ao mais alto órgão de governança e o(s) mecanismo(s) adotado(s) para abordá-las e resolvê-las	20	Não
G4-51 – Políticas de remuneração aplicadas ao mais alto órgão de governança e a executivos seniores para os seguintes tipos de remuneração: salário fixo e remuneração variável; bônus de atração ou pagamentos de incentivos ao recrutamento; pagamentos de rescisão; <i>clawbacks</i> ; benefícios de aposentadoria, inclusive a diferença entre plano de benefícios e taxas de contribuições para o mais alto órgão de governança, altos executivos e todos os demais empregados. Relato como os critérios de desempenho da política de remuneração aplicam-se aos objetivos econômicos, ambientais e sociais do mais alto órgão de governança e executivos seniores.	21	Não
G4-52 – Processo adotado para a determinação da remuneração e relato se consultores de remuneração são envolvidos na determinação de remunerações, se eles são independentes da administração e quaisquer outras relações entre os consultores de remuneração e a organização	21	Não
G4-54 – Proporção entre a remuneração anual total do indivíduo mais bem pago da organização e a remuneração média anual total de todos os empregados (excluindo o mais bem pago)	Proporção de 3 – para 1	Não
G4-55 – Proporção entre o aumento percentual da remuneração total anual do indivíduo mais bem pago da organização e o aumento percentual médio da remuneração anual total de todos os empregados	Proporção de 1 para 1	Não
ÉTICA E INTEGRIDADE		
G4-56 – Valores, princípios, padrões e normas de comportamento da organização, como códigos de conduta e de ética	4, 23	Não
G4-57 – Mecanismos internos e externos adotados pela organização para solicitar orientações sobre comportamentos éticos e em conformidade com a legislação, como canais de relacionamento	23	Não
G4-58 – Mecanismos internos e externos adotados para comunicar preocupações em torno de comportamentos não éticos ou incompatíveis com a legislação e questões relacionadas à integridade organizacional, como encaminhamento de preocupações pelas vias hierárquicas, mecanismos para denúncias de irregularidades ou canais de denúncias	23	Não

ÍNDICE DE CONTEÚDO GRI G4 PARA A OPÇÃO “DE ACORDO” – ESSENCIAL

CONTEÚDOS-PADRÃO ESPECÍFICOS

Aspectos materiais	Informações sobre a forma de gestão e indicadores	Página	Omissões	Verificação externa
CATEGORIA: ECONÔMICA				
Desempenho econômico	G4-DMA – Forma de gestão	24, 31-35, 78		Não
	G4-EC1 – Valor econômico direto gerado e distribuído	56		Não
	G4-EC2 – Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as atividades da organização em decorrência de mudanças climáticas	78		Não
	G4-EC3 – Cobertura das obrigações previstas no plano de pensão de benefício da organização	66		Não
Impactos econômicos indiretos	G4-DMA – Forma de gestão	71, 72, 74		Não
	G4-EC7 – Desenvolvimento e impacto de investimentos em infraestrutura e serviços oferecidos	74		Não
	G4-EC8 – Impactos econômicos indiretos significativos, inclusive a extensão dos impactos	72		Não
Disponibilidade e confiabilidade	G4-DMA – Forma de gestão	35, 36		Não
	EU10 – Capacidade planejada em comparação à projeção de demanda de eletricidade a longo prazo, por fonte de energia e sistema regulatório	36		Não
Eficiência do sistema	G4-DMA – Forma de gestão	46, 47		
	EU11 – Eficiência média de geração de usinas termelétricas, por fonte de energia e sistema regulatório	46		Não
	EU12 – Percentual de perda de transmissão e distribuição em relação ao total de energia	47		Não
Pesquisa e desenvolvimento	G4-DMA – Forma de gestão	43		Não
CATEGORIA: AMBIENTAL				
Energia	G4-DMA – Forma de gestão	76, 78, 80		Não
	G4-EN3 – Consumo de energia dentro da organização	80		Não
	G4-EN4 – Consumo de energia fora da organização	Furnas não monitora o consumo de energia fora da organização	As informações não estão disponíveis	Não
	G4-EN6 – Redução do consumo de energia	80		Não
	G4-EN7 – Reduções nos requisitos de energia relacionados a produtos e serviços	76		Não
	G4-DMA – Forma de gestão	78, 81		Não
Água	G4-EN8 – Total de retirada de água por fonte	81		Não
Emissões	G4-DMA – Forma de gestão	78, 79		Não
	G4-EN15 – Emissões diretas de gases de efeito estufa (GEE) (Escopo 1)	79		Não
	G4-EN16 – Emissões indiretas de gases de efeito estufa (GEE) provenientes da aquisição de energia (Escopo 2)	79		Não
	G4-EN17 – Outras emissões indiretas de gases de efeito estufa (GEE) (Escopo 3)	79		Não
	G4-EN18 – Intensidade de emissões de gases de efeito estufa (GEE)	79		Não
	G4-EN19 – Redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE)	79		Não
	G4-DMA – Forma de gestão	23, 25		Não
Conformidade	G4-EN29 – Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não monetárias aplicadas em decorrência da não conformidade com leis e regulamentos ambientais	Não houve multas		Não



ÍNDICE DE CONTEÚDO GRI G4 PARA A OPÇÃO “DE ACORDO” – ESSENCIAL

Aspectos materiais	Informações sobre a forma de gestão e indicadores	Página	Omissões	Verificação externa
CATEGORIA: SOCIAL				
SUBCATEGORIA: PRÁTICAS TRABALHISTAS E TRABALHO DECENTE				
Emprego	G4-DMA – Forma de gestão	58		Não
	G4-LA1 – Número total e taxas de novas contratações de empregados e rotatividade de empregados por faixa etária, gênero e região	99		Não
	G4-LA3 – Taxas de retorno ao trabalho e retenção após uma licença maternidade/paternidade, por gênero	66		Não
	EU15 – Porcentagem de empregados com direito a aposentadoria nos próximos 5 e 1 – 0 anos, discriminada por categoria funcional e região	100		Não
Saúde e segurança no trabalho	G4-DMA – Forma de gestão	61, 62		Não
	G4-LA5 – Percentual da força de trabalho representada em comitês formais de saúde e segurança, compostos por empregados de diferentes níveis hierárquicos, que ajudam a monitorar e orientar programas de saúde e segurança no trabalho	61		Não
	G4-LA6 – Tipos e taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e número de óbitos relacionados ao trabalho, discriminados por região e gênero	63, 99		Não
	G4-LA7 – Empregados com alta incidência ou alto risco de doenças relacionadas à sua ocupação	62		Não
Treinamento e educação	G4-DMA – Forma de gestão	64		Não
	G4-LA9 – Número médio de horas de treinamento por ano por empregado, discriminado por gênero e categoria funcional	65		Não
	G4-LA10 – Programas de gestão de competências e aprendizagem contínua que contribuem para a continuidade da empregabilidade dos empregados em período de preparação para a aposentadoria	64		Não
	G4-LA11 – Percentual de empregados que recebem regularmente análises de desempenho e de desenvolvimento de carreira, por gênero e categoria	65		Não
SUBCATEGORIA: DIREITOS HUMANOS				
Não discriminação	G4-DMA – Forma de gestão	23		Não
	G4-HR3 – Número total de casos de discriminação e medidas corretivas tomadas	23		Não
Mecanismos de queixas e reclamações relacionadas a direitos humanos	G4-DMA – Forma de gestão	23		Não
	G4-HR12 – Número de queixas e reclamações relacionadas a impactos em direitos humanos registradas, processadas e解决adas por meio de mecanismo formal	101		Não

ÍNDICE DE CONTEÚDO GRI G4 PARA A OPÇÃO “DE ACORDO” – ESSENCIAL

Aspectos materiais	Informações sobre a forma de gestão e indicadores	Página	Omissões	Verificação externa
SUBCATEGORIA: SOCIEDADE				
Comunidades locais	G4-DMA – Forma de gestão	71, 72		Não
	G4-SO1 – Percentual de operações com programas implementados de engajamento da comunidade local, avaliação de impactos e desenvolvimento local	71		Não
	G4-SO2 – Operações com impactos negativos significativos reais e potenciais nas comunidades locais	73		Não
	EU22 – Número de pessoas deslocadas física e economicamente e indenização, por tipo de projeto	72		Não
Prevenção e preparação para emergências e desastres	G4-DMA – Forma de gestão	25		Não
Combate à corrupção	G4-DMA – Forma de gestão	23		Não
	G4-SO4 – Comunicação e treinamento em políticas e procedimentos de combate à corrupção	23	Não há informação sobre participantes por função	Não
	G4-SO5 – Casos confirmados de corrupção e medidas tomadas	23		Não
Políticas públicas	G4-DMA – Forma de gestão	23		Não
	G4-SO6 – Valor total de contribuições para partidos políticos e políticos, discriminado por país e destinatário/beneficiário	Furnas não faz contribuições a partidos políticos ou a políticos		Não
Conformidade	G4-DMA – Forma de gestão	23, 25		Não
	G4-SO8 – Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não monetárias aplicadas em decorrência da não conformidade com leis e regulamentos	Em 2014, foram pagos R\$ 29.163.686,00 em indenizações e multas judiciais. Foram movidos 850 processos trabalhistas contra a empresa. Dos processos transitados, 496 foram julgados procedentes e 577, improcedentes		Não
SUBCATEGORIA: RESPONSABILIDADE PELO PRODUTO				
Saúde e segurança da população	G4-DMA – Forma de gestão	72		Não
	EU25 – Número de acidentes e óbitos de usuários do serviço envolvendo bens da empresa, entre os quais decisões e acordos judiciais, além de casos judiciais pendentes relativos a doenças	72		Não
Conformidade	G4-DMA – Forma de gestão	23, 25		Não
	G4-PR9 – Valor monetário de multas significativas aplicadas em razão de não conformidade com leis e regulamentos relativos ao fornecimento e uso de produtos e serviços	Não foram registradas		Não
Acesso	G4-DMA – Forma de gestão	46		Não
	EU30 – Fator de disponibilidade média da usina, discriminado por fonte de energia e por sistema regulatório	46		Não

ÍNDICE DE CONTEÚDO GRI G4 PARA A OPÇÃO “DE ACORDO” – ESSENCIAL

CONTEÚDOS-PADRÃO ESPECÍFICOS ADICIONAIS

Aspectos não materiais	Informações sobre a forma de gestão e indicadores	Página	Omissões	Verificação externa
CATEGORIA: ECONÔMICA				
Presença no mercado	G4-DMA – Forma de gestão	58, 66		Não
	G4-EC5 – Variação da proporção do salário mais baixo, discriminado por gênero, comparado ao salário mínimo local em unidades operacionais importantes	98		Não
	G4-EC6 – Proporção de membros da alta direção contratados na comunidade local em unidades operacionais importantes	58		Não
Práticas de compra	G4-DMA – Forma de gestão	69		Não
	G4-EC9 – Proporção de gastos com fornecedores locais em unidades operacionais importantes	69		Não
CATEGORIA: AMBIENTAL				
Biodiversidade	G4-DMA – Forma de gestão	78, 83, 84		Não
	G4-EN11 – Unidades operacionais próprias, arrendadas ou administradas dentro ou nas adjacências de áreas protegidas e áreas de alto índice de biodiversidade situadas fora de áreas protegidas	84, 102-105		Não
	G4-EN12 – Descrição de impactos significativos de atividades, produtos e serviços sobre a biodiversidade em áreas protegidas e áreas de alto índice de biodiversidade situadas fora de áreas protegidas	83		Não
	G4-EN13 – Habitats protegidos ou restaurados	83		Não
Efluentes e resíduos	G4-DMA – Forma de gestão	78, 81, 82		Não
	G4-EN22 – Descarte total de água, discriminado por qualidade e destinação	106		Não
	G4-EN23 – Peso total de resíduos, discriminado por tipo e método de disposição	82		Não
	G4-EN24 – Número total e volume de vazamentos significativos	1,53 m ³ de óleo mineral em operação de transmissão		Não
	G4-EN25 – Peso de resíduos transportados, importados, exportados ou tratados considerados perigosos nos termos da Convenção da Basileia, anexos I, II, III E VIII, e percentual de resíduos transportados internacionalmente	82		Não
	G4-EN26 - Identificação, tamanho, status de proteção e valor da biodiversidade de corpos d'água e habitats relacionados significativamente afetados por descargas e drenagem de água da organização	81		Não
Geral	G4-DMA – Forma de gestão	78		Não
	G4-EN31 – Total de investimentos e gastos com proteção ambiental, discriminado por tipo	78		Não
Avaliação ambiental de fornecedores	G4-DMA – Forma de gestão	68		Não
	G4-EN33 – Impactos ambientais negativos significativos reais e potenciais na cadeia de fornecedores e medidas tomadas a esse respeito	106	Não há informação não disponível atualmente de percentual de fornecedores que causam esse impacto.	Não

ÍNDICE DE CONTEÚDO GRI G4 PARA A OPÇÃO “DE ACORDO” – ESSENCIAL

Aspectos não materiais	Informações sobre a forma de gestão e indicadores	Página	Omissões	Verificação externa
CATEGORIA: SOCIAL				
SUBCATEGORIA: PRÁTICAS TRABALHISTAS E TRABALHO DECENTE				
Diversidade e igualdade de oportunidades	G4-DMA – Forma de gestão	60		Não
	G4-LA12 – Composição dos grupos responsáveis pela governança e discriminação de empregados por categoria funcional, de acordo com gênero, faixa etária, minorias e outros indicadores de diversidade	20, 60, 100		Não
Igualdade de remuneração entre mulheres e homens	G4-DMA – Forma de gestão	60, 66		Não
	G4-LA13 – Razão matemática do salário e remuneração entre mulheres e homens, discriminada por categoria funcional e unidades operacionais relevantes	101		Não
Avaliação de fornecedores em práticas trabalhistas	G4-DMA – Forma de gestão	68		Não
	G4-LA15 – Impactos negativos significativos reais e potenciais para as práticas trabalhistas na cadeia de fornecedores e medidas tomadas a esse respeito	106	Não há controle de percentual de fornecedores que causam esse impacto. Informação não disponível atualmente	Não
SUBCATEGORIA: DIREITOS HUMANOS				
Investimentos	G4-DMA – Forma de gestão	68		Não
	G4-HR1 – Número total e percentual de acordos e contratos de investimentos significativos que incluem cláusulas de direitos humanos ou que foram submetidos à avaliação de direitos humanos	68		Não
Liberdade de associação e negociação coletiva	G4-DMA – Forma de gestão	23, 68		Não
	G4-HR4 – Operações e fornecedores identificados em que o direito de exercer a liberdade de associação e a negociação coletiva possa estar sendo violado ou haja risco significativo e as medidas tomadas para apoiar esse direito	Em 33 fornecedores há riscos de violação desse direito, que é assegurado por Furnas a funcionários e contratados de terceiros e integra tema de direitos humanos em cláusula contratual. Não foram registrados casos em 2014.		Não
Trabalho infantil	G4-DMA – Forma de gestão	68, 69		Não
	G4-HR5 – Operações e fornecedores identificados como de risco para a ocorrência de casos de trabalho infantil e medidas tomadas para contribuir para a efetiva erradicação do trabalho infantil	69		Não
Trabalho forçado ou análogo ao escravo	G4-DMA – Forma de gestão	68, 69		Não
	G4-HR6 – Operações e fornecedores identificados como de risco significativo para a ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo e medidas tomadas para contribuir para a eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou análogo ao escravo	69		Não

ÍNDICE DE CONTEÚDO GRI G4 PARA A OPÇÃO “DE ACORDO” – ESSENCIAL

Aspectos não materiais	Informações sobre a forma de gestão e indicadores	Página	Omissões	Verificação externa
Práticas de segurança	G4-DMA – Forma de gestão G4-HR7 – Percentual do pessoal de segurança que recebeu treinamento nas políticas ou procedimentos da organização relativos a direitos humanos que sejam relevantes às operações	23	100%. A Segurança é integrada por seis colaboradores próprios, que supervisionam as empresas terceirizadas. Regularmente é realizada a leitura do Código de Ética e de Instruções Normativas. Os contratados de terceiros passam a cada dois anos por reciclagem.	Não
Direitos dos povos indígenas e tradicionais	G4-DMA – Forma de gestão G4-HR8 – Número total de casos de violação de direitos de povos indígenas e tradicionais e medidas tomadas a esse respeito	23, 73 73		Não
Avaliação	G4-DMA – Forma de gestão G4-HR9 – Número total e percentual de operações submetidas a análises ou avaliações de direitos humanos de impactos relacionados a direitos humanos	23 100%		Não
Avaliação de fornecedores em direitos humanos	G4-DMA – Forma de gestão G4-HR11 – Impactos negativos significativos reais e potenciais em direitos humanos na cadeia de fornecedores e medidas tomadas a esse respeito	68		Não
SUBCATEGORIA: SOCIEDADE				
Concorrência desleal	G4-DMA – Forma de gestão G4-SO7 – Número total de ações judiciais movidas por concorrência desleal, práticas de trustee e monopólio e seus resultados	23 Não foram registrados casos em 2014		Não
Avaliação de fornecedores em impactos na sociedade	G4-DMA – Forma de gestão G4-SO10 – Impactos negativos significativos reais e potenciais da cadeia de fornecedores na sociedade e medidas tomadas a esse respeito	68 106	Não há controle de percentual de fornecedores que causam esse impacto. Informação não disponível atualmente.	Não
SUBCATEGORIA: RESPONSABILIDADE PELO PRODUTO				
Privacidade do cliente	G4-DMA – Forma de gestão G4-PR8 – Número total de queixas comprovadas relativas à violação de privacidade e perda de dados de clientes	23, 110 Não foram registradas		Não

Informações corporativas

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José da Costa Carvalho Neto (Presidente)

Flavio Decat de Moura

Mauro de Mattos Guimarães (Representante dos empregados)

João Guilherme Rocha Machado

Francisco Romário Wojcicki

Vladimir Muskatirovic

CONSELHO FISCAL

Presidente

Sonia Regina Jung

Titulares

Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos
(Representante do Tesouro Nacional)

Ticiana Freitas de Sousa

Suplentes

João Vicente Amato Torres

Maria Carmozita Bessa Maia
(Representante do Tesouro Nacional)

Ronaldo Sergio Monteiro Lourenço

DIRETORIA-EXECUTIVA

Flavio Decat de Moura - **Diretor-Presidente**

Cesar Ribeiro Zani - **Diretor de Operação e Manutenção**

Luís Fernando Paroli Santos - **Diretor de Administração**

Nilmar Sisto Foletto - **Diretor de Finanças**

Olga Côrtes Rabelo Leão Simbalista - **Diretora de Gestão de Novos Negócios e de Participações**

Flávio Eustáquio Ferreira Martins - **Diretor de Engenharia, Meio Ambiente, Projeto e Implantação de Empreendimentos**

ENDEREÇO IGRI G4-51

Escritório Central:

Rua Real Grandeza, 219

Botafogo – Rio de Janeiro, RJ

CEP 22281-900

Tel.: 55 21 2528-3112

www.furnas.com.br

Mais informações sobre este documento podem ser obtidas enviando mensagem para o e-mail sustentabilidade@furnas.com.br **IGRI G4-31**

CRÉDITOS

Coordenação

Superintendência de Estratégia e Sustentabilidade

Coordenação de Sustentabilidade

Pesquisa e coleta de informações

Lisangela Gnocchi da Costa Reis (coordenação)

Alexandre Sampaio da Fonseca e Silva

Ana Pimentel Barbosa

Carlos Augusto Santana Braga

Diana Rodrigues da Silva

João Leonardo da Silva Soito

Ricardo Sforza

Severino dos Ramos Marinho

Edição de conteúdo

Editora Contadino

Diagramação

Multi Design

Fotografias:

AC Junior – páginas 7, 30, 69, 77, 83, 85, 86, 89

Agnaldo Ramos – página 18

Daniela Monteiro – páginas 1, 25, 45, 61

Fabiana Peçanha – página 70

José Lins – páginas 1, 2, 5, 29, 36, 38, 41, 43, 49, 51, 57, 59, 66, 67, 75, 76, 84

Teresa Travassos – páginas 13, 14

Arquivo Consórcio UHE Baguari – página 62

Arquivo Furnas – páginas 1, 34

Colaboradores que contribuíram com informações:

Albano de Castro Canário, Alessandra de Barros Correia, Alexandre Claro Ramis, Alexandre Correa Moreira, Alexandre de Sousa R. dos Reis, Ana Cláudia Fernandes Gesteira, Anderson Ribeiro Campos, Andre Carlos Prates Cimbleris, Andre Millions Coutinho, Antônio Carlos Barbosa Martins, Augusto Balpara de Carvalho, Carlo Tadeu da Silva Caldas de Oliveira, Cláudia Henrique de Castro, Consuelo Garcia, Douglas Almyr Fares, Eduardo Hatherly Vilas Boas, Eloá Peres Geraldo, Erika Helena Laun Gonçalves, Fábio Ribeiro Pizzo, Fernanda Merhy Lagrotta, Fernando Antônio Cardinali, Florys Fabia Almeida Pereira Tosta, Francisco Alonso Rabelo Vieira, Francisco Eugênio de Aguiar Cavalcante, Francisco Macedo Cartaxo, Frederico de Abreu Puglia, Geraldo Vieira dos Santos Filho, Helena Elizabeth Kulnig de Bragança, Irene Martha Machado de Souza, Isabella Dantas Leite, Joerlei Carvalho Alves, José Roberto Teixeira Nunes, Kátia de Oliveira Gonçalves Veloso, Kátia Passos Faria, Laila Antunes Lemos, Leandro Coelho Rosa, Leonardo Faria Landim, Leonardo Moreira da Cunha, Lúcia Pacheco da Rocha, Luís Pinheiro de Castello Branco, Luiz Felipe da Silva Veloso, Marco Antônio Fernandes da Costa, Marcos Martinelli Borges, Marcus Vinícius Vaz, Maria Cristina Moreira Rego, Marina Mayo Germano Albernaz, Mônica Regina Reis, Nelson Silva de Souza, Nilton Luiz de Góis Pires, Orley Macedo de Castro, Patrícia Cruz Pereira de Amaya, Paulo da Costa Martins, Ricardo André Marques, Roberto Cassio Kneip, Rodrigo Junqueira Calixto, Sandra Aparecida S. Fonseca, Sérgio Arenare Godinho, Sergio Barata de Araújo, Sérgio da Rocha Muniz, Sérgio Ricardo Fernandes da Silva, Tereza Cristina de Souza Figueiredo, Túlio de Oliveira Pisaneschi, Vanessa Freitas Silva e Zuleide Maria de Fátima Pontes